

Jana Tabak

As Vozes de Ex-Crianças Soldado
Reflexões Críticas sobre o Programa de
Desarmamento, Desmobilização e
Reintegração das Nações Unidas

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais

Rio de Janeiro
Abril de 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Jana Tabak

**As Vozes de Ex-Crianças Soldado
Reflexões Críticas sobre o Programa de Desarmamento,
Desmobilização e Reintegração das Nações Unidas**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Nizar Messari

Rio de Janeiro

Abril de 2009



Jana Tabak

**“As Vozes de Ex-Crianças Soldado
Reflexões Críticas sobre o Programa de Desarmamento,
Desmobilização e Reintegração das Nações Unidas”**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Nizar Messari

Orientador

Instituto de Relações Internacionais- PUC-Rio

Profa. Mônica Herz

Instituto de Relações Internacionais- PUC-Rio

Prof. Antonio Jorge Ramalho da Rocha

Universidade de Brasília - UNB

Prof. Nizar Messari

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2009

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização do autor, do orientador e da universidade.

Jana Tabak

Graduou-se em Jornalismo na PUC-Rio em 2003. Pesquisa sobre o programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de Ex-Crianças Soldado. Tem interesse na área de Segurança Internacional, Resolução de Conflitos e por questões relativas às Operações de Paz.

Ficha Catalográfica

Tabak, Jana

As vozes de ex-crianças soldado : reflexões críticas sobre o programa de desarmamento, desmobilização e reintegração das Nações Unidas / Jana Tabak ; orientador: Nizar Messari. – 2009.
169 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais – Teses. 2. Segurança internacional. 3. Resolução de conflito. 4. Operação de paz. 5. Programa DDR. 6. Criança soldado. 7. Infância. 8. Novas guerras. 9. Nações Unidas. I. Messari, Nizar. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Para os jovens, que uma vez foram crianças soldado, por me fazerem crer no ser humano.

Agradecimentos

À minha família pelo carinho incondicional e paciência em todos os momentos. Sem este apoio, este trabalho não teria sido possível.

Ao Yaniv, pelo amor, compreensão e, especialmente, por me fazer rir nos momentos de desespero.

Ao meu orientador Professor Nizar Messari pelos conselhos e apoio integral desde o início do processo.

Aos professores Antônio Jorge Ramalho da Rocha e Monica Herz por comporem a Banca de Mestrado.

Aos meus colegas de turma pelo companheirismo e pela troca de experiências, enriquecendo ainda mais o aprendizado nestes dois anos.

Aos amigos Eduarda Passarelli Hamann-Nielebock e Marcelo Mello Valença pelas produtivas conversas e sugestões indispensáveis a este trabalho.

À toda equipe do IRI, funcionários e professores, pelos ensinamentos e dedicação.

À Capes e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos para a conclusão deste trabalho.

Resumo

Tabak, Jana; Messari, Nizar. **As Vozes de Ex-Crianças Soldado: Reflexões Críticas sobre o Programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração das Nações Unidas.** Rio de Janeiro, 2009. 169p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Tendo como referenciais teóricos o instrumental do campo de resolução de conflito e a discussão feita por Michel Foucault em *Vigiar e Punir*, esta dissertação tem por objetivo verificar a relação entre o programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) desenvolvido pela ONU e a percepção das ex-crianças soldado acerca do processo de transição à vida civil no pós-conflito armado. Estima-se que, atualmente, há cerca de 300 mil crianças soldado em todo o mundo. Diante deste cenário, um dos principais desafios é reverter os efeitos da participação em conflitos armados e, conseqüentemente, restabelecer o futuro destes jovens. O programa de DDR direcionado às crianças soldado aparece como a principal ferramenta para lidar com as necessidades destes jovens e garantir o retorno deles à vida civil no pós-conflito armado. Assegurar o rompimento destes meninos e meninas com a vida militar é um dos passos fundamentais do processo de peace-building, uma vez que estamos lidando com um grupo que funciona como um motor indispensável das novas guerras. Argumenta-se que o programa de DDR é uma ferramenta em potencial, i.e., apresenta recursos capazes de contribuir para transição bem-sucedida de ex-meninos e meninas soldado à vida civil. No entanto, a adoção de um padrão de infância pelas Nações Unidas, que não é necessariamente adequado às distintas sociedades, minimiza as chances de sucesso do programa de DDR na prática. Através da análise de 86 depoimentos de ex-crianças soldado, busca-se identificar se há ou não correspondência entre os desejos, medos e frustrações expressos nestes relatos e a prática do DDR.

Palavras-chave

Segurança Internacional; Resolução de Conflito; Operação de Paz; Programa de DDR; Criança Soldado; Infância; Novas Guerras; Nações Unidas

Abstract

Tabak, Jana; Messari, Nizar (advisor). **The Voices of the Former Child Soldiers:** Critical Reflections on the United Nations Disarmament, Demobilization and Reintegration Program. Rio de Janeiro, 2009. 169p. MSc. Dissertation - Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

By using as reference the theoretical field of Conflict Resolution and the debate presented by Michael Foucault in "Discipline and Punishment", this dissertation aims at verifying the relationship between the Disarmament, Demobilization and Reintegration program (DDR) developed by the UN and the former child soldiers' perceptions about their transition to civilian life in post-armed conflict. It is estimated that at the present time there are over 300.000 children participating in armed conflicts around the world. In face of the child soldier problem, the challenge is therefore how to reverse the effects of the child soldiering, and, in doing so restore children's future. The Child DDR is considered today the most satisfactory tool to attend the needs of former child soldiers and ensure their return to a civilian life. Ensuring the former child soldiers' safe transition to civilian life is one of the key steps in the process of peace-building, since we are dealing with a group that serves as a vital engine of the new wars. It is argued that Child DDR is an instrument in potential. In theory, the program indeed has the resources that can contribute to a successful transition of former child soldiers to civilian life. However, the UN adoption of one specific notion of childhood as a pattern, which is not necessarily appropriate to different societies, reduces the Child DDR program's chances of success. Thus, through the analysis of 86 testimonies of former child soldiers, this research aims at identifying whether the desires, frustrations and fears raised by these demobilized youths are answered or not by the Child DDR program.

Keywords

International Security; Conflict Resolution; Peace Operation; DDR Program; Child Soldier; Childhood; New Wars; United Nations

Sumário

Abreviaturas e Siglas	11
1 Introdução	13
1.1. Conceitos Básicos	14
1.2. Objetivos e Estrutura da Dissertação	16
1.3. Questões Metodológicas	19
2 Guerras, Crianças e Resolução de Conflito:	
Algumas Considerações Teóricas	22
2.1. Introdução	22
2.2. Os Desafios Contemporâneos	23
2.2.1. As Novas Guerras	24
2.2.2. Crianças Soldado: Um Fenômeno Global	29
2.2.2.1. As Causas Subjacentes e o Recrutamento	32
2.2.2.2. Doutrinação e Treinamento	42
2.2.2.3. As Feridas da Guerra	49
2.3. A Resposta Acadêmica: a Evolução do Campo Teórico da Resolução de Conflitos	54
2.4. Foucault e a Normalização da Infância	58
3 Respondendo ao Problema da Criança Soldado:	
As Iniciativas Internacionais	64
3.1. Introdução	64
3.2. Operações de Paz Complexas	65
3.2.1. O Peace-building	72
3.2.2. O Programa Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de Ex-Combatentes	75
3.2.2.1. Desarmamento	78
3.2.2.2. Desmobilização e Reinserção	82
3.2.2.3. Reintegração	85

3.3. O Tema da Infância na Agenda Internacional	89
3.3.1. As Recomendações e Instrumentos Internacionais: a Criança na Agenda Humanitária Internacional	90
3.3.2. O Relatório Machel: "O Impacto dos Conflitos Armados nas Crianças"	92
3.3.3. Os impactos do Relatório Machel: a Criança na Agenda da Segurança Internacional	95
3.4. A Resposta Internacional na Prática: o Programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de Ex-Crianças Soldado	100
4 De Volta à Vida Civil: DDR e a Reação das Ex-Crianças Soldado ao Processo de Reintegração	112
4.1. Introdução	112
4.2. Os Depoimentos de Ex-Crianças Soldado: Considerações Gerais	113
4.2.1. Análise do Discurso das Ex-Crianças Soldado	115
4.3. DDR, Reintegração à Vida Civil e Infância: uma Relação Plural	124
4.4. Considerações Finais	131
5 Conclusão	133
6 Referências Bibliográficas	142
Anexo: Os Depoimentos de Ex-Crianças Soldado	151
Afeganistão	151
África do Sul	151
Angola	151
Burundi	152
Camboja	153
Colômbia	153
Costa do Marfim	153
El Salvador	153

Filipinas	154
Libéria	154
Mianmar	159
Moçambique	159
Nepal	160
Papua Nova-Guiné	160
República Centro-Africana	161
República Democrática do Congo	161
Ruanda	164
Serra Leoa	164
Sudão	165
Timor Leste	166
Uganda	166

Abreviaturas e Siglas

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CDC	Convenção dos Direitos da Criança
Coalition	Coalition to Stop the Use of Child Soldiers
CPI	Corte Penal Internacional
DDR	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
DST	Doença Sexualmente Transmissível
EPLF	Eritrean People's Liberation Front
HRW	Human Rights Watch
ICC	Interim Care Center
IDDRS	Integrated Disarmament, Demobilization and Reintegration Standards
LRA	Lord's Resistance Army (Uganda)
LTTE	Liberation Tigers of Tamil Eelam (Sri Lanka)
MINUSTAH	United Nations Stabilization Mission in Haiti
MONUC	United Nations Mission DR Congo
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
RC	Resolução de Conflito
RDC	República Democrática do Congo
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana

RUF	Revolutionary United Front (Sierra Leoa)
SPLA	Sudan People's Liberation Army
UNAMSIL	United Nations Assistance Mission in Sierra Leone
UNAIDS	Joint United Nations Programme on HIV/AIDS
UNAVEM	United Nations Angola Verification Mission
UNDPKO	Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas
UNEF	United Nations Emergency Force
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNMIL	United Nations Mission in Liberia
UNMIS	United Nations Mission in the Sudan
UNOB	United Nations Operation in Burundi
UNOCI	United Nations Mission in Côte d'Ivoire
UNTAG	United Nations Transition Assistance Group
URNG	Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca

1 Introdução

Na presente dissertação, nosso objetivo geral é verificar a relação entre o programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de ex-combatentes (DDR) desenvolvido pelas Nações Unidas nomeadamente às crianças soldado e a resposta destes meninos e meninas ao processo de transição à vida civil no período de pós-conflito armado. Em termos mais específicos, pretendemos observar: (i) em que medida o programa de DDR é relevante para aumentar as chances de sucesso de reintegração de ex-crianças soldado à vida civil no pós-conflito armado; e (ii) de que forma o conceito de infância adotado pelas Nações Unidas influencia na resposta internacional às necessidades específicas das crianças soldado no processo de retorno à comunidade depois de estabelecido o cessar-fogo. Por hipótese, temos que o programa de DDR é uma ferramenta *em potencial*, i.e., apresenta recursos capazes de contribuir para uma transição bem-sucedida de ex-meninos e meninas soldado à vida civil. No entanto, ao adotar um padrão de infância que não é necessariamente adequado às distintas sociedades, as Nações Unidas ignoram uma série de heterogeneidades inerentes ao grupo de crianças soldado, minimizando as chances de sucesso do programa de DDR na prática. Para auxiliar a verificação prática da hipótese, selecionamos 86 depoimentos de ex-crianças soldado oriundos de 21 países distintos. Dessa forma, buscamos analisar quais fatores estes jovens desmobilizados consideram fundamentais à reintegração à vida civil para então identificar uma correspondência ou não com a prática do DDR.

A seguir, damos início à clarificação dos conceitos relevantes ao argumento de modo a esclarecer o debate acerca do programa de DDR e a problemática da criança soldado, para então prosseguirmos com a estrutura e os objetivos mais detalhados da dissertação.

1.1. Conceitos Básicos

O problema que, neste trabalho, visamos responder consiste na seguinte pergunta: Qual a relação entre o programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração direcionados às ex-crianças soldado e a resposta destes jovens ao processo de transição à vida civil no período de pós-conflito armado?

É importante, desde já, estabelecer alguns dos conceitos que utilizamos neste trabalho. O termo “criança soldado” se refere à definição do Direito Internacional, que engloba qualquer jovem menor de 18 anos, que pertença a algum tipo de grupo armado, seja ele formal ou não, e esteja engajado em qualquer uma das seguintes atividades: combatente, cozinheiro, portador, mensageiro ou escravo sexual¹. Esta definição abrangente é proposital, pois visa garantir uma resposta internacional ao maior número de crianças possível, além de assegurar a inclusão destes jovens nos programas de desmobilização e reintegração da ONU, que são voltados estritamente para aqueles que foram membros das forças ou grupos armados.

Embora esta definição de criança pareça simples, a opção por 18 anos como marco de transição para fase adulta é fonte de debates. Estudos contemporâneos acerca da infância estão cada vez mais comprometidos com a idéia de que este período da vida – assim como a adultez ou a adolescência – constitui uma construção social e não mais uma condição biológica, como durante anos foi argumentado (Honwana, 2006). Como uma categoria social, a infância não é uma experiência universal com duração fixa, mas é diferentemente constituída, exprimindo as diversidades entre sociedades, culturas e comunidades, além das distinções individuais relativas ao gênero, classe social, etnia e à história de cada um. Destarte, noções de infância não podem ser entendidas em termos universais. Assim, quando a Convenção dos Direitos da Criança estabelece que a criança é todo ser humano até os 18 anos de vida, esta consideração não é uma questão de mera contabilidade jurídica nem é socialmente indiferente. Pelo contrário, é uma

¹ O marco de 18 anos deriva do padrão internacional de maturidade estabelecido pela UNICEF e foi codificado pelas normas internacionais de Guerra como veremos no capítulo 3.

questão de disputa política com fortes conseqüências na vida de muitas crianças em todo o mundo (Pinto e Sarmiento, 1997).

Este debate acerca das delimitações da infância é de importância fundamental para a análise do programa de DDR direcionado exclusivamente às crianças soldado. Isto porque quando tal programa parte de uma noção de infância, que embora codificada internacionalmente, é específica e localizada, é grande a chance de crianças soldado serem submetidas a um processo de transição que talvez não seja o mais adequado à reintegração a determinada sociedade. A discussão sobre a padronização da infância e as conseqüências ao desenvolvimento do programa de DDR é melhor abordada no capítulo 2 desta dissertação. Para isso, optamos pela abordagem teórica de Michel Foucault (2008) em *Vigiar e Punir* a fim de entender como se deu a produção de uma representação de infância *normal* e, conseqüentemente, de uma infância *patológica* que precisa ser transformada.

Quanto à nossa idéia de “transição à vida civil”, nos referimos ao processo que as ex-crianças soldado passam desde o desligamento com os grupos militares até o início da vida como civis. Os fatores considerados fundamentais a este processo variam de acordo com uma série de aspectos, como: a idade dos jovens quando desmobilizados, o tempo de permanência com os grupos armados, a situação familiar e da sociedade à qual o jovem será reintegrado, entre outros. Voltando, então, à pergunta que orienta esta dissertação, nosso objetivo é verificar se as considerações das ex-crianças soldado acerca do processo de transição à vida civil correspondem ou não ao que as Nações Unidas se propõem a garantir através do programa de DDR.

Finalmente, entendemos conflito como a incompatibilidade de objetivos entre diferentes grupos (Miall et al, 2006). Esta definição sugere um espaço de tempo mais amplo e categorias de embates distintos do *conflito armado*. Ou seja, nossa idéia de conflito se adéqua a qualquer tipo de conflito político, seja este caracterizado pelo uso da força ou não. Assim, conflito armado é uma categoria mais estreita que equivale a conflitos em que as partes envolvidas recorrem, obrigatoriamente, ao uso da força. Nesta mesma linha de raciocínio, quando utilizamos, neste trabalho, a expressão “pós-conflito armado”, nos referimos ao período seguinte ao fim das hostilidades armadas, i.e, quando é estabelecido o acordo de cessar-fogo. É justamente neste momento que os programas de DDR

são estabelecidos (Muggah, 2005). Vale ressaltar que este período não corresponde necessariamente à resolução do conflito, pois mesmo na ausência das atividades militares, ainda podem existir contradições entre as partes envolvidas. Neste trabalho, a expressão “resolução de conflito” equivale à transformação das causas primárias do conflito. Isto significa que o comportamento das partes envolvidas deixou de ser violento, suas atitudes não são mais hostis e a estrutura do conflito foi modificada (Galtung, 1996; Miall et al, 2006).

1.2. Objetivos e Estrutura da Dissertação

As chamadas Novas Guerras (Kaldor, 2001), predominantes a partir da década de 90, apresentam desafios distintos daqueles até então enfrentados tanto pela comunidade acadêmica quanto pelos *policy makers*. Dentre estas novas questões, abordamos, nesta dissertação, o fenômeno das crianças soldado. Misturadas a outros combatentes, organizados de maneira informal e não identificados através de uniformes, as crianças soldado somam hoje cerca de 300 mil e estão presentes em, no mínimo, 86 países, segundo dados da Organização Não-Governamental (ONG) *Coalition to Stop the Use of Child Soldiers* (Coalition) (2008a).

Diante deste cenário, há um consenso global de que o principal desafio frente ao fenômeno da criança soldado é reverter os efeitos da participação em conflitos armados e, conseqüentemente, restabelecer o futuro destes jovens (Wessels, 2006). Investir nestes meninos e meninas e assegurar o retorno à vida civil é um dos passos fundamentais do processo de *peace-building*, uma vez que estamos lidando com um grupo que funciona como um motor indispensável das novas guerras (Singer, 2006). Na Libéria, por exemplo, as crianças soldado representavam a maioria dos combatentes nos conflitos armados ocorridos entre 2000 e 2003. Já no Norte de Uganda, o recrutamento de crianças foi um dos principais meios para o LRA conseguir se manter ativo na guerra local (Wessels, 2006). Assim, o rompimento dos ciclos de violência e a então construção da paz positiva (Galtung, 1996) dependem certamente, entre outros elementos, do apoio à reintegração de ex-crianças soldado à vida civil.

No entanto ainda existem poucas opções de mecanismos capazes de lidar com as especificidades das crianças soldado. O DDR de crianças soldado, hoje, é considerado a principal ferramenta para lidar com a necessidade destes jovens e garantir o retorno deles à vida civil (Coalition, 2008a; Singer, 2006; Verhey, 2001; Wessels, 2006). Diante deste cenário, esta dissertação se propõe a verificar, por meio da análise de 86 depoimentos de ex-crianças soldado, em que medida o programa de DDR é relevante para aumentar as chances de sucesso de reintegração de ex-crianças soldado à vida civil no pós-conflito armado. Nossa idéia é, portanto, analisar se o DDR de fato responde à problemática da criança soldado, i.e., se contribui para as crianças romperem com a vida militar e construírem uma nova identidade civil.

Neste trabalho, argumentamos que a eficácia do programa de DDR direcionado às crianças soldado está condicionada a três elementos: (i) considerar as circunstâncias e necessidades de todos os grupos de crianças soldado; (ii) fazer parte do processo mais amplo de *peace-building*; e (iii) lidar com as demandas da sociedade à qual estes jovens serão reintegrados.

Desenvolvemos nossos argumentos em três capítulos. No primeiro (capítulo 2), de natureza eminentemente teórica, introduzimos a idéia de novas guerras, contrapondo-as às guerras clausewitzianas, valendo-nos, principalmente, da discussão proposta por Mary Kaldor (2001). Esta análise é fundamental para o entendimento do problema da criança soldado, que é explorado em seguida: desde as causas subjacentes ao recrutamento militar às conseqüências do envolvimento com os grupos armados na vida destes jovens.

A partir desta análise, nosso objetivo, no capítulo 2, é discutir, por um lado, a resposta acadêmica a este desafio contemporâneo no campo da Segurança Internacional. Para isso, trabalhamos o instrumental teórico da Resolução de Conflito, aliado aos Estudos da Paz, especialmente no período pós-Guerra Fria, quando as chamadas novas guerras se tornam majoritárias. Com base na obra de Hugh Miall, Tom Woodhouse e Oliver Ramsbotham (2006) combinada com o trabalho de Johan Galtung (1996), visamos analisar como os desafios contemporâneos na área da Segurança Internacional impactam a forma de se pensar a resolução dos conflitos. A identificação de mudanças na abordagem teórica de resolução de conflito no pós-Guerra Fria nos permite, no capítulo seguinte, analisar as mudanças sofridas no processo de operação de paz e, mais

especificamente, os fundamentos do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de ex-combatentes (DDR).

Por outro lado, buscamos, também neste capítulo, refletir - com base na discussão feita por Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*, sobre a sociedade disciplinar - acerca do processo de *normalização* da infância e suas conseqüências ao desenvolvimento de “soluções” ao problema da criança soldado pela comunidade internacional – leia-se pelas Nações Unidas.

No capítulo 3, apresentamos as iniciativas internacionais no âmbito prático que buscam responder o problema da criança soldado. Assim, defendemos o argumento de que o desenvolvimento de um programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) adequado às necessidades destes jovens é uma ferramenta essencial ao processo de transição destas ex-crianças soldado à vida civil no pós-conflito armado. Para isso, iniciamos o capítulo abordando a evolução na própria formulação e atuação das operações de paz, que frente às novas guerras, passam, a partir da década de 90, a abarcar cada vez mais novas funções civis e sociais. Uma vez que o foco desta dissertação é o processo de reintegração das ex-crianças soldado à vida civil, analisamos de forma mais aprofundada o processo de *peace-building* e, mais especificamente, o DDR, buscando destacar as limitações e os determinantes de sucesso do programa.

Em seguida, exploramos a evolução do tema da criança – ou infância – na agenda internacional. Traçamos um panorama desde as noções mais superficiais de proteção da infância, presentes na Convenção de Genebra, adotada em 1949, às resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU, nas quais há recomendações específicas sobre o tratamento relativo às crianças soldado. Em especial, analisamos o relatório “Os Impactos dos Conflitos Armados nas Crianças” (Relatório A/51/306), elaborado por Graça Machel, em 1996, a pedido do então Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali. Este documento é considerado o marco da entrada do fenômeno da criança soldado na agenda de segurança das Nações Unidas. A partir deste momento, aumentaram as pressões sob a comunidade internacional pela elaboração imediata de respostas à questão da criança soldado.

Finalizamos o capítulo 3 com a discussão acerca do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração direcionado exclusivamente às ex-crianças soldado. O objetivo é, a partir da análise das peculiaridades deste

grupo em relação aos combatentes adultos, identificar as necessidades específicas das ex-crianças soldado no processo de reintegração à vida civil e analisar como o DDR de criança responde – ou pode responder - a estas questões.

Por fim, para comprovar nossos argumentos, analisamos, no capítulo 4, os 86 depoimentos de ex-crianças soldado oriundos de 21 países distintos. Nossa idéia com esta pesquisa é identificar se os desejos, frustrações e medos apresentados por estes jovens desmobilizados são respondidos ou não por elementos considerados pela ONU essenciais ao processo de reintegração à vida civil. Somado a estes dados, voltamos à discussão de Foucault (2008) – feita no capítulo 2 - para compreender como a adoção uma representação de infância *normalizada* pelas Nações Unidas implica no desenvolvimento de programas de DDR padrões que, muitas vezes, silenciam as heterogeneidades de jovens desmobilizados advindos de diferentes condições sociais.

Dessa forma, esperamos verificar nossa hipótese na prática, mostrando que a relativa falta de sintonia entre a resposta das ex-crianças soldado ao processo de reintegração à vida civil e o programa de DDR na prática está em parte associada à adoção de um padrão de infância pelas Nações Unidas que não necessariamente é adequado às distintas sociedades. O programa de DDR é uma ferramenta em *potencial*. Isto é, em teoria, o programa desenvolvido pelas Nações Unidas para garantir a reintegração de ex-crianças soldado à vida civil concorda em grande parte com os fatores destacados pelos próprios jovens desmobilizados em seus depoimentos. No entanto, em termos práticos, identificamos um distanciamento entre o discurso das Nações Unidas e a resposta ou reação destas crianças à transição à vida civil.

1.3. Questões Metodológicas

Achamos importante expor nesta introdução algumas peculiaridades da metodologia adotada. Primeiramente, vale ressaltar que o problema das crianças soldado apresenta de antemão um desafio metodológico em função da impossibilidade de se obter dados precisos sobre tal questão. Isto fica claro na declaração da Coalition apresentada no próprio site da organização:

It is not possible to give a global figure for the number of child soldiers at any one time. The numbers are constantly fluctuating and the exact number of children

involved in armed conflict is impossible to determine. While thousands of children have come out of fighting forces in the last five years as wars ended in countries such as Afghanistan, Angola and Sierra Leone, thousands more have been drawn into new conflicts, for example in Cote d'Ivoire, Sudan and Chad. Disponível em: <http://www.child-soldiers.org/>. Acesso em 13 Jun. 2008; Ênfases minha.

Embora seja impossível precisar o número de crianças soldado em todo o mundo, o recente relatório global da Coalition (2008a), como vimos acima, afirma que o recrutamento militar de crianças é um fenômeno que envolve cerca de 300 mil jovens. Dessa forma, as conclusões desta pesquisa são baseadas em um número relativamente pequeno de crianças, isto é, 86 depoimentos. No entanto, sendo este estudo qualitativo – e não quantitativo – buscamos, a partir da análise de discurso destes jovens desmobilizados, promover reflexões críticas sobre o programa de DDR de ex-crianças soldado. Dessa forma, os relatos selecionados são suficientes para o cumprimento de nosso objetivo.

Outro desafio metodológico é a necessidade de lidar com fontes secundárias devido à impossibilidade de realização do trabalho de campo. Sendo assim, nos baseamos em relatos de ex-crianças soldados publicados em livros acadêmicos, em relatórios de ONGs e de agências internacionais e em notícias veiculadas pela mídia. Nesse sentido, não há como saber em que contexto específico as crianças deram suas declarações. Somado a isso, somos reféns da influência dos entrevistadores sobre a publicação de tais depoimentos. No entanto, argumentamos que estes relatos mantêm seu valor como objeto de pesquisa, uma vez que nos permitem ouvir as vozes destas crianças, muitas vezes ignoradas, e entender o que estas consideram fundamental à própria reintegração à vida civil.

Assim, acreditamos que estes desafios não são suficientes para desacreditar nossa hipótese e conclusões. Inclusive, as conclusões da pesquisa concordam em grande parte com algumas das recomendações ressaltadas nos Princípios de Paris (2007)². Da mesma forma que os Princípios de Paris defendem que a educação e o treinamento vocacional são elementos essenciais para o sucesso do processo de reintegração (2007, p.40), o tema mais mencionado pelas ex-crianças soldado, em nossa pesquisa, é o desejo de retornar à escola, seguido pela importância do treinamento vocacional ou da aquisição do emprego. Mais, ressaltamos que a

² Os Princípios de Paris representam a totalidade do pensamento e da experiência de diversos profissionais, em todo o mundo, especializados em programas de DDR. As

carência de dados precisos sobre a questão da criança soldado percebida neste trabalho ajuda a apontar para necessidade de iniciativas que busquem sanar tais deficiências de informação de maneira a retratar fielmente a situação destes jovens em todo o mundo. Com isso, o programa de DDR – e outras ferramentas que podem vir a ser desenvolvidas – estaria fundamentado em um conhecimento mais amplo acerca do fenômeno da criança soldado, possibilitando o oferecimento de melhores condições para o seu cumprimento e sucesso.

recomendações ali apresentadas serão utilizadas para moldar os processos de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração futuros.

2

Guerras, Crianças e Resolução de Conflito: Algumas Considerações Teóricas

2.1.

Introdução

As chamadas Novas Guerras (Kaldor, 2001), predominantes a partir da década de 90, apresentam desafios distintos daqueles até então enfrentados tanto pela comunidade acadêmica quanto pelos *policy makers*. Dentre estas novas questões, este capítulo aborda o fenômeno das crianças soldado: desde suas causas subjacentes às conseqüências da guerra no dia-a-dia destes jovens. A partir desta análise, nosso objetivo é discutir, por um lado, a resposta acadêmica a este desafio contemporâneo no campo da Segurança Internacional. E, por outro lado, refletir, baseando-se na discussão feita por Michel Foucault sobre a sociedade disciplinar, acerca do processo de *normalização* da infância e suas conseqüências ao desenvolvimento de “soluções” ao problema da criança soldado pela comunidade internacional – leia-se pelas Nações Unidas.

Dividimos o texto em três seções. Na seção 2.2, introduzimos a idéia de novas guerras, contrapondo-as às guerras tradicionais ou clausewitzianas, valendo-nos, principalmente, da discussão proposta por Mary Kaldor (2001). Esta apresentação é fundamental para o entendimento do fenômeno das crianças soldado, cuja magnitude e escala são inéditas se comparadas com períodos anteriores no século XX (Honwana, 2006). Seguido da análise das novas guerras, exploramos, então, o problema da criança soldado: desde as causas subjacentes ao recrutamento militar às conseqüências do envolvimento com os grupos armados na vida destes jovens.

Em 2.3, trabalhamos o instrumental teórico da resolução de conflito, aliado aos Estudos da Paz, especialmente no período pós-Guerra Fria, quando as chamadas novas guerras se tornam majoritárias. Com base na obra de Hugh Miall, Tom Woodhouse e Oliver Ramsbotham (2006) combinada com o trabalho de Johan Galtung (1996), visamos analisar como os desafios contemporâneos na área

da Segurança Internacional impactam a forma de se pensar a resolução dos conflitos. Nossa idéia é traçar uma linha evolutiva desde a abordagem tradicional com foco estrito na supressão da violência direta aos meios posteriormente desenvolvidos, cuja finalidade, já amplificada, é a construção de uma paz duradoura.

Tal mudança na abordagem teórica de resolução de conflito no pós-Guerra Fria nos permite, no capítulo seguinte, analisar as mudanças sofridas no processo de operação de paz e, mais especificamente, os fundamentos do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de ex-combatentes (DDR).

Finalmente, na seção 2.4, trabalhamos o argumento de Foucault sobre a constituição da sociedade disciplinar. Baseado nesta análise, é possível questionar a idéia de infância “normal” e os meios sugeridos pela ONU para o processo de transição de ex-crianças soldado à vida civil.

2.2. Os Desafios Contemporâneos

Os recentes conflitos armados, especialmente na África, a partir do final da década de 80, chamam atenção para um novo tipo de violência organizada, nas quais as tradicionais fronteiras definidas pelo Direito Internacional são, freqüentemente, ignoradas. Destarte, guerras, que há poucas décadas eram combatidas *entre Estados*, hoje, ocorrem predominantemente *dentro dos Estados*, sendo a maioria das vítimas de guerra em todo o mundo civis. Na Primeira Guerra Mundial, por exemplo, a porcentagem de vitimas civil era menor do que 10% do total; na Segunda Guerra Mundial, o percentual subiu para quase 50%; e o número apenas aumentou ao longo dos anos. Hoje grande parte dos mortos em conflitos é civil e não mais soldados. Nos conflitos africanos, por exemplo, no fim do século XX, 92% de todas as vitimas fatais foram não-combatentes (Singer, 2006).

Assim, os conflitos armados predominantes no período pós-Guerra Fria apresentam raras semelhanças com as guerras até então testemunhadas, i.e., um conflito continuado entre forças militarizadas de dois ou mais Estados, organizadas em estruturas institucionais e claramente distinguíveis com o objetivo fazer o outro lado se render (Clausewitz, 2003). Diante deste cenário, partimos, nesta seção, da

discussão proposta por Mary Kaldor (2001)³ para entender as particularidades das chamadas novas guerras e, então, explorar uma das faces deste novo tipo de violência organizada: a criança soldado.

2.2.1. As Novas Guerras

Cada sociedade apresenta uma forma única de se fazer guerra, cujas origens, motivações e *modus operandi* são relativos a um contexto cultural específico (Kaldor, 2001; Keegan, 1993). No entanto, ainda que as particularidades de cada conflito armado sejam muitas, é possível apontar classificações a partir de características genéricas, como partes envolvidas no conflito, ascendências, objetivos, entre outros (Holsti, 1996; Kaldor, 2001). Dentro desta idéia, podemos distinguir as guerras tradicionais, que correspondem à descrição estabelecida por Clausewitz (2003), das chamadas novas guerras, predominantes no período pós-Guerra Fria (Kaldor, 2001; Münkler, 2005).

O que chamamos, neste trabalho, de guerra tradicional equivale ao que Clausewitz, logo após o término das guerras napoleônicas, em 1816, definiu como guerra. Isto é, o duelo continuado entre forças militarizadas de dois ou mais Estados, organizadas em estruturas institucionais e claramente distinguíveis – seus exércitos –, com o objetivo fazer o outro lado se render. Sua importância histórica se deu porque ajudou a garantir o monopólio do uso legítimo da força pelos Estados, contribuindo para o fortalecimento da organização do sistema internacional da forma que o conhecemos hoje (Crevelde, 1991).

As idéias de Clausewitz estão enraizadas em um determinado contexto espaço-temporal, isto é, no cenário europeu posterior à Paz de Vestfália, em 1648.

³ Além de Kaldor (2001), há outros autores que apresentam uma discussão sobre esta nova natureza de conflitos armados, como Holsti (1991, 1996) que classifica estas novas formas de combate como “guerras de terceiro tipo”. Estes seriam frutos dos confrontos entre grupos políticos dentro do Estado que buscam governança legítima. A crescente percepção deste novo tipo de conflito armado, segundo Holsti, ocorre a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, quando há um aumento do número de Estados em virtude, especialmente, da descolonização asiática e africana. Neste trabalho, optamos por nos valer da discussão proposta por Kaldor, que argumenta que as Novas Guerras devem ser compreendidas no contexto do processo da globalização, isto é, da ruptura da geografia territorial como limitadora dos fluxos globais. Este processo permite a intensificação do fenômeno da criança soldado – por exemplo, a partir do decorrente aumento do comércio legal ou não de armas, que é um fator essencial para disseminação de tal prática nas guerras. Por outro lado, a globalização dos valores permite a rejeição pública e internacional ao

Ao longo deste período, que se estendeu até a Guerra Fria, as guerras de interesse internacional⁴ foram promovidas predominantemente por Estados:

A brief period of revolutionary fervor and guerrilla uprisings apart, these ideas turned out to be even more applicable during the nineteenth century. It was a period when the legal separation between governments, armies and peoples became, for various reasons, even stricter than before (...). Intrastate political violence was largely restricted to the anarchists (...). The occasional bomb apart, states all but achieved their aim of monopolizing armed force (Creveld, 1991, p.41).

Entendida como uma atividade social, a guerra tradicional foi moldada por normas internacionais, que são decorrentes das distinções constitutivas da estrutura do sistema internacional (Kaldor, 2001; Münkler, 2005): (i) do público e o privado, i.e., entre as atividades do Estado e o que não estaria sob sua competência; (ii) do interno e o externo, definindo os limites territoriais do Estado; (iii) do plano econômico e o político, sendo que a coerção física não pertence ao campo das atividades econômicas; (iv) do plano civil e o militar; e, finalmente, (v) do possuidor legal do direito de usar a força, os não-combatentes e os criminosos. Estas distinções, assim, permitem o conhecimento total acerca de quem é o inimigo a ser enfrentado e os métodos a serem utilizados. Acima de tudo, estas fronteiras delineiam a diferença entre tempos de paz e de guerra, com a clareza do início do conflito, através da declaração de guerra, e do fim com o estabelecimento do cessar-fogo.

No entanto, na segunda metade do século XX, percebeu-se a mudança na natureza dos conflitos armados: se antes a maioria dos conflitos eram travados entre Estados soberanos, o quadro é revertido após 1945. De acordo com Holsti (1996, p.21)⁵, das 164 guerras ocorridas no pós-Segunda Guerra Mundial, 77% ocorreram dentro dos Estados, nos quais o combate era contra as autoridades do Estado ou entre grupos internos armados. Da mesma forma, em contraposição à distinção entre combatentes e civis, somente 20% das vítimas de guerra eram soldados em exercício no fim do século XX (Münkler, 2005, p.14).

uso de crianças soldado. Com isso, o tema ganha espaço nas agendas internacionais e o desenvolvimento de respostas ao problema de crianças soldado é acelerado.

⁴ É válido ressaltar que guerras civis – internas aos Estados - também ocorreram nesta época, no entanto não pertenciam ao escopo do interesse do internacionalista.

⁵ Embora optamos por não utilizar a discussão proposta por Holsti (1996), os dados apresentados pelo autor sobre as mudanças ocorridas após a Segunda Guerra Mundial são importantes para nossa compreensão acerca das novas guerras.

Durante a Guerra Fria, entretanto, estas guerras, fundamentadas em antagonismos profundos, foram mantidas em hibernação, uma vez que a atenção tanto da opinião pública quanto das grandes potências estava voltada exclusivamente à tensão política entre os Estados Unidos e a URSS (Farrel, 2002). Além disso, muitos destes regimes eram artificialmente protegidos e mantidos pela balança de poder bipolar, que uma vez rompida, permitiu a eclosão de diversas rebeliões populares que perpetuaram um ciclo de injustiça e de violência (Zartman, 2007). Este é o caso de Serra Leoa, Libéria, Haiti, Somália, Mianmar, Ex-Iugoslávia, entre outros.

Com o fim da Guerra Fria, as novas guerras ganharam espaço na agenda internacional e foram vistas como predominantes, trazendo ao cenário político internacional conflitos de características distintas daqueles encontrados anteriormente pelos Estados. Conseqüentemente, a forma clausewitziana de se pensar a guerra, apesar do seu predomínio por mais de três séculos, passou a se dissociar cada vez mais dos conflitos armados testemunhados em todo o mundo:

The key question is: given that most wars since 1945 have been *within* states, of what intellectual and policy relevance are concepts and practices derived from European and Cold War experiences that diagnosed or prescribed solutions for the problem of war *between* states? (Holsti, 1996, p.14. *Itálico no original*).

Segundo Kaldor (2001), as novas guerras devem ser compreendidas no contexto do processo da globalização, isto é, de ruptura da geografia territorial como limitadora dos fluxos globais e do conseqüente aumento da conectividade global em termos político, econômico, militar e cultural, a partir da década de 1980 (Scholte, 2005). No entanto, a maior integração mundial é contraposta por um processo de fragmentação, que também é gerado pela globalização. Neste contexto, ocorrem mudanças na natureza das guerras em relação aos objetivos, aos métodos, aos sujeitos envolvidos e à forma como estas são financiadas.

Neste sentido, Kaldor (2001) argumenta que as novas guerras emergem no contexto da erosão da autonomia do Estado, entendida como uma das conseqüências do processo da globalização. À medida que há maior interação global, o futuro da soberania estatal fundamentada no território se torna cada vez mais incerto:

In particular they [new wars] occur in the context of the erosion of the monopoly of legitimate organized violence. This monopoly is eroded from above and from below. It has been eroded from above by the transnationalization of military forces (...). The capacity of states to use force unilaterally against other states has been

greatly weakened (...). At the same time, the monopoly of organized violence is eroded from below by privatization (Kaldor, 2001, p.4).

Somado aos impactos do processo de globalização, as conseqüências do fim da Guerra Fria contribuíram de forma significativa para o aumento da quantidade das novas guerras (Kaldor, 2001). Em termos mais específicos, podemos mencionar a disponibilidade abundante de armas que fluiu, especialmente, para áreas de conflito em potencial, o descrédito na ideologia socialista, a fragmentação dos impérios totalitários e a retirada do apoio das superpotências a vários regimes, principalmente, no mundo em desenvolvimento.

Em contraste com os objetivos geopolíticos e ideológicos das guerras tradicionais, as novas guerras, segundo Kaldor (2001), seriam choques entre identidades políticas, que remeteriam a características políticas ou culturais anteriores à formação do Estado. Embora o conflito entre grupos com perfis distintos esteja presente também nas guerras tradicionais, Kaldor argumenta que, no caso das novas guerras, estes choques não estão relacionados a certo projeto político nem ao interesse estatal, mas à formação dos grupos que comporiam o Estado (p.6). Isto acaba por influenciar os métodos de guerras, que se distanciam das estratégias utilizadas nos conflitos armados tradicionais. Nas novas guerras, o território é controlado por meio da dominação política da própria população. Em detrimento da busca por vitórias militares em batalhas, os grupos armados utilizam a violência extrema com o objetivo de intimidar a população civil e obrigá-la a obedecer os grupos armados. Dessa forma, elimina-se qualquer manifestação de identidade política distinta (Brown, 2007; Kaldor, 2001, Münkler, 2005).

The new wars exhibit a distinctive management of fear, which the armed side constructs and organizes against the unarmed. This leads to a widespread breakdown of discipline among the armed group: soldiers become looters for whom the laws of war or any kind of military code of punishment no longer enter the picture (...) (Münkler, 2005, p.14).

Em conseqüência destas novas formas de fazer a guerra, há um crescimento significativo no número de refugiados, deslocados internos e, especialmente, o aumento da quantidade de vítimas civis. Enquanto que na virada do século XX, a proporção de vítimas militar para civil era de 8:1, hoje, este cenário é quase que o inverso: na década de 90, a relação entre mortes de militares e de civis é de aproximadamente 1:8 (Kaldor, 2001, p.8).

Diferente das guerras tradicionais, nas quais as unidades de combate eram organizadas hierarquicamente e facilmente identificadas em função do uso de uniformes e outros símbolos distintivos, as novas guerras são caracterizadas pela multiplicidade de atores organizados de maneira informal e altamente descentralizada. Por exemplo, além dos exércitos regulares, testemunhamos a presença de paramilitares, gangues criminosas, crianças soldado e grupos mercenários nestes conflitos armados.

O terceiro - e último - aspecto que torna as novas guerras ainda mais distantes dos conflitos armados clausewitzianos é a forma de financiamento, definida como a “nova economia de guerra globalizada” (Kaldor, 2001). Suas características e práticas são praticamente o oposto das formas de financiamento testemunhadas nas duas guerras mundiais. Enquanto estas últimas eram concentradas, abrangentes e auto-suficientes, a economia das novas guerras é descentralizada e altamente dependente dos recursos externos. Nestas circunstâncias, os grupos armados se sustentam através da pilhagem, da relação com mercado negro e por meio de recursos internacionais. Como exemplo, podemos mencionar a ‘taxação’ da assistência humanitária, o apoio advindo de governos vizinhos ou a remessa de valores por parte de grupos na diáspora. Isto tudo por que:

(...) The new wars are “globalized” wars. They involve the fragmentation and decentralization of the state. Participation is low relative to the population both because of lack of pay and because of lack of legitimacy on the part of the warring parties. There is very little production, so the war effort is heavily dependent on local predation and external support. Battles are rare, most violence is directed against civilians, and cooperation between warring factions is common (Kaldor, 2001, p.90).

Em resumo, as novas guerras seriam, então, caracterizadas pela ruptura da institucionalização, típica da guerra tradicional, e da diluição das fronteiras entre o privado e o público, o interno e o externo, o civil e o militar (Ibid., p.20). Com isso, a separação entre guerra e paz, outrora explícita, fica difícil de ser percebida. Em detrimento da declaração de guerra formal, os combates seriam dispersos no espaço e no tempo e travados entre grupos militarizados ou não - oficiais ou não - considerados inimigos por representarem identidades culturais e políticas distintas. Assim, o monopólio do uso da força pelo Estado é rompido. Atitudes, antes proibidas pelas normas internacionais, como o uso de violência contra não-combatentes, se tornam componentes essenciais das estratégias das novas guerras:

“the new wars involve a blurring of the distinctions between war (...), organized crime (...) and large-scale violations of human rights” (Kaldor, 2001, p.2).

Por fim, vale ressaltar que ainda que as novas guerras tomem formas distintas – como lutas pela independência ou confronto entre grupos étnicos pela predominância de um deles - e estejam concentradas na África, no Leste Europeu e na Ásia, estas constituem um fenômeno global:

(...) not just because of the presence of global and global networks, nor because they are reported globally. The characteristics of the new wars (...) are to be found in North America and Western Europe as well (...) All parts of the world are characterized by a combination of integration and fragmentation even though the tendencies to integration are greater in the North and the tendencies fragmentation may be greater in the South and East (Kaldor, 2001, p.11).

2.2.2.

Crianças Soldado: Um Fenômeno Global

Dentre os aspectos das novas guerras que podem ser testemunhados nos quatro cantos do planeta, abordamos, nesta seção, o fenômeno da criança soldado. Misturadas a outros combatentes, organizados de maneira informal e não identificados através de uniformes, as crianças soldado – jovens com menos de 18 anos - somam hoje cerca de 300 mil e estão presentes em, no mínimo, 86 países, segundo dados da *Coalition to Stop the Use of Child Soldiers* (2008a). Acredita-se, no entanto, que o número de crianças soldado, embora impossível de ser precisado, seja ainda maior:

(...) military commanders frequently conceal children or deny access to observers. Armed groups frequently operate in dangerous, inaccessible zones to which observers do not have access and many children perform support roles and are therefore not visible in military operations (...) Child soldiers also shift between groups or are released and then recruited by a different group. Many children are killed or die of injuries sustained or illnesses caused by the hardships of military life. Child soldiers often reach the age of 18 while in the ranks and are no longer considered children. The years spent as a child soldier then become invisible. (declaração retirada do site da Coalition; Disponível em: <http://www.child-soldiers.org/childsoldiers/questions-and-answers>. Acesso em 24 out. 2008).

Diante destes números, é possível perceber a mudança ocorrida em relação a momentos anteriores, nos quais a exclusão das crianças da guerra era um fato praticamente inquestionável em todas as ordens militares tradicionais⁶ - seja por uma questão de princípio ou por motivos práticos, uma vez que somente os

adultos eram fortes suficientes para usar as armas pré-modernas. Hoje, a escala e a magnitude do problema da criança soldado são inéditas, tanto em números de crianças envolvidas em grupos armados quanto em nível de participação (Honwana, 2006).

Nesse sentido, vale ressaltar que a aparente queda no uso de crianças soldado em conflitos armados apresentada no relatório da Coalition (2008a) – de 27 em 2004 para 17 no fim de 2007 – não é efeito das iniciativas internacionais para coibir o recrutamento militar de jovens com menos de 18 anos. De fato, a pesquisa demonstra que tal redução é consequência, principalmente, do término das guerras: “Indeed, where armed conflict does exist, child soldiers will almost certainly be involved” (p.1).

Assim, o período posterior à Guerra Fria inaugura uma nova prática de guerra: o uso sistemático de crianças soldados, seja por exércitos regulares ou por grupos armados rebeldes. Dessa forma, o recrutamento militar de crianças é, inclusive, considerado uma nova doutrina de guerra por alguns autores (Singer, 2006). Isto é, as crianças não mais constituem apenas o alvo das guerras, mas também são perpetradores de ações violentas e atrocidades durante os conflitos armados:

One of the most alarming trends in armed conflict is the participation of children as soldiers. Children serve armies in supporting roles, as cooks, porters, messengers and spies. Increasingly, however, adults are deliberately conscripting children as soldiers. Some commanders have even noted the desirability of child soldiers because they are "more obedient, do not question orders and are easier to manipulate than adult soldiers" (Graça-Machel, 1996).

Embora a tendência seja localizar o uso de crianças soldado em países africanos, é importante ressaltar que esta prática constitui um fenômeno global. Nas Américas, por exemplo, há registros de crianças soldado, desde 1990, em Estados, como Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, entre outros (Coalition, 2008a). A maior concentração se encontra na Colômbia, onde mais de 11 mil crianças estão associadas aos grupos armados, o que significa que um em cada quatro combatentes irregulares tem menos de 18 anos. Inclusive, mais de 30% de certas unidades das guerrilhas colombianas são compostas por crianças, que atuam, principalmente, na coleta de informações, na preparação das minas e

⁶ É inegável que houve situações isoladas, como nas Cruzadas, na Segunda Guerra Mundial e na Guerra Irã-Iraque, nas quais crianças participaram como combatentes. No entanto o número é

formam a “linha de frente” nos ataques aos paramilitares, soldados e aos policiais (Singer, 2006, p.16). Já na Europa, jovens com menos de 18 anos serviram tanto nas forças armadas britânicas quanto no lado da Irlanda do Norte. Além disso, também identificamos o uso de crianças soldado durante o conflito armado na Bósnia.

A África é considerada o epicentro do fenômeno de crianças soldado, sendo Serra Leoa o caso mais instrutivo, onde somente no grupo armado rebelde *Revolutionary United Front* (RUF), 80% de todos os combatentes tinham entre sete e 14 anos (Save the Children, 2000). O uso de crianças soldado por grupos armados está presente em todo continente: “The result appears to be an almost endemic link between children and warfare in Africa” (Singer, 2006, p.19). Por exemplo, na Libéria, a ONU estima que cerca de 20 mil crianças combateram na guerra que durou uma década, o que significa que as crianças constituíam mais de 70% das forças armadas dos vários grupos locais. Hoje já não há registros de recrutamento de jovens liberianos com menos de 18 anos por parte do governo nem por grupos armados (Coalition, 2008a). Em Uganda, o grupo rebelde *Lord's Resistance Army* (LRA) ficou famoso por ser composto quase que exclusivamente por crianças – mais de 14 mil crianças foram seqüestradas e convertidas em soldados. O LRA ainda mantém o recorde de ter recrutado o combatente mais novo em todo o mundo, um menino de cinco anos⁷ (Singer, 2006). Em 2007, em função da tensão constante entre os grupos rebeldes e as forças governamentais de Uganda, ainda havia mais de duas mil crianças e mulheres sob poder do LRA (Coalition, 2008a). O recrutamento militar de crianças também se tornou uma prática comum na República Democrática do Congo (RDC), onde hoje acontece a maior guerra do continente africano e a mais sangrenta desde a Segunda Guerra Mundial. Quando o conflito começou, em 1996, somente o exército apresentava cerca de 10 mil crianças combatentes entre sete e 16 anos de idade, fora os outros grupos armados que também fizeram uso desta prática (OIT, 2003, p.5). Atualmente, segundo o relatório da Coalition (2008a), há sete mil crianças

relativamente pequeno e qualitativamente distinto de uma prática disseminada.

⁷ O RUF, em Serra Leoa, é o próximo na lista com um combatente de 6 anos. A partir deste, há uma série de grupos armados que utilizam crianças soldado a partir de 7 e 8 anos (Singer, 2006).

soldado vinculadas às forças oficiais congoleesas e às organizações militares de oposição.

No entanto o Estado que apresenta o recorde em relação ao número total de crianças soldado faz parte do continente asiático: Mianmar. Apesar das repetidas declarações do governo que proíbem o recrutamento militar de jovens com menos de 18 anos, ainda hoje milhares de crianças soldado a partir dos 11 anos continuam sendo utilizadas, principalmente, pelo Tatmadaw Kyi (exército local) e por grupos militares não-oficiais (Coalition, 2008a). Em 2002, estimou-se que mais de 70 mil dos 350 mil combatentes do exército de Mianmar – isto é, mais de 20% - eram crianças (Human Rights Watch (HRW), 2002, p.3)⁸.

Enfim, é importante ressaltar que embora os números apresentados acima impressionem em virtude da magnitude do problema das crianças soldado, estes casos são apenas destaques da real amplitude do fenômeno:

They demonstrate just how deeply involved children have become in contemporary warfare (...) Moreover, child soldiers are a new features of nearly every area at war in our world (Singer, 2006, p.28).

Assim, uma vez apresentado o fenômeno da criança soldado, analisamos, nos próximos três tópicos, as causas primárias do envolvimento destes jovens com os grupos armados, as etapas de transformação de uma criança em um soldado – recrutamento, doutrinação e treinamento - e, finalmente, as conseqüências da guerra nas vidas destes jovens desmobilizados no pós-conflito armado.

2.2.2.1. As Causas Subjacentes e o Recrutamento

My parents couldn't afford to send me to school. There wasn't one in our village. It was about 40 miles away. Our village was burned down in 1997. My father was arrested and jailed (...). He was the head of the village. They said nothing about why he was arrested. [Mianmar – ex-criança soldado, recrutada aos 15/16 anos] (Unicef, 2003, p.29).

Many of the other children in the militia were orphans, from broken homes. Those who didn't attend school and those who were involved in gambling rings. [Timor Leste – ex-criança soldado, recrutada aos 16 anos] (Unicef, 2003, p.28).

⁸ Estimativas anteriores, baseadas em um estudo de caso feito para a elaboração do relatório da ONU sobre o impacto do conflito armado nas crianças, em 1996, identificaram mais de 50 mil crianças no exército de Mianmar (HRW, 2002).

A fim de compreender o fenômeno da criança soldado, é fundamental a análise das fontes de vulnerabilidades associadas ao contexto da guerra que impactam a vida destes jovens. Para Singer (2006), são três as principais causas estruturais que justificam o amplo recrutamento militar de crianças: (i) rupturas sociais e falhas no desenvolvimento causadas pela globalização, guerras e doenças, que criam um novo grupo com potencial de recrutamento. Inclusive a maioria das crianças soldado vem das áreas mais pobres, menos educadas e marginalizadas da sociedade; (ii) avanço tecnológico da indústria armamentista, que permite a produção de armas pequenas e mais leves, portanto mais facilmente manuseadas por crianças, as quais se tornam participantes efetivos das guerras; (iii) predominância das novas guerras, que são caracteristicamente mais longas e brutais. Nestes casos, os líderes das organizações militares consideram o uso de crianças soldado uma forma eficiente e de baixo custo para mobilizar e gerar a força necessária durante todo o conflito.

As crianças, obrigadas a se juntar aos grupos armados, advêm geralmente de grupos considerados de risco: crianças de rua, habitantes de áreas rurais pobres, refugiados ou deslocados internos. Segundo o relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)⁹, publicado em Junho de 2008, as crianças constituem 46% dos aproximadamente 11 milhões de refugiados ou pessoas em situação de refúgio (p.12). Frequentemente, refugiados têm acesso restrito a necessidades básicas, são discriminados, não possuem uma identidade cultural e têm dificuldades em conseguir trabalho e em lidar com as complexidades do novo sistema social no qual estão inseridos. Conseqüentemente, os campos de refugiados, que apresentam condições de vida precárias, se tornam, segundo Wessels (2006, p.25): “political hotbeds where radicalized youths fuel continued armed conflict”.

A disseminação de certas doenças também contribui para a formação de grupos de crianças com maior potencial de recrutamento militar. Dentre tais enfermidades, a que mais chama atenção das autoridades é a epidemia de AIDS. Somente na África subsaariana, há cerca de 22 milhões de portadores (incluindo adultos e crianças) do vírus HIV (UNAIDS/WHO, 2008)¹⁰. Não

⁹ACNUR, “2007 Global Trends: Refugees, Asylum-seekers, Returnees, Internally Displaced and Stateless Persons”. Nova York, 2008.

¹⁰ Em todo o mundo, há cerca de 33 milhões de infectados pelo HIV.

coincidentalmente, esta área é o epicentro do fenômeno da criança soldado. Uma vez que a AIDS não afeta de forma equilibrada todas as faixas etárias, a demografia básica da região é alterada. No continente africano, por exemplo, as crianças constituem a maioria da população enquanto que o grupo de adultos de meia-idade foi praticamente eliminado. Conseqüentemente, há maior instabilidade econômica, política e social. Neste contexto, a vida militar se torna o único ou melhor meio de sobrevivência. Além disso, a maioria destas crianças é órfã¹¹ e, nesse sentido, constituem um grupo especialmente suscetível ao recrutamento militar: sem os pais e apoio para se sustentar, muitas destas crianças acreditam não ter nada a perder se alistando militarmente.

Em relação à segunda causa estrutural, i.e., a ligação entre avanço tecnológico da indústria armamentista e o fenômeno da criança soldado, vale, primeiro, ressaltar que a imagem das operações militares fundamentadas em sistemas de armamentos muito complexos e caros não condiz com a realidade da maioria dos conflitos armados no mundo. Em seu lugar, encontram-se armas mais simples e menos custosas, como os rifles, granadas, armas automáticas leves e as minas. Segundo a pesquisa realizada pelo projeto Small Arms Survey, em 2005, as armas pequenas e leves são responsáveis pela maioria – em torno de 60% a 90% – das mortes diretas em conflitos, dependendo da natureza do combate.

O desenvolvimento tecnológico da indústria armamentista permitiu a elaboração de armas pequenas e leves e com isso facilitou o processo de transformação de crianças em soldados tão perigosos quanto qualquer adulto. Por exemplo, a incorporação do plástico torna as armas, especialmente os rifles automáticos, leves o suficiente que crianças são capazes de manuseá-las de forma tão eficaz quanto os combatentes em fase adulta. Tão importante quanto a leveza das armas é a simplificação do uso. Um caso claro é a russa Avtomat Kalashnikova odraztzia 1947 goda ou, apenas, AK-47, que pesa 2,30 quilos e tem apenas nove partes móveis, logo é muito simples de ser manejada. Isto é comprovado quando entrevistas com ex-crianças soldado revelam que elas próprias demoram somente 30 minutos para aprenderem a usar este tipo de arma (Singer, 2006, p.46).

¹¹ Segundo os dados publicados pela UNAIDS/WHO em julho de 2008 com referência ao ano de 2007, há, na África, 11.6 milhões de órfãos em função da AIDS.

In previous ages, young children lacked the size and strength to wield effectively the weapons of the days, such as swords, spears, shields, and heavy muskets. Weapons like AK-47 have changed this, opening the door to the pervasive use of child soldiers (Wessels, 2006, p.19).

Hoje, de acordo com a recente pesquisa publicada pelo projeto Small Arms Survey (2008), no mínimo 31 Estados produzem legalmente armas leves, enquanto que mais 26 países fabricam armas sem licença ou com esta expirada, aumentando a proliferação de riscos inerentes ao comércio formal ou não de armamentos entre os países¹². Desta maneira, as organizações militares, oficiais ou não, conseguem obter, facilmente, as armas a preços reduzidos¹³. Como resume a pesquisa publicada pelo Small Arms Survey (2008):

Light weapons are becoming more lethal, more portable, less expensive, and more durable, increasing the prospect of their proliferation, especially to non-state armed groups (p.2, capítulo 1).

Este fácil acesso às armas é um fator fundamental para disseminação do uso de crianças soldado em todo o mundo. Uma vez que a disponibilidade de armas e de munição é vital para qualquer grupo armado, sua escassez demanda dos líderes de tais organizações um gerenciamento cuidadoso do material. No caso de falta de armas, a munição é dada somente aos melhores soldados e apenas para missões específicas (Wille, 2005). As crianças soldado, neste contexto, são as primeiras a serem descartadas, pois se acredita que estas fazem um uso menos eficaz das armas se comparado aos soldados adultos já experientes. No entanto, frente à ampla difusão de armas e de munição, é possível explicar a capacidade da maioria dos grupos armados de recrutarem grande quantidade de crianças sem colocarem em risco a eficácia da organização. Este fator esclarece em parte, por exemplo, a ausência de crianças soldado em Mali, onde os rebeldes não possuem recursos financeiros suficientes nem apoio internacional e, portanto, têm acesso restrito às armas (Ibid., p.200).

A terceira, e última, causa estrutural que justifica o amplo recrutamento militar de crianças, segundo Singer (2006), é a predominância das novas guerras no período posterior ao fim da Guerra Fria. A consequência destes conflitos

¹² Vale destacar o papel do chamado ‘comércio de formigas’ (pequenas quantidades de armas contrabandeadas por indivíduos através de fronteiras) nas transferências de armas para áreas de conflito. Embora seja um fluxo pequeno, este é constante e capaz de produzir um grande acúmulo ao longo do tempo (Small Arms Survey, 2005).

armados é a destruição das estruturas socioeconômicas e políticas de determinada sociedade, dificultando o acesso da população às necessidades básicas, como escola, serviços de saúde, moradia adequada, alimentação e água. Além disso, a guerra impacta as relações familiares, fragilizando-as e aumentando o nível da violência dentro do núcleo familiar. Neste cenário, i.e., em uma estrutura social enfraquecida, a participação na guerra é uma oportunidade de vida a ser considerada, inclusive, pelas crianças.

Um caso típico da associação entre as novas guerras e alto nível de recrutamento militar de crianças é Angola, onde o conflito armado durou 25 anos. Ao longo deste período, cerca de 300 mil crianças estiveram associadas ao exército ou às forças rebeldes da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Os números ilustram as rupturas sociais provocadas pela guerra, gerando uma situação propícia ao amplo envolvimento de crianças com os grupos armados. Cerca de um milhão de crianças perderam o pai ou a mãe e 300 mil crianças perderam ambos durante a guerra; 70% das crianças angolanas em idade escolar são iletradas; e as perspectivas para o futuro preocupam ainda mais, uma vez que 45% da população têm menos de 15 anos (Singer, 2006, p.44).

Somado a isso, a longa duração das novas guerras implica num aumento significativo da quantidade de soldados necessária à manutenção do conflito. Uma vez que o número de mortos e feridos em combate é grande, há uma necessidade constante de preencher estes espaços. Somado a isso, devido às péssimas condições de combate, o nível de deserção é alto. No entanto esta demanda por mais militares nem sempre é possível de ser cumprida com base na disponibilidade de combatentes em idade adulta, ou seja, acima dos 18 anos. Diante desta situação, a solução menos custosa e mais eficiente é o recrutamento de crianças. Dentro desta idéia, um soldado do Burundi comenta:

(...) Because we don't have enough soldiers, recruitment takes place twice a year and, until the necessary strength is reached, all those who come forward are enlisted, *whatever their age may be* (Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2003, p.26; ênfase minha).

Em resumo, a frágil situação socioeconômica somada à simplificação tecnológica dos armamentos e às mudanças na natureza da maioria dos conflitos

¹³Em Uganda e no Sudão, por exemplo, uma AK-47 custa o mesmo que uma galinha (Singer, 2006, p.48).

armados contemporâneos são fatores subjacentes à emergência do uso de crianças soldado como um fenômeno global. Tais aspectos não apenas contribuem para disponibilidade maciça de crianças a serem recrutadas, mas também tornam possível estes jovens servirem como reais combatentes.

Assim, estas são as principais fontes de vulnerabilidades associadas ao contexto da guerra, que explicam o amplo envolvimento de crianças com os grupos armados. Com isso, exploramos, agora, o processo de transformação delas em soldados, cujo primeiro passo é o recrutamento. Esta etapa inicial é simples e rápida, seja através da abdução destes jovens por grupos armados, seja por meios ditos “voluntários”, quando as crianças se alistam sem sofrer ameaças diretas.

Na maioria dos conflitos armados, onde há uso de crianças soldado, o método mais comum de recrutamento destes jovens é por meio de seqüestros. Embora as características buscadas nas crianças variem de acordo com a necessidade de cada grupo armado, a pré-condição fundamental na eleição dos seqüestrados é o tamanho físico, que deve ser o suficiente para portar uma arma (Wessels, 2006). Nesse sentido, as escolas secundaristas e orfanatos são os alvos mais comuns dos raptos praticados pelas organizações militares. No caso de seqüestro de crianças consideradas muito pequenas, os comandantes ou liberam ou matam com objetivo de intimidar a população local e os novos recrutados:

Having relatively advanced cognitive competencies, teenagers are effective problem solvers who can plan and lead attacks, develop strategies for avoiding capture, and participate fully in all aspects of military life (...) teenagers often help to construct the political discourses that guide armed group's struggles for liberation or domination of a political rival (Ibid., p.35).

Da mesma forma, se o objetivo da missão é seqüestrar meninas para serem escravas sexuais dos líderes dos grupos armados, somente as consideradas mais atraentes são raptadas. Os seqüestros são famosos por sua extrema brutalidade. O Lord's Resistance Army, por exemplo, já seqüestrou mais de 12 mil crianças desde junho de 2002 para compor o grupo na luta contra a Operação Iron First do governo ugandês:

That night, the LRA came abducting people in our village, and some neighbors led them to our house. They abducted all five of us boys at the same time. I was the fifth one. . . . We were told by the LRA not to think about home, about our mother or father. If we did, then they would kill us. Better to think now that I am a soldier fighting to liberate the country. There were twenty-eight abducted from our village that night. . . . We were all tied up and attached to one another in a row. After we were tied up, they started to beat us randomly; they beat us up with sticks [menino soldado seqüestrado aos 12 anos] (HRW, 2003, p.5).

Apesar do rapto de crianças ser conduzido, freqüentemente, por grupos armados rebeldes, o Estado também faz uso desta tática. Em algumas situações, inclusive, os governos nem se esforçam para tentar esconder a participação em seqüestros sistemáticos e partem para buscas de crianças de casa em casa (Wessels, 2006, p.40). Em Mianmar, esta é uma cena comum em virtude do alto nível de deserção por parte dos soldados adultos. Como conta um ex-menino soldado, seqüestrado aos 9 anos: “A group of soldiers knocked loudly on the door (...) I was crying. I was dragged out of my house and put on a boat and taken to Rangoon. I was considered an adult” (UNICEF, 2003, p.25).

Embora muitas narrativas sobre o porquê do amplo envolvimento de crianças com os grupos armados enfatizem o recrutamento forçado, identificando as crianças soldado como *vitimas* do seqüestro, é importante ressaltar outra abordagem, em que a guerra surge como fonte de oportunidades para estes jovens. Inclusive pesquisas indicam que duas em cada três crianças soldado têm algum tipo de iniciativa no próprio alistamento (Singer, 2006, p.61). Por exemplo, na região da África Central, 64% das crianças soldados se juntaram aos grupos armados “voluntariamente”, ou seja, sem sofrer ameaças violentas (OIT, 2003, p.26). A pesquisa da UNICEF (2003) afirma que, no Leste Asiático, 57% das crianças se voluntariaram como combatentes. Rompendo com o mito das crianças como vitimas, esta opção de narrativa as representa como atores com forte senso de agência e poder de decisão (Wessels, 2006, p.32).

No entanto é preciso ter cuidado ao utilizar o termo *voluntário* para designar este tipo recrutamento militar das crianças. A decisão destes jovens – embora tenha sido tomada sem estes sofrerem pressões nem ameaças violentas – está, na maioria dos casos, intimamente associada às vulnerabilidades nas zonas de guerra que tornam nebulosas as fronteiras entre escolha e coerção¹⁴. O aspecto econômico é esclarecedor nesse sentido: uma vez que fome e miséria são endêmicas em situações de conflito armado, algumas crianças podem, por vontade própria, se alistar, acreditando que assim conseguirão garantir refeições regulares, vestimenta e cuidado médico. Inclusive, a mesma pesquisa feita pela UNICEF

¹⁴ Neste ponto, ressaltamos mais uma vez a relevância de se analisar as fontes de vulnerabilidades que impactam a vida das crianças nas zonas de guerra para entender o fenômeno da criança soldado.

(2003) com crianças soldado desmobilizadas no Leste Asiático identificou que quase 60% delas tomaram a iniciativa de se alistar em função, primeiramente, da pobreza. Da mesma forma, na República Democrática do Congo (RDC), crianças também identificam a falta de recursos como principal incentivo para se tornarem combatentes:

I joined the militia because I thought I could get paid work after the war. I knew I was risking my life, but I had no other choice. My mother, a farmer, was finding it hard to feed us. While other youths joined the group for ideological reasons, I joined in order to have a job [ex-menino soldado e quinto dos nove filhos de uma família órfã de pai] (OIT, 2003, p.30).

As transformações trazidas pela guerra não ocorrem apenas nos âmbitos econômico e político, mas também no moral, principalmente, quando lidamos com as novas guerras, que são caracteristicamente longas e brutais. No centro da transformação moral, está a mudança nos valores que as crianças aprendem. Na maioria das sociedades, aprende-se que o uso da violência é prejudicial para uma convivência saudável e harmônica. No entanto, nas zonas de guerra, esta noção é revertida: violência e morte são normalizados em função de ocorrências diárias nas ruas, mercados e em comunidades. Em outras palavras, por nunca terem experimentado a “paz” e por presenciarem, constantemente, os adultos lidando com conflitos diários por meio da violência, as crianças rapidamente entendem que o uso da força é adequado. Além disso, as crianças aprendem que a ordem foi rompida no contexto da guerra e, conseqüentemente, o uso de armas para própria defesa se torna necessário e até mesmo legítimo:

They [children] also understand that the breakdown of law and order means there are no police to protect them and their families, who can be attacked at any moment. (...) children learn to view guns and fighting as necessary and legitimate (Wessels, 2006, p.44).

Assim, as crianças - inseridas numa cultura de violência, onde o termo paz não tem sentido - se adaptam à situação de guerra. Dessa forma, a opção de se tornar um soldado como meio para obter poder, riqueza e educação (i.e., elementos cujo acesso é difícil na vida civil) é mais facilmente aceita (Wessels, 2006).

Entre outros fatores que motivam o alistamento militar de crianças, estão o desejo de vingança, a fascinação pelo exército – ou o prestígio de fazer parte deste grupo - , o medo, questões ideológicas e o sentimento de exclusão (Honwana, 2006; Peters e Richards, 1998). O desejo de vingança decorre muitas vezes do fato

de as crianças soldado serem os únicos sobreviventes de suas famílias depois de massacres promovidos pelas organizações militares. Este aspecto da retaliação é particularmente forte em certas culturas, cuja estrutura social é baseada em clãs e o desejo de preservar a honra é tão forte a ponto de se sobrepor a todos os outros princípios. Sendo assim, uma criança que vivenciou algum tipo de perda, especialmente de um parente, não se sentirá completo ou valorizado na comunidade até se vingar. Os jovens kosovares da Albânia, por exemplo, mencionaram este fator para justificar o envolvimento com os grupos rebeldes locais (Singer, 2006, p.65).

No caso da admiração pelo exército, a OIT (2003) identifica uma série de evidências nos depoimentos das crianças soldado sobre a forte fascinação pelos grupos armados devido ao prestígio do uniforme, à excitação de portar uma arma ou em função do status social associado à profissão do soldado. Para uma criança de uma vila pobre, por exemplo, integrar um grupo armado garante seu acesso à roupa, à comida e à assistência médica, além da sensação de poder e respeito que, provavelmente, não seria alcançada por meios civis. Esta atração pelo exército é ainda reforçada pela promessa de bom salário, especialmente, para aqueles que abandonaram os estudos.

I had always dreamed of joining the army or owning a small shop. When I heard the announcement on the radio in Kananga that called for volunteers, knowing that I did not have any qualifications for other occupations, I reported to the commander to be enrolled [RDC - ex-menino soldado] (OIT, 2003, p.29).

Ainda para fortalecer este sentimento de admiração pelo exército, as guerrilhas na Colômbia, por exemplo, enviam crianças soldado fisicamente atraentes e bem articuladas para recrutar novos jovens como forma de glamourizar a vida militar (HRW, 2003b).

A sensação de medo entre as crianças também pode levá-las a se alistarem: “Enrolment in an armed group was considered the lesser of two evils and, sometimes, even a form of protection” (OIT, 2003, p.34). Em situações de guerra, o medo de ser atacado por rebeldes é constante, logo o envolvimento com os grupos armados se torna, muitas vezes, a única forma de proteção. Há também os casos de ex-crianças soldado, que fugiram de um determinado grupo, mas o medo de serem descobertos e considerados traidores os leva a se alistar novamente em outra organização militar.

Embora não muito mencionado, o aspecto ideológico também influencia fortemente o alistamento *voluntário* de crianças. Vale destacar que adolescentes são, naturalmente, mais receptivos a novas ideologias e a formas de pensamento do que os adultos. Os grupos armados abusam deste idealismo, prometendo oportunidades para superar um regime injusto e construir um novo sistema social. Inclusive, os próprios adultos da comunidade buscam, por meio do discurso e de ações, convencer as crianças a integrar a luta armada, enfatizando sua responsabilidade de proteger as famílias e de impedir a opressão e a desonra coletiva.

As entrevistas feitas por Peters e Richards (1998) com ex-crianças soldado de Serra Leoa, nos campos de desmobilização, ilustram o impacto da influência ideológica sobre a decisão de se alistar militarmente. Um exemplo é a resposta de um menino à questão sobre se ele gostou de participar do combate. Este jovem aos 13 anos se apresentou como voluntário do exército regular do país:

Yes. I like to free in the country [side]. Besides that, when they took you to training, they also tell you [things]. We were trained to save life and property. So I liked that, because I was saving life and property. That's why I loved the work (...) (p.190).

No caso dos conflitos armados motivados por tensões étnicas, as questões ideológicas influenciam fortemente o alistamento militar de crianças. Neste contexto, as ações da mídia e da propaganda são fundamentais e têm como finalidade desumanizar o inimigo e criar um significado para o combate entre estes jovens. Os efeitos desta manipulação são particularmente fortes sobre a forma de pensar dos adolescentes que não têm experiência suficiente para analisar as questões de forma crítica, principalmente, em situações onde a educação é precária (Wessels, 2006, p.53). Por exemplo, em Ruanda, como preparação para o genocídio ocorrido em 1994, os Hutus utilizaram o rádio como meio para enviar mensagens de intolerância e estimular a violência contra Tutsis, que eram demonizados e rotulados como rivais estrangeiros dos Hutus (Gourevitch, 2000).

Como vimos, o sentimento de exclusão vivenciado por muitas crianças soldados também pode ser um incentivo ao alistamento militar voluntário. Esta sensação pode ser provocada em duas esferas: família e escola. A brutalidade da guerra impacta as relações familiares, fragilizando-as e aumentando o nível da violência dentro do núcleo familiar. Isto é, a guerra torna a família um microcosmo da violência social que a circunda (Pintar, 2000, *apud*, Wessells,

2006, p.135). Além disso, a violência familiar também pode estar associada à incapacidade do homem de cumprir seu papel como provedor em função, por exemplo, da instabilidade econômica gerada pela guerra. A taxa de desemprego de 70% não é rara em zonas de guerra (Wessels, 2006, p.26). Em consequência desta ameaça da identidade masculina e da perda do sentimento de poder, os homens tendem a ser mais violentos e batem em suas mulheres e filhos como forma de reafirmar sua autoridade. Neste contexto, a criança busca qualquer oportunidade para sair de casa e um dos caminhos é se voluntariar como soldado.

Já na escola, a reprovação é a principal causa do sentimento de exclusão. Segundo a pesquisa da OIT (2003, p.31), apesar de 68,4% das crianças do Congo terem freqüentado a escola antes do recrutamento, a maioria delas já havia repetido algum ano. Neste caso, o alistamento é uma solução diante das más experiências advindas das falhas na escola.

Enfim, a partir desta análise sobre as possíveis razões para o alistamento das crianças, seja através do recrutamento compulsório ou por própria iniciativa destes jovens, percebemos que é praticamente impossível identificar um único motivo para explicar o amplo envolvimento das crianças com os grupos armados. Na realidade, as causas subjacentes ao fenômeno da criança soldado devem ser entendidas como contextuais, específicas de cada indivíduo e embebidas em amplos sistemas de exploração e violência (Wessels, 2006, p.55).

Uma vez analisadas as causas subjacentes e as formas de recrutamento militar destes jovens, focamos, no próximo tópico, nas etapas seguintes deste processo de transformação de crianças em soldados: a doutrinação e o treinamento.

2.2.2.2. Doutrinação e Treinamento

O envolvimento da criança com a guerra, não só como vítima, mas também como perpetrador da violência começa com o recrutamento militar, que pode acontecer de forma compulsória ou sem ameaça do uso da força, como vimos acima. Em seguida, o longo processo de transformação do civil em uma criança soldado é iniciado, marcando uma transição de vida profunda. Separado dos pais e distante do apoio dos amigos e da família, estes jovens entram em um mundo

novo governado por regras militares rígidas, disciplina severa, múltiplas privações e contato freqüente com a morte. De forma resumida, a adaptação à vida militar acarreta um processo de “ressocialização” que pode levar à mudança do comportamento, dos papéis, dos valores e das identidades: “In its extreme form, the process involves both taking apart and *remaking the child*” (Wessels, 2006, p.57; ênfase minha).

A iniciação destes jovens soldados em um contexto de violência e conflito armado, portanto, é um processo de reconfiguração de identidade cuidadosamente orquestrado com a finalidade de romper os laços com a sociedade e de transformar meninos e meninas em assassinos impiedosos. Dessa forma, as crianças, muitas vezes, cometem atos que a moral e os valores proibiriam na vida civil.

O primeiro momento da transformação do civil em uma criança soldado é a doutrinação, seguida do treinamento e, por fim, da participação em combate. A doutrinação – ou, ato de imbuir a criança com a visão de mundo de um soldado - garante o que os analistas chamam de “motivação de apoio”, i.e., o conjunto de fatores que mantém os soldados no exército independentemente dos riscos e das exigências da campanha. A tecnicidade do termo doutrinação é, em muitos casos, um eufemismo para esconder o regime brutal e de manipulação psicológica aos quais as crianças soldado são submetidas. Com isso, o objetivo dos comandantes das organizações militares, oficiais ou não, é alcançado, ou seja, é garantida a obediência absoluta destes jovens em relação ao grupo armado. Um exemplo típico ocorreu no Paraguai, em que treinadores militares oficiais bateram em crianças com 12 anos com paus e com a extremidade mais grossa dos rifles e ainda os queimaram com cigarros – tudo para torná-los soldados (Singer, 2006, p.71).

Uma das táticas comuns de doutrinação é a participação forçada das crianças soldado em atrocidades contra os próprios parentes e a comunidade de origem. Este tipo de ritual de iniciação é bastante utilizado com as crianças recrutadas de forma compulsória, pois diminui as chances de fuga, uma vez que o jovem se dá conta de que sua própria comunidade o verá como assassino e provavelmente não o aceitará de volta. Além disso, a participação forçada em assassinatos é uma forma de tornar as recém crianças soldado insensíveis em relação à violência. Dessa forma, o terrível, aos poucos, torna-se parte do cotidiano: “Through progressive exposure to violence and removal of personal

responsibility for killing, even normal people can become effective killers” (Wessels, 2006 p.59).

Ao longo do período de doutrinação, é fundamental o ensinamento das regras estabelecidas pelo grupo armado, que, obviamente, são distintas daquelas às quais as crianças foram submetidas quando civis. Este processo é, geralmente, acompanhado do uso de violência e de castigos variados. A reação destes jovens às punições decorrentes da violação destas novas normas, diverge, frequentemente, de acordo com a forma de recrutamento, isto é, se esta foi compulsória ou voluntária. Se, por um lado, a criança raptada considera o castigo injusto, a outra que optou por se alistar tende a acolher as regras e a ideologia do grupo armado e, portanto, aceita a punição como justificável (UNICEF, 2003):

I was beaten only once. They told us not to go home and drink alcohol. I went home and got drunk and fired my gun. We were told not to use our weapons in the villages. Some BRAs heard it and reported me. I was drunk with my friends. [He thinks he was 16 years old then] The commander, in his 30s, threatened to kill me if I ever did it again. The whole section beat me up. I broke a rib. I accept it. I know it was my own mistake. [Ex-menino soldado da Papua-Nova Guiné, se alistou quando tinha 15 anos] (p.42).

Os castigos mais severos são, na maioria dos casos, respostas às tentativas de fuga com objetivo de deter a ação e evitar o vazamento de informações sobre a localização e vulnerabilidade do grupo. Embora a pena de morte seja a punição mais comum em casos de fuga, outras formas de tortura também são utilizadas. Por exemplo, ex-crianças soldado na Colômbia, Peru, Moçambique e na República Democrática do Congo revelam terem sido obrigadas a beber o sangue ou até mesmo a comer o coração das vítimas (Singer, 2006, p.74).

O isolamento das crianças soldado, que são mantidas nos campos de treinamento dos grupos armados, é outra tática comum da doutrinação. Sua finalidade é tanto estreitar o mundo destes jovens – isto é, desconectá-los de seu passado e de seus laços familiares - quanto escondê-los do conhecimento público, reduzindo assim a responsabilidade do grupo perante as comunidades local, nacional e internacional. Somado a isso, uma das conseqüências diretas do isolamento das crianças soldado é o aumento da dependência destas em relação ao grupo armado, especialmente, aos seus líderes, que, por sua vez, fortalecem o controle sobre os jovens.

Outra forma de garantir o processo de “ressocialização” das crianças a partir de uma nova identidade - neste caso, militar - é submetê-las a uma carga de

exercícios físicos pesada com objetivo de levá-las à exaustão máxima, criando, assim, um estado mental que facilita a doutrinação ideológica. Honwana (2006, p.58) ilustra esta estratégia com o caso de Angola, onde muitas ex-crianças soldado, ao relatar as experiências militares, mencionam a Jura, uma forma de rito de celebração adotada pela UNITA. A fim de induzir os jovens angolenses recrutados a esquecer sobre a comunidade de origem e a família, estes são obrigados a cantar e dançar durante toda a noite sem parar.

Esta transição de vida profunda da criança civil para criança soldado acontece tanto no nível psicológico, como vimos acima, quanto no processo de “reidentificação” física. Muitos grupos armados, como o *Liberation Tigers of Tamil Eelam* (LTTE), no Sri Lanka, raspam a cabeça das crianças ou gravam com pedaços de vidro a sigla da organização militar em seus peitos, braços ou até mesmo nas testas (HRW, 2004a). Estas práticas, além de marcarem a ruptura com a identidade civil anterior, dificultam as fugas e o processo de reintegração destas crianças a comunidades, onde tais organizações militares são odiadas. Como parte deste processo, as crianças soldado também recebem codinomes e são proibidas de utilizar os nomes antigos ou até mesmo apelidos que remetem às experiências passadas com a família e com os amigos (Honwana, 2006). Na maioria das situações, os novos nomes estão associados às características específicas das crianças ou à agressão cometida por elas durante o combate, como as crianças soldado na Libéria:

‘Laughing and Killing’ because the boy soldier would laugh as he killed enemy fighters; ‘Disgruntled’ because the child soldier was not satisfied with the fighting; ‘Captain No Mercy’ because the officer would kill if someone disobeyed orders; and ‘Walking Stick’ because this child was made to walk directly behind his commander (HRW, 2004b, p.26).

Enfim, independentemente dos meios de doutrinação, o resultado é basicamente o mesmo: a reconfiguração moral que permite a transição da criança à vida militar¹⁵, na qual atividades, antes proibitivas, se tornam parte integral do dia-a-dia. A partir de métodos brutais e de punições severas, argumenta Wessels (2006), as crianças são submetidas a uma mentalidade de “matar ou ser morto”,

¹⁵ É importante ressaltar que “vida militar”, neste contexto, equivale à vida da criança uma vez envolvida com um grupo armado, oficial ou não, i.e., que não é civil. Sabemos que o militarismo do Estado moderno possui características distintas e submete-se a outras regras.

que fortalece o controle dos comandantes sobre os jovens soldados e os prepara psicologicamente para mais violência:

In this manner child soldiers learn to devalue human life and to dehumanize themselves, relinquishing their independence and accepting their violations of previously embraced moral sanctions against killing a friend (p.65).

Finalizado o processo de doutrinação, inicia-se o último passo do procedimento de conversão de uma criança em um soldado: o treinamento. Na maioria das situações, o tempo dedicado a esta etapa é de aproximadamente duas semanas, incluindo apenas exercícios militares fundamentais e instruções de tiro:

(...)I didn't have any military training – the only training that I had was how to clean guns, take them apart and put them back together. The only thing that I heard from Falintil about fighting was "if you see enemy, you shoot him. If you don't shoot him, you will be killed. [ex-menino soldado no Timor Leste] (UNICEF, 2003, p.38)

Em função da inadequação do treinamento, o risco de morte das crianças soldados aumenta. Isto ocorre, primeiro, porque estes jovens são incapazes de se proteger adequadamente e, somado a isso, não sabem lidar com as minas terrestres e outros obstáculos inerentes à rotina do conflito, sendo tratadas, então, como descartáveis (Wessells, 2006, p.67). No entanto, independentemente dos riscos, há relatos de crianças que elogiam o treinamento e valorizam as novas habilidades conquistadas. Vale sublinhar, nesse sentido, que estes jovens soldados estão sob forte influência dos discursos ideológicos dos líderes dos grupos armados, que buscam justificar o combate. Na Colômbia, por exemplo, a guerra é apresentada como o duelo entre o “povo” e a “oligarquia militar”, apoiada pelo imperialismo norte-americano (HRW, 2003). Para isso, a apresentação às crianças soldado de imagens de heróis e de mártires é uma estratégia bastante comum:

They teach us history: the history of Che Guevara or Jacobo Arenas or Marxism-Leninism every day from 3:00 to 4:00 p.m. We read. There isn't any math or science taught, only politics, weaponry, and the FARC's rules. Before we go out to fight, there is a talk: “We are going out to defend Colombia, so that equality can come—to help the poor—so that the rich don't take from the poor. (ex-menina soldado; Ibid., p.62).

Durante o treinamento, as crianças soldado desempenham diversas funções, como cozinheiro, portador, mensageiro, espião, escravo sexual ou combatente. Os papéis exercidos por estes jovens variam de acordo com o contexto e com as características de cada um, como gênero, idade, tamanho e habilidades. As crianças mais novas, por exemplo, são, geralmente, usadas como espiãs, pois são

menores e, portanto, conseguem se mover livremente sem levantar suspeitas (Singer, 2006, p.75). No entanto, a maioria destes jovens é recrutada, primeiramente, para lutar e é rapidamente treinada para desempenhar este papel. De acordo com a pesquisa da UNICEF (2003), 91% das crianças soldados serviram como combatentes; da mesma forma, o estudo da Organização Internacional do Trabalho (2003) afirma que, na África, 87% das crianças recrutadas serviram nas linhas de frente. Somente na Libéria, cerca de 80% das crianças soldado estiveram envolvidas no combate direto (IRIN, 2003, *apud*, Singer, 2006, p.77).

Diante da superficialidade do treinamento, a primeira reação das crianças soldado ao caos do combate é um medo intenso. Inclusive este é o sentimento, sem dúvida, mais difundido nas narrativas das ex-crianças soldado: medo de precisar lutar, medo de ser morto, medo dos comandantes (Honwana, 2006). No entanto, devido, especialmente, ao desejo de sobrevivência e à intimidação exercida pelos comandantes que, geralmente, punem cruelmente os soldados considerados “medrosos”, o temor é rapidamente substituído pela necessidade de adaptação. Esta exigência, em muitos casos, é somada ao desejo de vingança, que ajuda as crianças a administrar o próprio medo e, conseqüentemente, a lutar de forma mais eficaz.

Com o passar do tempo, preenchido por um processo de doutrinação intenso e pelo treinamento militar¹⁶, as crianças soldado podem se tornar assassinos obedientes, dispostos a participar das atividades mais perigosas. Aliado a isso, diferente dos soldados adultos, as crianças muito novas não reconhecem os riscos reais do combate. Como o próprio comandante de um grupo rebelde na RDC afirmou: “Children make good fighters because they are young... They think it’s a game, so they’re fearless” (Singer, 2006, p.80).

No entanto, se a pressão psicológica e as punições físicas estabelecidas pelos grupos armados falharem, os comandantes podem usar drogas, que suspendem inibições normais ao debilitar os critérios de julgamento e as funções cognitivas, para garantir a atuação eficaz das crianças no combate. Em resumo: “Children are easily controlled and very brave when given drugs. Has no second thoughts and can always perform” (Wille, 2005, p.204).

Embora o tipo da droga utilizada varie de acordo com a disponibilidade em cada região, é possível, de forma geral, identificar as mais comuns: maconha, cocaína, anfetaminas e barbiturato. Na Libéria e em Serra Leoa, por exemplo, a droga favorita era o “Brown-brown”, que equivale à mistura de cocaína ou heroína com pólvora para intensificar seus efeitos (Wille, 2005). Num momento inicial, as crianças soldado são obrigadas a usar estas drogas e, na ausência de agulhas, os líderes dos grupos fazem um corte na veia dos braços ou na têmpora das crianças, inserem a droga e, depois, tampam o machucado com uma bandagem. Com o tempo, à medida que o vício aumenta, a maioria das crianças passa a utilizar as drogas voluntariamente:

(...) The lieutenant used to provide us cocaine. I put it here, on my nail, which is very long (...) I was free for us to fight. Just before the fight, we also used to smoke marijuana. It was common to us. Every day we smoked it (...) [Serra Leoa, - ex-menino soldado] (Peters e Richards, 1998, p.195).

O resultado é que, apesar de seu pequeno tamanho físico e imaturidade, crianças soldado se tornam participantes efetivos das chamadas novas guerras. Como um repórter da Rádio Netherlands afirma:

Children make very effective combatants. They don't ask a lot of questions. They follow instructions, and they often don't understand and aren't able to evaluate the risks of going to war. Victims and witnesses often said they feared the children more than adults because the child combatants had not developed and understanding of the value of life. They would do anything. They knew no fear. Especially when they were pumped on drugs. They saw it as fun to go into battle (*Apud*, Singer, 2006, p.83).

A partir desta análise, é possível perceber que o processo de doutrinação e de treinamento não representa apenas uma série de atividades às quais as crianças soldado são submetidas, mas é, principalmente, um procedimento de reestruturação interna das crenças, valores, atitudes e motivações destes jovens. Estas mudanças de comportamento são provocadas tanto internamente, à medida que as crianças desenvolvem um novo entendimento sobre o que é o conflito e se este é justificável ou não, quanto externamente, devido à pressão violenta exercida pelos comandantes, que torna as crianças completamente suscetíveis. No entanto é fundamental destacar que a identidade “soldado” ou “guerreiro” assumida pelas crianças durante a guerra não deve ser essencializada nem considerada imutável.

¹⁶ Novamente, os termos doutrinação e treinamento militar se referem ao processo de transição ao

As identidades das crianças, ainda mais do que a dos adultos, são múltiplas, fluidas e contextuais (Wessells, 2006, p.84).

Com isso, seguimos para o próximo e último tópico acerca do fenômeno da criança soldado, que aborda as conseqüências decorrentes da guerra à vida dos jovens desmobilizados no pós-conflito armado. Diante da brutalidade do processo de conversão de uma criança em um participante efetivo da guerra, não restam dúvidas de que muitas feridas, visíveis ou não, são provocadas. A análise destas conseqüências é um dos passos fundamentais para viabilização do desenvolvimento de programas de DDR de ex-crianças soldado adequados.

2.2.2.3.

As Feridas da Guerra

Uma vez analisado o processo de transformação de uma criança civil em uma criança soldado, fica claro que a participação destes jovens em conflitos armados provoca feridas, visíveis ou não, difíceis de serem tratadas, mesmo depois de passado muito tempo após o cessar-fogo. Nas narrativas das ex-crianças soldado¹⁷, identificamos problemas comuns com os quais elas convivem ao retornar à vida civil: desde pesadelos e perda de controle sobre a própria raiva ao aumento do consumo de álcool e dificuldade de concentração. Alguns jovens ainda mencionam o desespero, a sensação de abandono e de exclusão. Na pesquisa realizada pela UNICEF (2003), por exemplo, em praticamente todas as entrevistas, meninos e meninas comentaram sobre o sentimento de tristeza e a solidão decorrente da perda da família e de amigos.

Além das debilidades psicológicas apresentadas acima, as ex-crianças soldado carregam fragilidades físicas, sendo as mais comuns a perda de audição, cegueira e falta de algum membro, como braço ou perna. Os índices de doenças também são bastante altos – inclusive maiores do que entre os soldados adultos - em função dos estresses experimentados enquanto soldados e da má nutrição. Um problema particular são as doenças sexualmente transmissíveis (DST), cuja presença é predominante entre crianças soldado – neste caso, a taxa de infecção

qual as crianças soldado são submetidas e não às práticas do militarismo do Estado moderno.

¹⁷ Tais depoimentos foram retirados de relatórios produzidos por ONGs e pelas Agências da ONU, que lidam especificamente com o tema da criança soldado, e produções acadêmicas acerca do fenômeno de crianças soldado.

também é mais alta do que entre os combatentes adultos (Singer, 2006, p.111). Nos campos de repatriação em Uganda, por exemplo, 70 a 80% das meninas soldado e 60% dos meninos soldados testaram positivo para, no mínimo, uma DST (HRW, 1997, p.46). Outra dificuldade rotineira, que prejudica o desenvolvimento e a saúde futura destes jovens, é o vício em drogas. Como vimos acima, muitos grupos armados oferecem drogas às crianças soldado com objetivo de suspender suas inibições normais, garantindo, assim, sua atuação eficaz no combate. Serra Leoa é um dos casos mais ilustrativos, onde as estimativas indicam que mais de 80% dos combatentes da RUF usaram heroína ou cocaína (UNICEF, 2000, *apud*, Singer, 2006, p.82).

Minhas mãos tinham recomeçado a tremer, descontroladamente, e a enxaqueca tinha voltado com força total (...) Eu me curvava e rolava pelo chão ao lado da minha cama ou às vezes na varanda. Ninguém dava atenção, já que cada um estava ocupado lidando com seus próprios estágios de abstinência de maneiras diferentes (Beah, 2007, p.135)

Além deste apanhado geral acerca das implicações comuns da guerra na vida dos jovens desmobilizados, é importante atentar para as variações destes efeitos, que são muitas. Esta diversidade advém do contexto e das experiências que cada criança soldado vivenciou durante o conflito armado. Nesse sentido, a natureza, a duração e a severidade da rotina durante a guerra, que são singulares, influenciam fortemente os impactos na vida de cada ex-criança soldado no pós-conflito armado. Portanto, aceitar a visão dominante e reunir todos estes jovens em uma única categoria de “crianças traumatizadas, violentas e excluídas”, assumindo que todos foram afetados de maneira semelhante e requerem o mesmo tipo de apoio é questionável:

Recent research has challenged predominantly Western understandings of how child soldiers have been affected. Although children do experience war trauma, trauma is only one element of a much larger and more complex mosaic of psychosocial impacts (Wessells, 2006, p.128).

O trauma – vivenciado por várias das crianças desmobilizadas – causa, geralmente, pesadelos e flashbacks de experiências violentas relativas ao período em que estiveram vinculados aos grupos armados, gerando medo intenso e ansiedade. Como descreve um ex-menino soldado de Papua-Nova Guiné, que se alistou aos 7 anos: “I’m uneasy about being a soldier. Recalling all the experiences, it gives me fear. It is haunting me. After the ceasefire, I had more trouble settling. Now I’m sleeping okay” (UNICEF, 2003, p.64). Os pesadelos

revelam, em muitos casos, o trauma em relação aos assassinatos cometidos, ao fato de ter testemunhado violência e ao medo de ser estigmatizado. Outro tema comum dos pesadelos é a perda ou separação de suas famílias, especialmente, dos pais. Devido à dificuldade para dormir, as ex-crianças soldado apresentam também problemas de concentração, logo dificuldades para estudar e trabalhar. Além disso, em muitas crianças, as reações traumáticas são expressas por meio de dores de cabeça e de estômago.

O grande desafio em lidar com o traumatismo causado pela guerra é seu efeito prolongado. Em Moçambique, por exemplo, aproximadamente um terço das ex-crianças soldado tem pesadelos e apresenta sinais do trauma depois de quase 15 anos que o conflito armado terminou (Boothby, Crawford e Halperin, 2006).

Para as meninas soldado, os efeitos psicológicos provocados pelas experiências vivenciadas na guerra são somados à discriminação associada ao gênero, que dificulta a aceitação delas pela comunidade no pós-conflito armado. No caso das meninas acompanhadas de filhos, os quais, muitas vezes, são resultado de relações sexuais forçadas, a estigmatização sofrida é ainda mais acentuada. Como ressaltam McKay e Mazurana (2004, p.35):

When they returned, often with the stigma of having been a “wife” of a rebel captor – “husband” or the mother of a baby fathered by a rebel, they face specific reintegration challenges (...).

Vale ressaltar que a incidência do trauma entre as ex-crianças soldado, assim como outros possíveis efeitos da guerra, depende da natureza das experiências vivenciadas durante o conflito armado. A pesquisa conduzida, em Angola, pela ONG Christian Children's Fund durante o período entre 1996 e 1998 (*apud*, Wessells, p.131), indica a prevalência de experiências violentas entre meninos soldados, cuja idade média do recrutamento foi 13 anos e o período de estadia com o grupo armado foi 3.8 anos. Dentre estes jovens, 77.5% declararam já ter atirado em alguém; 67% perderam membros da família durante a guerra; 76% testemunharam algum assassinato; 61% já estiveram em situação de vida ou morte; e 29% afirmaram já terem sido feridos. Em seguida, o relatório apresenta as reações psicológicas associadas ao trauma: 50% afirmaram que ao pensar no passado, tentam bloquear o que aconteceu; 41% declararam ter dificuldade para dormir; 20% receiam que algo de terrível irá acontecer; 35.6% comentaram que a

capacidade de concentração é baixa; e 39% disseram se sentir mais nervosos do que no período anterior à guerra.

Os efeitos do traumatismo psicológico também variam de acordo com as motivações das crianças soldado para o alistamento. Em situações, nas quais os fatores ideológicos foram predominantes – por exemplo, em conflitos étnicos – os jovens, provavelmente, não apresentarão os impactos do trauma com a mesma intensidade que as crianças soldado que foram seqüestradas ou se alistaram por uma questão econômica. No caso da Intifada, dentre os jovens palestinos que cometeram atos violentos contra as forças israelenses, aqueles que acreditaram estar engajados em uma luta pela libertação se readaptaram mais facilmente à vida civil do que os meninos que participaram do conflito sem conferir um significado específico nas próprias ações (Barber, 2001).

Embora o trauma pós-guerra seja um fator, muitas vezes, prevaLENcente nas áreas destruídas pelos conflitos armados, este não é o único problema enfrentado pelas ex-crianças soldado. Para muitos destes jovens, as principais preocupações, ao voltar à vida civil, são a interrupção dos estudos, a falta de treinamento e de habilidades profissionais, o estigma e a exclusão social (Annan e Blattman, 2007).

Segundo pesquisa realizada com ex-meninos soldado de Uganda (Idem), as principais preocupações no pós-conflito armado, relatada nas entrevistas, são a interrupção dos estudos e como assegurar o próprio sustento diante da falta de experiência profissional. Neste mesmo estudo, os dados corroboram a crescente evidência de que crianças soldado e suas comunidades tendem a apresentar um grande poder de recuperação, logo se distanciam da imagem de pessoas traumatizadas descrita acima. No caso de Uganda, o nível de aceitação das ex-crianças soldado pela comunidade é alto e somente 5% dos 1219 jovens entrevistados mencionaram mais de oito dos 19 possíveis sintomas de estresse (p.4).

Mais uma vez, diante deste cenário diversificado em relação tanto à natureza dos conflitos armados, às experiências vividas enquanto crianças soldado quanto às feridas provocadas pela guerra, Wessells (2006) nos chama atenção para o risco de rotular um grupo tão diverso como simplesmente “crianças traumatizadas e violentas”:

(...) by implying that children are damaged, the trauma label encourages children to step into the role of victim. When children see themselves as victims, they tend to act in a passive, hopeless manner that impedes their recovery (p.134).

Da mesma forma que as crianças, ao se depararem com situações complexas, como o recrutamento militar e o combate, reagem e identificam meios para se adaptar e sobreviver, no pós-conflito armado, estes jovens desmobilizados desenvolvem estratégias para lidar com os desafios da readaptação à vida civil. Ou seja, em detrimento de aceitarem o papel de vítima, estas crianças são agentes na reconstrução das próprias identidades e rotinas. Dentro desta idéia, Boothby et al (2006) expõem o caso dos ex-meninos soldados de Moçambique, que propositalmente evitaram pensar sobre as experiências ruins vivenciadas durante a guerra; um deles, por exemplo, comentou que deixou de passar por perto de determinada árvore, onde o pai havia sido enforcado, pois aquele local trazia a tona memórias tristes.

Em resumo, é certo que a maioria dos estereótipos apresenta elementos verdadeiros. Dessa forma, a imagem da ex-criança soldado traumatizada pela guerra e indiferente ao valor da vida humana coincide com algumas realidades e não faltam exemplos de jovens desmobilizados com comportamentos violentos ou mesmo deprimidos¹⁸. No entanto, estas narrativas não constituem a regra nem são predominantes. Além disso, ao se basear neste estereótipo, a diversidade de perfis de ex-crianças soldado advinda, entre outros fatores, das distinções culturais, das diferentes experiências militares e das situações socioeconômicas particulares é ignorada.

Especificamente sobre o processo de reintegração das crianças desmobilizadas à vida civil, a adoção de um “padrão” de criança soldado é um fator influente. Como será discutido nos capítulos seguintes, à medida que as Nações Unidas baseiam-se em certa representação de criança soldado, heterogeneidades inerentes a este grupo são silenciadas. Conseqüentemente, as chances de sucesso dos programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração são minimizadas. Nesse sentido, nos valem do conselho sugerido por Wessels (2006):

¹⁸ Ishmael Beah (2007), um ex-menino soldado de Serra Leoa, conta, por exemplo, em seu livro autobiográfico as dificuldades dos profissionais, nos centros de reabilitação de ex-combatentes, para lidar com as crianças recém separadas das organizações militares em função de seu comportamento muito violento.

An enduring lesson for both research and practice is the value of asking children themselves how they understand their situation and what they regard as being in their best interest (p.153).

Enfim, uma vez analisados alguns dos impactos mais comuns da guerra na vida civil de ex-crianças soldado – sem ignorar as especificidades de cada caso – finalizamos o subcapítulo sobre os desafios contemporâneos. Por um lado, abordamos as chamadas novas guerras, que trazem ao cenário político internacional conflitos armados de características distintas daqueles anteriormente encontrados pela comunidade internacional; por outro lado, focamos em uma das práticas disseminadas neste novo contexto, isto é, o uso sistemático de crianças soldado por organizações militares, oficiais ou não. Dessa forma, a partir da análise do problema, seguimos então, à resposta sugerida pela academia, especificamente, pela literatura de Resolução de Conflito aliada aos Estudos da Paz.

2.3.

A Resposta Acadêmica: a Evolução do Campo Teórico da Resolução de Conflitos

A fim de identificar a resposta acadêmica aos desafios contemporâneos na área da Segurança Internacional discutidos acima, exploramos, nesta seção, a evolução do campo teórico da Resolução de Conflito (RC) e a contribuição dos Estudos da Paz, especificamente o trabalho desenvolvido por Johan Galtung (1996). A partir desta análise, é possível entender as alterações sofridas nas ações promovidas pelas Nações Unidas – especialmente, as operações de paz - na busca pela manutenção da paz e da estabilidade internacionais no período posterior à Guerra Fria¹⁹. Afinal, os avanços da RC são, em grande parte, respostas às mudanças ocorridas no cenário político internacional. Além disso, à medida que as técnicas de Resolução de Conflito se desenvolvem, a forma como o mundo se transforma também é impactada (Kriesberg, 2007, p.25). Destarte, esta interação – entre a prática e a teoria – é o fio condutor na análise desta resposta acadêmica.

O campo da “Resolução de Conflito” se estabeleceu como uma disciplina em meados da década de 50, i.e., no auge da Guerra Fria, quando o

desenvolvimento das armas nucleares e o conflito entre as superpotências eram considerados uma ameaça à sobrevivência da humanidade (Kriesberg, 2007; Miall et al, 2006). Desde então, o campo passou por profundas mudanças que alteraram a forma como os desafios são abordados. As diferentes fases da evolução da disciplina são relativas a períodos específicos, cada qual definido por características próprias decorrentes tanto dos debates teóricos no campo de estudos, quanto dos reflexos dos processos políticos. Deste modo, o instrumental disponível e desenvolvido pelos estudiosos do campo teórico da Resolução de Conflitos tem sofrido transformações importantes ao longo das décadas, influenciando a sua relação teórica com a sua aplicação prática:

Conflict Resolution is oriented toward changing conflicts so that they can be conducted constructively, even creatively, in the sense that violence is minimized, antagonism between adversaries is overcome, outcomes are mutually acceptable to the opponents, and settlements are enduring (Kriesberg, 2007, p.25).

A evolução do campo de estudos de RC pode ser dividida em quatro fases principais (Kriesberg, 2007). Entre 1914 e 1945 é o período dos “precursores”, quando os horrores das duas grandes guerras mundiais levam acadêmicos e *policy makers* a se dedicarem à análise das causas destes conflitos armados e dos possíveis meios para gerenciá-los, evitando tal devastação. Daí emergem as idéias e práticas que preparariam a base para o surgimento do RC. A segunda fase se concentra nas décadas de 50 e 60, quando o rápido aumento das atividades dos profissionais da área de RC garantiu material e fundamento para mais pesquisas na área. O terceiro momento, entre 1970 e 1985, foi caracterizado pela cristalização das idéias centrais sobre “resolução de conflito”, expansão de novas atividades na área e disseminação de publicações acerca do tema. E, por fim, a última fase, iniciada em 1986, é fortemente influenciada pela mudança na natureza dos conflitos armados (ver seção sobre Novas Guerras), que traz a baila uma série de desafios à disciplina de RC e de Segurança Internacional até então ignorados.

As práticas recentes da resolução de conflito foram fortemente impactadas pela predominância das chamadas novas guerras no período posterior à Guerra Fria. Isto se dá, especialmente, porque passamos a lidar com conflitos armados

¹⁹ A evolução das operações de paz, desde 1948 até hoje, e as atividades a elas incorporadas são melhor trabalhadas no capítulo seguinte, quando abordamos o programa de DDR como

assimétricos e internos aos Estados, cuja lógica é distinta daquela presente nos confrontos tradicionais entre partes relativamente similares, isto é, Estados soberanos (Miall et al, 2006). Diante deste novo cenário, os processos de resolução de conflito passam a contar mais freqüentemente com a participação de terceiros e seu escopo é ampliado. Diferente da resolução de conflito clássica, cujo objetivo era somente intervir no conflito armado e capacitar as partes envolvidas a estabelecer o cessar-fogo, a abordagem contemporânea apresenta uma visão mais ampla acerca do timing e da natureza da intervenção. Isto significa que é necessário ir além da supressão da violência direta e buscar a transformação das causas subjacentes ao conflito armado a fim de que: “behavior is no longer violent, attitudes are no longer hostile, and the structure of the conflict has been changed” (Miall et al, 2006, p.29).

Vale ressaltar que tais mudanças nas atividades da Resolução de Conflito, impulsionadas pela predominância das novas guerras, foram viabilizadas na prática com o encerramento da Guerra Fria no final da década de 1980. Com o fim da rivalidade EUA-URSS, a ONU estava livre das amarras políticas que a impediam de agir até então. Dessa forma, a organização foi capaz de atuar de maneira mais complexa, incitando seu papel na ordem internacional. Se antes era vista apenas como arena de uma disputa política e ideológica, o final da Guerra Fria reanimou a ONU e possibilitou que esta colocasse em prática o sistema de segurança coletiva previsto na Carta: a busca da manutenção da paz e da segurança internacionais com base na colaboração entre os Estados (Fetherston, 1994).

Assim, diante dos desafios contemporâneos trazidos a tona pelas novas guerras, acadêmicos e *policy makers* da área de RC tendem cada vez mais a incluir, em suas pesquisas, o desenvolvimento de respostas a partir de uma perspectiva de longo prazo, em detrimento do estabelecimento do cessar-fogo seguido do congelamento da situação imediatamente posterior.

Nesse sentido, é conveniente analisar esta nova forma de pensar dentro do contexto das idéias propostas por Galtung (1996), um dos expoentes do campo de Estudos da Paz. Galtung (1996) argumenta em prol de uma visão holística do problema, neste caso, do conflito armado:

possível resposta ao problema da criança soldado.

(...)There is no point in studying countries (...) as if these were unrelated by ties of conflict and cooperation to other countries (...). Peace studies is not inter-state and inter-nation: it is an approach to world studies in the sense of trying to take in the total world system. And there is no point in studying that system only in terms of military, or political, or economic, or cultural variables: everything must be taken into consideration (Galtung, 1996, p.22).

A partir da distinção entre violência direta, provocada intencionalmente por um ator, violência estrutural, que equivale a uma situação de violência – isto é, que causa sofrimento -, e a violência cultural, que legitima, através do uso de símbolos – sejam estes a linguagem, a religião, ideologia, entre outros – os dois tipos de violência anteriores, Galtung (1996) defende a construção de uma paz duradoura ou positiva - isto é, ausência ou redução dos três tipos de violência. Assim, a supressão da violência direta, objetivo característico da RC tradicional, não é suficiente para garantir a paz dita positiva. Para isso, é preciso ir além da resolução dos problemas imediatos e da conseqüente volta ao estágio anterior à eclosão do conflito. Nesse sentido, o conflito armado é tido como uma oportunidade de mudança construtiva a partir da transformação das contradições ali existentes.

Evidently something basic was wrong with the past, so the past can never be a sufficient basis for designing a better future (if it were sufficient, and since we have been in the past for a long time, we would probably have entered that better future already) (Ibid., p.109).

Esta idéia de transformação está fundamentada no modelo de conflito proposto por Galtung no fim dos anos 60. O conflito, segundo o autor, poderia ser analisado como um triângulo, cujos vértices seriam representados por: (i) contradição, que equivale à situação subjacente ao conflito – ou seja, incompatibilidade de interesses entre as partes envolvidas -, (ii) atitude, que é a percepção das partes sobre elas próprias e sobre os outros, e, por fim, (iii) comportamento, no qual se encontram os gestos que podem indicar conciliação ou hostilidade. Dentro desta idéia, a resolução do conflito depende, fundamentalmente, de uma série de mudanças capazes de gerar transformações em todos os três pontos formadores do conflito e não apenas da solução do problema aparente ou imediato.

Inspirado pelas idéias de Galtung, Lederach (2003)²⁰ define o processo de transformação do conflito:

Conflict transformation is to envision and respond to the ebb and flow of social conflict as life-giving opportunities for creating constructive change processes that reduce violence, increase justice in direct interaction and social structures, and respond to real-life problems in human relationships (p.22).

Assim, diante da ampliação do objetivo da Resolução de Conflito, se comparado às práticas tradicionais propostas por este campo de estudos, é difícil evitar a ambigüidade da expressão “resolução de conflitos”, que é utilizada para se referir tanto ao processo (ou intenção) de lidar com as causas primárias do conflito armado quanto à conclusão deste processo, i.e., a construção da paz duradoura. Tal imprecisão indicaria que o comportamento das partes não é mais violento e tanto a estrutura do conflito quanto a percepção de uma parte em relação à outra foram alteradas (Miall et al, 2006, p.29), transpassando uma idéia de continuidade e dinamicidade ao processo de resolução de conflitos. Se há algo de novo na era pós-Guerra Fria, é o fato de o processo de paz não se esgotar quando a violência direta termina, mas quando se lida com as causas que levaram as partes a optarem pela guerra (Zartman, 2007).

Por fim, é dentro deste entendimento de resolução conflito, cujo objetivo é a transformação de conflitos violentos – reais ou em potencial – em processos pacíficos de mudança social e política, que analisamos, no capítulo seguinte, os fundamentos da evolução das operações de paz e, especificamente, do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) de ex-crianças soldado. Dessa forma, passamos à seção seguinte, na qual trabalhamos o argumento de Michel Foucault sobre a constituição da sociedade disciplinar. Esta discussão nos é útil para questionar, no capítulo 4, a idéia de infância “normal” e os fatores considerados essenciais pela ONU ao retorno de ex-crianças soldado à vida civil no pós-conflito armado.

²⁰ Embora Lederach (2003) considere o processo de transformação de conflito independente do instrumental de resolução de conflito, neste trabalho, argumentamos que a transformação do conflito *integra* o processo de resolução de conflito, que visa lidar com as causas primárias do conflito armado (Miall et al, 2006).

2.4. Foucault e a Normalização da Infância

Nesta seção, discutimos o conceito de infância, que embora tenha sido padronizado internacionalmente a partir da Convenção dos Direitos da Criança, não é, certamente, compartilhado em todo o mundo. Esta análise é fundamental para avaliar a atuação da comunidade internacional diante do problema da criança soldado. Dependendo da representação de infância adotada para o desenvolvimento de respostas internacionais – neste trabalho, o programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de ex-crianças soldado (DDR) -, certas heterogeneidades advindas das diferentes condições sociais podem ser silenciadas, desencadeando em resultados aquém do esperado. Para esta discussão, exploramos, primeiro, o fato de a infância ser uma construção social em detrimento de uma condição biológica natural. Em seguida, com base no argumento de Michel Foucault sobre a constituição da sociedade disciplinar, analisamos como a noção de infância fundamentada na visão ocidental tornou-se o padrão de normalidade para esta etapa da vida. Por fim, introduzimos algumas das questões acerca dos efeitos da adoção de determinado conceito de infância pela ONU na elaboração do programa de DDR, que são mais bem trabalhadas no capítulo 4 desta dissertação.

Estudos contemporâneos acerca da infância estão cada vez mais comprometidos com a idéia de que este período da vida, assim como os outros – por exemplo, a adolescência ou a adultez – constitui uma construção social e não mais uma condição biológica, como durante muitos anos foi argumentado (Honwana, 2006). A infância como uma categoria social é um conceito relativamente recente. Philippe Ariès (1981) identifica a gênese da concepção moderna de infância no século XVIII, aliada às noções burguesas de família, casa, privacidade e individualidade. Até este momento, não havia, como concebemos hoje, dois mundos simbólicos distintos: por exemplo, as crianças e os adultos usavam o mesmo tipo de vestimenta e, quanto às brincadeiras, não havia a preocupação em preservar a moralidade da infância. Logo jogos hoje considerados inapropriados (como os de azar) faziam parte do dia-a-dia das crianças. Sendo assim, a única diferença entre estes dois períodos da vida era o tamanho físico – a criança era, simplesmente, o mini adulto.

Na sociedade medieval (...), o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento de infância (...) corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia (Ariès, 1981, p.156).

Como uma construção social, a infância não é uma experiência universal com duração fixa, mas é diferentemente constituída, exprimindo as diversidades entre sociedades, culturas e comunidades, além das distinções individuais relativas ao gênero, classe social, etnia e história. Logo, noções de infância não podem ser entendidas em termos universais. Assim, quando a Convenção dos Direitos da Criança estabelece que a criança é todo ser humano até os 18 anos de vida, esta consideração não é uma questão de mera contabilidade jurídica nem é socialmente indiferente. Pelo contrário, é uma questão de disputa política com fortes conseqüências na vida de muitas crianças em todo o mundo (Pinto e Sarmento, 1997).

Em muitos contextos sociais, a noção de infância diverge da visão ocidental. Por exemplo, diferente de crianças de classe média, cujos pais podem apoiá-los até estes serem capazes de se auto-sustentar, muitas crianças em todo o mundo assumem responsabilidades profissionais antes de completar os 18 anos. Em Angola e Moçambique, conta Honwana (2006), as crianças são apresentadas como fortes e resilientes por terem sobrevivido condições difíceis derivadas da guerra: “(...) being a child in this particular setting may have little to do with age (...) and is centrally linked to social roles, expectations, and responsibilities” (p.41)²¹.

Diante destes casos, é clara a distância entre a concepção da infância em algumas localidades daquela estabelecida pelo Direito Internacional Humanitário. Neste último, a criança é associada à imagem de seres pré-sociais, incapazes de assumirem responsabilidades e receptores passivos de experiências. Além disso, demandam serem separados das cruéis realidades do mundo adulto e protegidos do perigo social até completar os 18 anos de vida (Honwana, 2001). Ou seja, a infância – considerada *normal* - deve equivaler a uma fase despreocupada, segura e feliz da existência humana.

²¹ Para mais detalhes sobre a questão da infância em Moçambique e em Angola, ver Honwana (2001; 2006)

Nesse sentido, vale questionar, primeiramente, como um padrão de infância é estabelecido e mantido independentemente dos diferentes tipos de infância encontrados nos diversos espaços em todo o mundo. Num segundo momento, a pergunta deve ser direcionada às conseqüências da normalização da infância. Para analisar estas questões, optamos, neste trabalho, pela abordagem teórica de Michel Foucault (2008) em *Vigiar e Punir*, que é um relato das formas que constituem o indivíduo moderno, tornado normalizado por um poder maior que ele. O foco do autor é a sociedade moderna, que inaugurou novos métodos de controle minucioso do corpo – ou disciplinas –, por meio de uma coerção ininterrupta, velando mais sobre os processos de atividades que sobre seus resultados, esquadrinhando ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. As disciplinas foram, então, introduzidas no exército, nas escolas e nas fábricas da Revolução Industrial, se consagrando como fórmulas gerais de dominação.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2008) define as disciplinas como “poder da norma”, desempenhando uma das principais tecnologias de poder das sociedades modernas. Ao falar de norma, é importante sublinhar que, no início do século XIX, ocorre uma transformação nas relações entre regra e norma. A norma não é mais outro nome para regra, mas passa a designar sempre uma medida que serve para avaliar o que está conforme a regra e o que a distingue. Assim, a norma não está mais ligada à idéia de retidão, mas de “mediana”, isto é, a norma torna-se o parâmetro para opor o normal do patológico.

Nesse sentido, a penalidade, ou o poder de punir, contra aqueles classificados como anormais não visa nem a expiação, nem exatamente a repressão. A chamada sanção normalizadora coloca em prática cinco operações bem distintas: (i) Relaciona os comportamentos singulares a um conjunto, que é o princípio de uma regra a seguir; (ii) Diferencia os indivíduos entre eles próprios e em função da regra; (iii) Com base na noção de tempo evolutivo, hierarquiza as capacidades e a natureza dos indivíduos; (iv) Coage à realização de uma conformidade; (v) Traça o limite que definirá a fronteira externa do anormal. Em resumo, “a penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*” (Foucault, 2008, p.153).

Além da sanção normalizadora, Foucault chama atenção para indispensabilidade da vigilância hierárquica ao sucesso da prática disciplinar. A

tática disciplinar age sobre o corpo através de um olhar permanente para estabelecer com ele uma ligação de coação entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada, provocando uma imediata contrapartida: a servidão (Ibid., p.119). Ou seja, o poder torna-se incorporal, porque suas figuras orientam sem tocar e sem entrar em contato direto com o corpo. Assim, os procedimentos das práticas disciplinares colocam em prática a interiorização de suas normas e regras. O resultado final, portanto, é uma sujeição real, que nasce de uma relação fictícia.

A partir desta breve análise do argumento de Foucault em *Vigiar e Punir*, é possível entendermos como se deu o processo de produção de uma noção de infância normal, que é o foco desta seção. Ou seja, por meio de práticas disciplinares, são estabelecidas, ao mesmo tempo, a norma de infância à qual a sociedade deve se submeter e as noções de infância que devem ser corrigidas. Com isso, por meio da vigilância permanente e do medo da punição, as próprias sociedades, que possuem noções de infância distintas daquela estabelecida pelo Direito Humanitário Internacional, tendem a modificar seus gestos e se submetem à norma. Um exemplo prático é o fato da Convenção dos Direitos da Criança, que estabelece o “ser criança” até os 18 anos, ser o documento internacional com maior número de assinaturas de Estados – somente os Estados Unidos e a Somália não são signatários.

Neste trabalho, cujo foco é a reintegração das ex-crianças soldado à vida civil depois de terminada a guerra, esta análise/questionamento do parâmetro de infância normal é muito relevante. Claramente a imagem das crianças soldado foge à noção de infância de diferentes sociedades, inclusive daquela considerada normal pela comunidade internacional. Nesse sentido, a volta destes jovens à vida civil implica em atividades que visam à recuperação de certa infância interrompida durante os anos em que eles estiveram envolvidos com os grupos armados. No entanto os fatores considerados fundamentais ao retorno à vida civil variam de acordo com as condições sociais, às quais as ex-crianças soldado serão reintegradas. A criança em Moçambique não desempenha o mesmo papel nem tem as mesmas necessidades do que uma criança no Afeganistão ou na Colômbia. Logo, quando um programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de ex-combatentes, desenvolvido pelas Nações Unidas, parte de uma noção de infância, que embora considerada normal internacionalmente, é específica e localizada, é grande a chance de crianças soldado serem submetidas a um

processo de transformação²² que talvez não seja o mais adequado à reintegração à determinada sociedade. As conseqüências, neste caso, podem ser graves, pois as ex-crianças soldado, apesar de classificadas como *normais* após terem participado do programa de DDR, permanecem *excluídas* na comunidade da qual deveriam fazer parte.

Com base nestas questões acerca da infância e de suas demandas, suscitadas pela obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, analisamos, no capítulo 4, os depoimentos de ex-crianças soldado, que participaram ou não do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de ex-combatentes, acerca do retorno à vida civil. Nosso objetivo é analisar o quão distante ou próximo está o discurso da ONU em relação ao destes jovens sobre o que é fundamental para recuperação da própria infância.

Assim, uma vez analisada a discussão de Foucault (2008) sobre a fabricação do indivíduo moderno e traçado o paralelo com a normalização da infância, finalizamos o capítulo 2. Além da discussão proposta na seção 2.4, trabalhamos, neste capítulo, o fenômeno da criança soldado, caracterizado como um dos desafios contemporâneos no contexto das novas guerras, e a evolução da abordagem teórica da Resolução de Conflitos diante das mudanças no cenário político internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial. No próximo capítulo, deixamos, então, o campo teórico para analisar as repostas práticas desenvolvidas pela comunidade internacional, representada pelas Nações Unidas, aos desafios na área da Segurança Internacional apresentados na seção 2.2.

²² O termo transformação é utilizado em referência ao texto de Foucault (2008), no qual é argumentado que as práticas disciplinares modificam o comportamento daqueles classificados fora do padrão de normalidade.

3

Respondendo ao Problema da Criança Soldado: As Iniciativas Internacionais

3.1.

Introdução

Este capítulo defende o argumento de que o desenvolvimento de um programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) adequado às necessidades destes jovens é uma ferramenta essencial ao processo de transição destas ex-crianças soldado à vida civil no contexto de pós-conflito armado. Tal instrumento, aliado a outros programas inseridos no processo de reconstrução da sociedade no pós-conflito armado, permite que as crianças - uma vez desmobilizadas - desenvolvam as capacidades fundamentais para o rompimento com a vida militar e à construção da identidade civil.

O texto está dividido em três seções. No subcapítulo 3.2, abordamos a evolução na própria formulação e atuação das operações de paz, que frente às novas guerras - analisadas no capítulo anterior - , passam, a partir da década de 90, a abarcar cada vez mais novas funções civis e sociais. Tais tarefas vão desde o monitoramento de direitos humanos, organização de eleições, implantação de programas de DDR, repatriação de refugiados, instalação de programas de destruição de minas à reforma dos setores judiciário e policial (Bellamy et al., 2004; Doyle e Sambanis, 2006). Uma vez que o foco desta dissertação é o processo de reintegração das ex-crianças soldado à vida civil, analisamos, nesta seção, de forma mais aprofundada o processo de *peace-building* e, mais especificamente, o DDR, buscando destacar as limitações e os determinantes de sucesso do programa.

Na seção seguinte, apresentamos o histórico da relação entre o tema da criança e a agenda internacional: desde as noções mais superficiais de proteção da infância, presentes na Convenção de Genebra, adotada em 1949, às resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU, nas quais há recomendações específicas sobre o tratamento relativo às crianças soldado. Em especial,

exploramos o relatório “Os Impactos dos Conflitos Armados nas Crianças” (Relatório A/51/306), elaborado por Graça Machel, em 1996, a pedido do então Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali. Este documento é considerado o marco da entrada do fenômeno da criança soldado na agenda de segurança das Nações Unidas. A partir deste momento, aumentaram as pressões sob a comunidade internacional pela elaboração imediata de respostas à questão da criança soldado.

Por fim, no último subcapítulo, discutimos o programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração direcionado exclusivamente às ex-crianças soldado. O objetivo é, a partir da análise das peculiaridades deste grupo em relação aos combatentes adultos, identificar as necessidades específicas das ex-crianças soldado no processo de reintegração à vida civil e analisar como o DDR de criança responde – ou pode responder - a estas questões.

3.2. Operações de Paz Complexas

O programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de ex-combatentes – foco de nossa atenção neste trabalho - é uma das muitas novidades no cenário internacional diretamente ligadas ao aumento do escopo das operações de paz ditas “de segunda geração” (Bellamy et al, 2004), “multidimensionais” (Doyle e Sambanis, 2006; Fetherston, 1994) ou “complexas” (Durch, 2007). A mudança na própria formulação e atuação das operações de paz, por sua vez, está associada ao fim da Guerra Fria e às inúmeras mudanças que o término da rivalidade bipolar traz ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O fim da Guerra Fria, como vimos no capítulo anterior, traz a tona ao cenário internacional as chamadas novas guerras (Kaldor, 2001), isto é, conflitos de características distintas daqueles encontrados anteriormente pelos Estados. Diferente da guerra compreendida dentro do cenário europeu posterior à paz de Vestfália, em 1648, e que se reproduziu e se adaptou até a Guerra Fria, a maioria dos conflitos armados contemporâneos é caracterizada pelo: (i) caráter intra-estatal (ainda que com grande potencial de se manifestar através das fronteiras estatais e de provocar desestabilização regional); (ii) pela multiplicidade de causas e de atores, com constante presença de *spoilers* – indivíduos que utilizam a

violência para debilitar os esforços de paz (Stedman, 1997); e (iii) especialmente pelo elevado grau de violência contra as populações civis e de violações aos direitos humanos. Em tais conflitos, a morte e o sofrimento de civis não são mais um efeito colateral, mas o próprio alvo dos grupos armados (Fetherston, 1994; Kaldor, 2001; Schnabel e Thakur, 2001).

Ao mesmo tempo em que as novas guerras ganharam maior visibilidade no cenário internacional, a possibilidade de se colocar em prática o sistema de segurança coletiva previsto na Carta da ONU foi reinaugurada com o fim da Guerra Fria. O processo decisório no Conselho de Segurança foi ativado a partir do momento em que os EUA e a URSS (depois a Rússia) deixaram de usar o poder de veto sistematicamente e uma tendência à “cooperação” entre os Estados foi vislumbrada, como exemplificado na *Agenda para Paz*, de 1992:

Even as the issues between States north and south grow more acute (...) the improvement in relations between States east and west affords new possibilities, some already realized, to meet successfully threats to common security (*Agenda para Paz*, 1992, Art.8).

Assim, o fim do conflito Leste-Oeste permite as Nações Unidas, e mais especificamente o Conselho de Segurança, se comprometer com um maior papel na segurança global, acarretando um período fértil para as missões de paz, que aumentam em complexidade funcional e em números (Schnabel e Thakur, 2001). Segundo Fetherston (1994, p.22), “In the absence of other options *peacekeeping* was singled out to play a significant role in bringing about resolution in some of the most acute problems (...)”. Para este autor, o período de 1988 a 1993, chamado de “período de expansão”, é, de longe, o mais ativo na história das operações de paz.

A fim de entender as mudanças na formulação e na própria atuação das operações de paz no período posterior à Guerra Fria, é importante analisarmos, primeiro, os objetivos e princípios que guiaram as missões de paz até a década de 1990, isto é, as chamadas operações de paz tradicionais ou clássicas. As raízes desta noção de *peacekeeping* se encontram na Guerra Fria e na tentativa das Nações Unidas de conquistar um espaço de atuação na busca da segurança e da paz internacionais (Gareis e Varwick, 2005). A considerada primeira missão de paz ocorreu no fim da Crise do Suez, em novembro de 1956, quando a *United Nations Emergency Force* (UNEF) foi estabelecida entre os exércitos de Israel e do Egito na Península do Sinai (Ryan, 1998), coincidindo com o mesmo período

de estabelecimento do campo teórico de Resolução de Conflitos. Esta missão, assim como as seguintes, ocorreu depois de estabelecido o cessar-fogo e tinha como finalidade criar e cultivar as condições necessárias à efetivação do processo de diálogo político entre as partes beligerantes, que, geralmente, contavam com a ajuda de mediadores internacionais (Bellamy et al, 2004, p.95).

O *peacekeeping* clássico está fundamentado em três premissas, que nos remetem à concepção de guerra definida, no capítulo anterior, como tradicional. Primeiro, as partes beligerantes são Estados. Segundo, as unidades de combate são hierarquicamente organizadas, ou seja, são exércitos de acordo com a caracterização clausewitziana. E, por fim, os protagonistas do conflito desejam o fim da guerra e buscam uma resolução política (Ibid.). Dentro desta idéia, são estabelecidos os três princípios fundamentais, ou “Trindade Santa”²³, que guiarão as missões de paz: o consenso entre as partes envolvidas no conflito armado, a imparcialidade das Nações Unidas e o uso mínimo da força por parte das tropas da ONU.

Dessa forma, as atividades das operações de paz tradicionais estariam limitadas a simples observação e missões de *fact-finding*, à verificação do cumprimento das condições estabelecidas no acordo de cessar-fogo e à interposição de força entre as partes beligerantes. Em resumo, ao invés de a missão de paz buscar lidar com as causas do conflito, seu principal objetivo era o de criar o espaço necessário para as partes beligerantes agirem nesse sentido e, assim, não ferir a premissa básica do sistema internacional vestfaliano, ou seja, a soberania dos Estados membros. Isto é sublinhado na afirmação de Bellamy et al (2004, p.101): “Traditional *peacekeeping* is founded on the assumption that the belligerents have the political will to resolve the conflict, an assumption rarely supported in practice”.

Embora os arquitetos da Carta da ONU tenham vislumbrado uma instituição poderosa e capaz de regular a segurança internacional, as severas limitações à atuação das Nações Unidas, durante a Guerra Fria, impediram a instituição de cumprir seu papel originalmente previsto. No entanto, no final da década de 80, o

²³ As três premissas que orientam as operações de paz tradicionais são apelidadas de “Trindade Santa”, uma vez que qualquer missão só seria efetivada na prática, caso estes três princípios fossem respeitados. Assim, uma série de publicações acadêmicas (Bellamy et al, 2004, Doyle e Sambanis, 2006 e Fetherston, 1994) utiliza a expressão “Trindade Santa” para se referir aos princípios fundamentais do *peacekeeping* tradicional.

enternecimento das relações entre os Estados Unidos e a URSS contribuiu para projetar as Nações Unidas de volta ao centro da política internacional. O Conselho de Segurança, cujos membros permanentes impossibilitaram a implementação de iniciativas simples por meio do uso freqüente do poder de veto, alcançou uma capacidade inédita de tomar decisões e agir efetivamente (McQueen, 2006).

Somado ao vigor renovado da ONU, o aumento dos conflitos intraestatais – em detrimento de entre os Estados – impulsionou a expansão gradual das competências do Conselho de Segurança a fim de incluir ações que, alguns anos antes, teriam sido rejeitadas internacionalmente por contrariarem o princípio de não-intervenção previsto na Carta (Gareis e Varwick, 2005). Nesse sentido, estes autores afirmam: “Suddenly, blue helmets were no longer an exotic peripheral phenomenon of international peace and security politics, but rather one of its most important pillars” (p.103). Dessa forma, a operação de paz se tornou o principal instrumento para uma nova era de cooperação internacional em defesa dos direitos humanos e de uma renovada segurança global. Somente entre 1988 e 1992, 14 novas missões foram iniciadas, o que equivale a aproximadamente o total de operações de paz durante os 40 anos anteriores (Ibid., p.104).

Na ausência de instrumentos alternativos para lidar com os desafios apresentados pelas novas guerras, o *peacekeeping* passa a desempenhar, então, um papel fundamental na busca da resolução de problemas substancialmente distintos daqueles enfrentados até o início da década de 90. No entanto, uma vez que tais mudanças no cenário pós-Guerra Fria não haviam sido previstas pelos arquitetos da Carta, as Nações Unidas encontravam-se despreparadas para lidar com a complexidade das novas guerras (Fetherston, 1994):

This type of conflict, particularly when it is confined within borders of one state, does not fall easily within the compass of the Charter’s Articles. In addition (...), the Cold War made the Security Council incapable of dealing with most conflicts in any truly effective manner (p.20).

Neste contexto, torna-se imperativo o desenvolvimento de estratégias alternativas capazes de lidar com os conflitos armados contemporâneos. Este processo resulta nas chamadas operações de paz complexas (Durch, 2007). Neste contexto, a publicação da *Agenda para Paz*, em 1992, pelo então Secretário-Geral, Boutros Boutros-Ghali, desempenhou um papel importante na tentativa de expansão do *peacekeeping* tradicional com o objetivo de incluir novas formas de

manutenção da paz – desde a diplomacia preventiva a tarefas, como monitoramento de eleições e imposição da paz por meio do uso da força (Schanbel e Thakur, 2001):

It [*Agenda for Peace*] called for a new and comprehensive way of thinking about global peacekeeping responsibilities. It envisioned peacekeeping as an institutionalized instrument for global security patterns and structures which serve two primary purposes: to enhance the political and military position of the UN system, and to promote the political and legal status of individuals and subnational groups governed by states that could or would not fulfill their basic responsibility to provide for their citizens' security (p.241).

As operações de paz no pós-Guerra Fria, ou operações de paz complexas, são distintas das missões de paz tradicionais porque, primeiramente, tendem a ser internas aos Estados – em oposição às anteriores que eram entre Estados – e acontecem em um ambiente no qual a interposição de força pelas tropas da ONU entre as partes beligerantes é impossível ou ineficaz (Gareis e Warwick, 2005). Neste contexto, o círculo de atividades desempenhado por “capacetes azuis” é expandido e o uso de força pelas tropas da ONU é revisto, tornando a fronteira entre *peacekeeping* e imposição da paz cada vez mais nebulosa (Fetherston, 1994). Conseqüentemente, as operações de paz complexas também foram chamadas de “*Peacekeeping* Capítulo 6 ½” (Bellamy et al, 2004; Gareis e Warwick, 2005). Este termo foi utilizado justamente para sublinhar a natureza ambígua das operações de paz complexas que transitam entre a provisão consensual e pacífica delineadas no Capítulo VI da Carta da ONU e as medidas de coação previstas no Capítulo VII.

Em resumo, podemos identificar cinco características principais das operações de paz complexas (Bellamy et al, 2004, p.129): (i) ocorrem em contexto de violência - diferentemente do *peacekeeping* tradicional que acontece após a assinatura do acordo de cessar-fogo pelas partes beligerantes; (ii) são implementadas durante as novas guerras em detrimento dos conflitos interestatais; (iii) os “capacetes azuis” são incumbidos de missões mais amplas, como desarmamento de combatentes, organização e supervisão de eleições e ajuda humanitária; (iv) coordenação do componente militar com o civil, que está cada vez mais presente nas missões de paz; (v) e, por fim, há um distanciamento entre os objetivos das missões e os recursos disponíveis - isto é, a expansão do papel da ONU nas operações de paz complexas não coincide com a disponibilidade dos meios necessários para o cumprimento das novas funções.

Se, por um lado, as operações de paz tradicionais tinham como objetivo principal a supressão da violência direta por meio da manutenção do acordo de cessar-fogo – como a Resolução de Conflito clássica defende –, as missões de paz no pós-Guerra Fria, ou “complexas”, buscaram lidar com as causas estruturais dos conflitos em diversas frentes, não se limitando mais apenas à questão militar (Jakobsen, 2002). O objetivo maior, nesse sentido, é construir assim uma paz positiva e duradoura (Jakobsen, 2002; Herz e Hoffmann, 2004), através da formação de um novo ambiente político. Esta idéia nos remete ao argumento de Galtung (1996) e dos teóricos da Resolução de Conflito a partir da década de 90 (Miall et al, 2006), analisado no capítulo anterior. Para estes autores, não basta enfatizar somente a resolução dos problemas imediatos, pois a volta ao estágio anterior à eclosão do conflito não é suficiente à manutenção da paz. É fundamental analisar o conflito armado como uma oportunidade de mudança construtiva a partir da transformação das contradições socioeconômicas, políticas e culturais ali existentes.

O sucesso das operações de paz, no pós-Guerra Fria, passou a ser definido em termos da reconstrução das sociedades impactadas pelas guerras no pós-conflito armado, isto é, da criação das condições para a existência de uma paz duradoura (Jakobsen, 2002, p.275). Este processo resultou num aumento progressivo de funções além das militares:

While classical operations relied primarily on soldiers, the ‘second generation’ missions [operações de paz complexas] increasingly required the integration of civilian experts – for example, in the areas of civil policing, the administration of justice, humanitarian aid, public administration, and the organization and supervision of elections (Gareis e Varwick, 2005, p.104).

Ao assumir tais características, a operação de paz complexa se encontra onde as concepções vestfaliana e pós-vestfalianas de *peacekeeping* colidem (Bellamy et al, 2004, p.130). Por um lado, a incorporação de novas tarefas pelos “capacetes azuis” com base em adaptações ad hoc aponta para uma concepção pós-vestfaliana, uma vez que tais ações estão ligadas a questões internas aos Estados. Por outro lado, embora as missões de paz no pós-Guerra Fria aconteçam durante as novas guerras, estas ainda são guiadas pelos mesmos princípios da chamada “Trindade Santa”. Ou seja, as Nações Unidas de fato reconhecem a necessidade de ampliar o escopo das missões de paz para lidar com os novos desafios no pós-Guerra Fria, no entanto mantém as ferramentas conceituais do

peacekeeping tradicional. O choque de concepções, então, é ilustrado com questões, como: a exigência do consenso entre as partes beligerantes para aprovação da missão de paz é inviabilizada devido à diversidade de atores envolvidos – estatais e internos aos Estados – envolvidos nas novas guerras que, em muitos casos, não são legítimos internacionalmente nem estão dispostos a dialogar.

Nesse sentido, percebemos que a comunidade internacional não repensou o papel da operação de paz na política global, mas somente *adaptou* as ferramentas vestafalianas ao novo cenário (Bellamy et al 2004, p.132). Dentro desta idéia, podemos destacar a autorização do uso da força para além da autodefesa nas operações de paz legitimadas pelo Capítulo VII da Carta e a conseqüente redefinição do sentido de imparcialidade das Nações Unidas. Estas duas adaptações da “Trindade Santa” são justificadas pela busca estrita do cumprimento do mandato no contexto das novas guerras (Schnabel e Thakur, 2001). Isto é ressaltado na declaração do ex-Secretário-Geral, Kofi Annan: “Impartiality does not – and must not – mean neutrality in the face of evil. It means strict and unbiased adherence to the principles of the Charter – nothing more, nothing less” (1999, p.4) ²⁴.

Os primeiros exemplos de operações de paz complexas são aquelas estabelecidas, em 1989, em Angola, a UNAVEM, e na Namíbia, a UNTAG. Em ambas as missões, a ONU exerce um papel relevante na transição democrática, através, especialmente, do monitoramento de eleições. As missões na América Central, a partir de 1990, têm pela primeira vez, além do monitoramento de eleições, a função de desmilitarização – através da coleta e destruição de armamentos - e a participação ativa de ONGs e de organizações regionais, como a OEA (Forsythe et al, 2004). Um exemplo de operação de paz complexa, que reúne a maioria das características aqui apresentadas, é a UNTAC, no Camboja, estabelecida em 1992/1993. A missão contou com a repatriação de refugiados, a retirada de minas terrestres, o monitoramento de direitos humanos, assim como de eleições e da retirada das forças estrangeiras, além do estabelecimento de

²⁴ Kofi Annan, ‘Secretary-General Reflects on Promise, Realities of his Role in World Affairs’, address to the Council on Foreign Relations, 19 jan. 1999, UN Press Release SG/SM/6865, p.4. accessed at www0.un.org/News/Press/docs/1999/19990119.sgsm6865.html.

programas de DDR, administração pública, atividades educacionais e de informação (ONU, 1996). Desde então, as operações de paz complexas se tornaram predominantes no cenário internacional, como as recentes missões em Serra Leoa, na Costa do Marfim e a MONUC, na República Democrática do Congo (RDC), que chega a contar com 18.515 membros, dentre militares, observadores militares e policiais civis somente no mês de outubro de 2008²⁵. Além dessas, vale destacar as operações no Kosovo e no Timor Leste, que marcaram o novo investimento em processos de “administração transitória”. Em todos estes casos, o objetivo não era mais a interposição de forças entre dois Estados ou dois exércitos, mas contribuir para implementação das fundações necessárias à restauração da Lei e da Ordem em determinada sociedade (Poulligny, 2006).

Enfim, uma vez analisada a evolução na formulação e na atuação das operações de paz, abordamos, no próximo ponto, o processo de *peace-building* em si – componente essencial das missões de paz complexas - a fim de identificar suas dinâmicas e finalidades. Em seguida, avançamos em direção à análise do DDR, que desde a década de 90, está presente em praticamente todas as missões de paz multidimensionais²⁶, sendo considerado um dos elementos chave da reconstrução das sociedades no pós-conflito armado.

3.2.1. O Peace-building

De acordo com a *Agenda para Paz*, apresentada, em 1992, pelo então Secretário-Geral, Boutros Boutros-Ghali, o conceito de *postconflict peace-building* engloba todas as questões relativas à transição de uma situação de conflito armado para um contexto de paz: “action to identify and support

²⁵ “Size of Individual *Peacekeeping* Operations 2008”. Disponível em <http://www.globalpolicy.org/security/peacekpg/data/pkoms08.htm>. Acesso em 2 de dezembro de 2008.

²⁶ As últimas sete operações de *peacekeeping* estabelecidas pelo Conselho de Segurança incluíram programas de DDR em seus mandatos: a United Nations Assistance Mission in Sierra Leone (UNAMSIL, 1999), na República Democrática do Congo (MONUC, 1999), a United Nations Mission in Liberia (UNMIL, 2003), a United Nations Mission in Côte d’Ivoire (UNOCI, 2004), a United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH, 2004), a United Nations Operation in Burundi (UNOB, 2004), e a United Nations Mission in the Sudan (UNMIS, 2005). Além destas operações, a ONU ainda apóia programas de DDR em países, onde não há operações

structures which will tend to strengthen and solidify peace in order to avoid relapse into conflict” (1992, p.11). Desde este momento, *policy makers*, acadêmicos, Estados e organizações internacionais buscam identificar os ingredientes e passos fundamentais para garantir a paz na situação de pós-conflito armado.

Esta idéia está intimamente relacionada à busca – teórica e prática – de uma abordagem holística da manutenção da paz no pós-conflito armado adotada, como vimos no capítulo anterior, pelo campo teórico da Resolução de Conflitos no período pós-Guerra Fria. Ou seja, o processo de construção da paz duradoura deveria ir além das prioridades militares e de segurança para lidar também com questões políticas, sociais e econômicas a fim de transformar as contradições ali existentes que contribuíram para a eclosão do conflito armado (Miall et al, 2006). Para a ONU – finalmente livre das amarras políticas provocadas pela tensão entre EUA e URSS durante a Guerra Fria - os desafios são operacionais: como garantir os meios necessários para a reconstrução das sociedades impactadas pelas guerras e como expandir os mandatos das missões de paz a fim de garantir uma presença mais longa dos *peacekeepers* nas áreas afetadas pelos conflitos armados (Cousens, 2001, p.2).

Nos termos da Agenda para Paz, o objetivo do *peace-building* é complexo e inclui a prevenção do ressurgimento do conflito, o desenvolvimento de estruturas capazes de consolidar a paz e de aumentar a sensação de confiança e de bem-estar da população, a remoção dos problemas econômicos, sociais, culturais e humanitários subjacentes, e, por fim, a transformação das estruturas nacionais deficientes (1992, parágrafos 55, 59 e 57). Nesse sentido, podemos resumir os esforços do *peace-building* como aqueles cujo foco é contribuir para o surgimento e o desenvolvimento de processos políticos estáveis.

The objective of peacebuilding thus retains a focus on violent conflict (the central concern when peace is defined as the absence of war) but with an interest in the tools a society can develop to manage such conflict authoritatively and legitimately, which will involve some elements of positive peace (Cousens, 2001, p.13).

Para isso, os *peacebuilders* concentram os esforços na identificação e na tentativa de solução das causas primárias dos conflitos armados. Com base na idéia do conflito como um triângulo (analisada no capítulo anterior), Galtung (1996, p.112) afirma que o objetivo principal do *peace-building* é a superação das contradições, isto é, da incompatibilidade de interesses entre as partes beligerantes, que constitui a situação subjacente ao conflito. Já os outros dois vértices do triângulo – comportamento e atitudes – seriam responsabilidades dos processos de *peacekeeping* e *peacemaking*, respectivamente.

Na prática, a fim de superar tais contradições e, conseqüentemente, alcançar a estabilidade política e evitar o rompimento do acordo de paz, as atividades previstas para o processo de *peace-building* podem ser agrupadas segundo três dimensões distintas, mas interligadas (Barnett et al, 2007; Miall et al, 2006): 1. A criação de estabilidade; 2. Restauração das instituições estatais; e 3. Dimensões socioeconômicas do conflito. A primeira dimensão, cujos objetivos são reforçar a estabilidade no período de pós-conflito armado e evitar que os combatentes retornem à guerra, inclui atividades como programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de ex-combatentes (DDR), reforma do setor de segurança e controle de armas. O segundo grupo trata, por exemplo, do restabelecimento do funcionamento do sistema político, restauração das redes de comunicação e de transporte e da infra-estrutura educacional e de saúde. Por fim, a dimensão socioeconômica do processo de *peace-building* envolve o fortalecimento da sociedade civil, a promoção dos direitos humanos, o repatriamento dos refugiados e os programas de reconciliação e apoio ao desenvolvimento econômico.

No entanto, é importante destacar que, devido à diversidade dos sistemas políticos e sociais entre as sociedades impactadas pela guerra, o caminho adotado por cada Estado para alcançar a paz duradoura diverge em importantes aspectos. Dentre as características que definem os ambientes no pós-conflito armado e que, conseqüentemente, orientam a transição para uma situação de paz, podemos destacar: os efeitos do isolamento causado pela guerra²⁷, a influência dos acordos

²⁷ As novas guerras provocam isolamento em diferentes níveis da sociedade: o primeiro é a sensação de isolamento do combatente, que está mal preparado para retornar à vida civil; o segundo nível diz respeito à separação entre as áreas, onde os combates ocorreram, e o resto do Estado. Isto pode prejudicar a formulação dos programas relativos à construção da paz, já que muitos dos tomadores de decisão, por viverem fora das zonas de conflito, desconhecem as

de paz no processo de transição para uma situação política sustentável e a magnitude e urgência dos problemas que os Estados no pós-conflito armado enfrentam (Ball, 2001). Diante destes cenários, uma coisa é certa: o processo de *peace-building* sempre esbarrará em múltiplos desafios, que necessariamente variarão entre as sociedades.

War-torn societies need highly context-sensitive approaches to political stabilization, reform and reconstruction, and international efforts that are informed enough to adapt themselves to changing circumstances in real time (Cousens, 2001, p.15).

De forma geral, independentemente das particularidades de cada sociedade impactada pela guerra, as funções do *peace-building* enfatizam dois objetivos principais: prevenir o ressurgimento do conflito armado e construir um contexto de paz que não dependa do apoio externo (Bellamy et al, 2004, p.237). A próxima seção promove uma abordagem sobre como os objetivos e as assunções acerca do *peace-building* influenciaram o desenvolvimento do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de ex-combatentes (DDR). Esta análise é fundamental para o entendimento posterior acerca deste instrumento quando direcionado exclusivamente às ex-crianças soldado.

3.2.2.

O Programa Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de Ex-Combatentes

É comum a percepção entre *policy makers* de que o momento seguinte ao estabelecimento do cessar-fogo equivale ao retorno imediato da segurança e da proteção da população civil (Poulligny, 2004; Muggah, 2006). Parece intuitivo que mortes declinarão logo depois da interrupção do bombardeio. O senso comum, no entanto, não reflete a realidade. Embora as consideradas mortes diretas de fato cresçam rapidamente antes da assinatura do cessar-fogo e reduzam igualmente no pós-conflito armado, é certo também que as taxas de mortalidade continuam altas, às vezes, em níveis mais elevados do que antes do início da guerra (Muggah, 2005). Em muitos casos, os efeitos do “pós-conflito armado” podem, inclusive, cruzar fronteiras: gangues criminosas e milícias podem forjar parcerias

condições e demandas das áreas afetadas pela guerra; e, por fim, o isolamento do próprio Estado em relação à comunidade internacional, dificultando a arrecadação de doações e de assistência internacional (Ball, 2001, p.720).

interestaduais que, na realidade, contribuem para o tráfico de drogas, de armas e contrabando.

Diante de tais situações de pós-conflito armado, o programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de ex-combatentes se torna uma das atividades essenciais do processo mais amplo de *peace-building*. Embora em número menor quando comparado à quantidade de deslocados internos e de refugiados, os ex-combatentes constituem um grupo crítico nos esforços de *peace-building*, devido ao seu alto potencial de romper a estabilidade doméstica e até a regional. Muggah (2005) destaca, nesse sentido, a violência armada cometida, em especial, por ex-soldados e milícias que pode alcançar altas proporções à sombra do acordo de paz.

Dentro desta idéia, o DDR, desde o final da década de 80, se tornou um elemento integrante dos processos de paz (Muggah, 2005): em cerca de 10 anos, as Nações Unidas apoiaram a implementação (com diferentes níveis de sucesso) deste programa em situações diversas como na Namíbia, Camboja, Angola, Somália, Moçambique, Guatemala, Libéria, Serra Leoa, entre outros. Somente em 2007, o DDR fez parte de várias operações de paz, incluindo aquelas no Burundi, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Haiti, Libéria e Sudão (DPKO, 2008). Ao longo de quase duas décadas, o crescimento das operações de DDR não se deu apenas em termos numéricos ou de duração, mas também em complexidade. Por exemplo, intervenções passaram a enfatizar componentes especializados em repatriação de ex-combatentes e em atividades voltadas a crianças e mulheres soldado (DPKO, 2006).

No entanto a proliferação no número de programas de DDR e a experiência ganha com sua implementação não condizem com o grau de entendimento adquirido acerca da ferramenta, que ainda é relativamente baixo (Alden et al., 2007; Muggah, 2006). Recentemente, diversas iniciativas foram colocadas em prática como forma de aprofundar a compreensão da comunidade internacional acerca do programa. Por exemplo, a publicação, em 2006, do “Integrated Demobilization, Disarmament and Reintegration Standards” (IDDRS) pelo Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas (UNDPKO), cuja finalidade é criar, através da codificação das experiências acumuladas pela ONU nos últimos anos, uma base substantiva a partir da qual os Estados-Membros possam participar e apoiar os programas de DDR (UNDPKO, 2006). Neste

mesmo documento, a ONU – através do prefácio do então Secretário-Geral, Kofi Annan - deixa clara sua posição sobre a centralidade do DDR no processo de resolução de conflito e de *peace-building*: “the disarmament, demobilisation and reintegration (DDR) of former combatents and these associated with armed groups is a *prerequisite* for post-conflict stability and recovery” (UNDPKO, 2006, prefácio; ênfase minha).

Apesar destas iniciativas e de o DDR ser considerado uma ferramenta essencial no que diz respeito à segurança e ao processo de desenvolvimento no contexto de pós-conflito armado, ainda não há uma doutrina clara e acordada entre os Estados-Membros da ONU acerca do programa. Devido à diversidade e à heterogeneidade dos atores envolvidos e de suas perspectivas ideológicas, do consenso limitado acerca dos resultados, dos financiamentos e dos planos do DDR, o desacordo em relação aos objetivos e métodos de avaliação deste instrumento não é surpreendente (Poulligny, 2004). É certo que a ONU estabelece que o programa de DDR visa, principalmente, a promoção da segurança e da estabilidade no período de pós-conflito armado, no entanto, esta finalidade ainda é muito vaga. O que é “estabilidade”? O que é “segurança”? O que é “pós-conflito armado”? Isto explica, em parte, a tendência de associar expectativas e objetivos inapropriados ao rótulo “DDR”, além, claro, de dificultar a implementação do programa (Idem).

Neste trabalho, adotamos a definição do programa de DDR estabelecida pelas Nações Unidas, que indica o cumprimento de uma série de atividades desde a coleta e destruição das armas, estabelecimento de campos para receber os ex-combatentes até o apoio imediato e a longo prazo à inclusão social e econômica destes ex-soldados às comunidades de origem ou não. Da mesma forma, é fundamental destacar que o DDR é apenas um componente de um processo complexo de reconstrução da sociedade no período após o cessar-fogo. Ou seja, o DDR não é uma “Magic bullet” (Muggah, 2005) capaz de influenciar qualquer aspecto relativo ao processo de *peace-building*:

(...) any ‘successful’ DDR (...) depends equally on the management of ostensibly ‘political’ issues associated with reconciliation, peace-building and the meaningful reform of judicial, government and economic structures. Development actors often forget that DDR and weapons reduction *follow*, rather than lead, the political process (Ibid., p.248. Ênfase minha)

Mesmo sendo apenas um dos componentes da complexa operação de *peace-building*, é fundamental analisar os impactos do DDR no processo de reconstrução das sociedades no pós-conflito armado. Nesse sentido, o DDR não pode ser simplesmente tratado como uma ferramenta técnica: “DDR is about social engineering; it is also about politics” (Pouligny, 2004, p.6).

Para fins didáticos, nesta seção, o DDR é dividido em etapas - Desarmamento, Desmobilização, Reinserção e Reintegração - que são analisadas separadamente. No entanto, na prática, estas quatro fases não são processos independentes e sujeitos à implementação seqüencial, embora, muitas vezes, assim apresentadas. Nesse sentido, independentemente da análise do DDR segundo estas etapas, é válido ressaltar que entendemos tal ferramenta como um *processo*, não como um programa: “DDR processes will consist of a series of programs aimed at addressing the various needs facing ex-combatants, their dependents, and the communities where they settle” (Ball e van de Goor, 2006, iv, p.7). Ou seja, é importante reconhecer que o DDR não consiste de atividades lineares e distintas. São, na realidade, programas paralelos embebidos num processo amplo, dinâmico e integrado. Uma vez esclarecido tal ponto, passamos, então, ao primeiro bloco de atividades do DDR a ser analisado, o Desarmamento.

3.2.2.1. Desarmamento

O Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas (UNDPKO) (1999) define desarmamento como a coleta, controle e descarte de armas leves e pequenas e o desenvolvimento de programas de gerenciamento de armas responsáveis no contexto de pós-conflito armado. Nesse sentido, o Relatório Brahimi (2000)²⁸ afirma que os programas de desarmamento devem constituir a primeira fase de uma operação de DDR, pois facilitam a rápida desestruturação dos grupos armados, reduzindo as chances do ressurgimento do conflito. No entanto, o desarmamento, raramente, assegura a coleta total das armas em situações de transição de guerra para paz. Por exemplo, uma avaliação sobre o desarmamento da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), em

²⁸ O Relatório Brahimi, publicado em 2000, teve como objetivo apresentar propostas concretas em resposta aos principais desafios à condução de missões de paz pelas Nações Unidas.

1997, destacou que seria ingênuo acreditar que as 1824 armas de fogo entregues pelo representante da URNG equivalem a uma porção significativa das armas militares em circulação na Guatemala (Laurance e Godnick, 2001, *apud*, Knight e Özerdem, 2004). Entretanto, mais relevante do que a quantidade de armas recolhida é o comprometimento com o acordo de paz que o processo de desarmamento representa. Em apoio a esta visão, o Conselho de Segurança da ONU (2000, p.1) ressaltou a importância do desarmamento no nível simbólico:

Even if full disarmament and demilitarization prove unachievable, a credible programme of disarmament, demobilization and reintegration may nonetheless make a key contribution to strengthening of confidence between former factions and enhancing the momentum toward stability.

É importante deixar claro que o argumento acima não pretende questionar a importância do desarmamento em si, mas enfatizar sua real relevância no nível simbólico. Dentro desta idéia, é possível vislumbrar, em algumas circunstâncias, o início da fase de desmobilização sem o processo de desarmamento ser finalizado, desafiando as estratégias convencionais. Isto é, a afirmação do Relatório Brahimi quanto ao desarmamento ser a *primeira* fase do programa de DDR não é uma verdade incontestável.

O comprometimento com o acordo de paz, representado pelo desarmamento, contribui para o fortalecimento da confiança entre as partes, que somado à coleta das armas, é fundamental à criação de um ambiente estável. Sem instituições políticas legítimas capazes de fazer cumprir o acordo de paz, a construção de uma relação sem suspeitas entre as partes e com menos armas disponíveis é essencial para evitar a renovação dos dilemas de segurança que intensificaram o conflito no início (Spear, 2002). Nesse sentido, vale destacar a relevância do monitoramento eficaz do desarmamento e das sanções às violações do processo.

Neste trabalho, ampliamos a visão do desarmamento estritamente associado à desmobilização - isto é, referente à dissolução e ao desarmamento dos grupos armados - a fim de incluir os impactos econômicos e sociais do desarmamento na vida dos ex-combatentes e de seus dependentes (Alden et al, 2007; Knight e Özerdem, 2004). Ao invés do enfoque puramente militar, entendemos o desarmamento como um *contrato social* firmado entre os combatentes e o governo e a comunidade internacional, que age como mediador neutro:

The combatants surrender the security and economic surety that their weapons provide, in exchange for opportunities and assistance in finding new peaceful livelihoods (Knight e Özerdem, 2004, p.506).

A fim de estabelecer um contrato social sustentável entre ex-combatente e governo – isto é, a implementação de um processo de desarmamento eficaz – é preciso compreender, primeiramente, o papel que a arma desempenha em determinada sociedade. Estas podem ser símbolos de superioridade e de prestígio ou de transição bem-sucedida à adultez masculina, uma forma de moeda de circulação ou um meio para assegurar a sobrevivência (Spear, 2002). Estas funções socioeconômicas e culturais das armas demandam uma atenção especial na elaboração do processo de desarmamento. Por exemplo, é impossível pedir para os combatentes desistirem de suas armas sem apresentar oportunidades econômicas futuras que tornem a vida civil mais vantajosa que a militar. O caso da Somália é emblemático, uma vez que a falha no entendimento do contexto sociocultural local foi identificada como uma das razões chave para o desarmamento mal sucedido (Ibid., p.143). Ou seja, assim como em um contrato, ambos os lados se comprometem a fazer algo; no caso do desarmamento, os combatentes entregam as armas, enquanto que o governo e a comunidade internacional garantem oportunidades e assistência adequadas a cada sociedade e que, portanto, substituem o então papel da arma.

Há dois tipos de desarmamento, o cooperativo e o coercitivo (Ibid.). O desarmamento cooperativo, que é o foco deste trabalho, é mais comumente associado aos contextos onde acordos de paz foram estabelecidos e não houve um vencedor claro. Já o processo coercitivo é praticado, geralmente, pelas partes vitoriosas em guerras civis ou por forças de intervenção, por exemplo, as forças norte-americanas na Somália.

No caso do desarmamento cooperativo, as missões de paz das Nações Unidas utilizam diferentes métodos a fim de persuadir os combatentes a desistirem de suas armas, principalmente, quando o governo do país é instável e sua autoridade sob a população é questionável. Segundo Swarbrick (2007), a seleção dos incentivos para entrega das armas depende de uma série de fatores: a situação da segurança do país como um todo, o nível de autoridade e controle do governo sobre a população, a quantidade de recursos financeiros disponível ao programa de desarmamento e a capacidade de absorção dos ex-combatentes pela

sociedade. Somados a estes, ainda destacamos a análise do papel da arma em cada sociedade, como vimos acima.

Um dos meios de convencimento mais óbvios é o programa “arma por dinheiro”, em especial, porque os combatentes, dificilmente, aceitarão retornar à vida civil sem recursos financeiros próprios. O dinheiro como incentivo ao desarmamento foi utilizado, por exemplo, em operações de DDR em El Salvador, Haiti, Libéria, Moçambique e Nicarágua (Willibald, 2006). Nestes casos, é necessário verificar o valor de mercado de cada tipo de arma, pois o preço pago pelas missões de paz aos ex-combatentes deve ser menor. Assim o incentivo continua existindo, mas não contribui para criação de uma indústria de importação de armas (Swarbrick, 2007, p.35).

No entanto há riscos inerentes ao uso de dinheiro como meio de incentivo aos programas de desarmamento que devem ser ressaltados. Swarbrick (2007) destaca quatro aspectos principais. Primeiro, sem um controle apropriado, as armas entregues são de baixa qualidade e o exercício não resulta em um desarmamento verdadeiro, mas em algo próximo a um inventário (com as armas em boas condições guardadas pelos combatentes para o uso futuro). Outro desafio é transportar grandes quantidades de dinheiro para áreas pobres, onde vivem combatentes armados cujas intenções são incertas. Isto pode tornar a operação vulnerável e gerar choques entre os próprios combatentes. Um terceiro risco é um simples mal entendido capaz de criar a impressão de que alguns combatentes estão recebendo mais dinheiro do que outros, tornando a situação de segurança ainda mais precária. Finalmente, o pagamento aos ex-combatentes pode ser entendido pela comunidade como um “prêmio” pela violência cometida²⁹.

A compra das armas não é o único incentivo ao desarmamento. Em El Salvador, por exemplo, na segunda fase do desarmamento, as armas foram trocadas por *vouchers*, que poderiam ser utilizados em supermercados, farmácias e em lojas de sapato (Knight e Özerdem, 2004, p.505). Há também uma série de métodos inseridos na lógica da “arma por desenvolvimento”, na qual a arma pode ser trocada por um emprego, por bicicletas ou por outras formas de assistência ao retorno à vida civil (Spear, 2006, p.174).

²⁹ Este aspecto será melhor analisado quando abordarmos as fases de desmobilização e reintegração.

Independentemente do meio de convencimento utilizado para efetivar o desarmamento, é muito difícil, diante da permissividade do mercado de armas pequenas e leves, garantir que ex-combatentes não possuirão armas no futuro. Portanto, o sucesso do desarmamento deve ser medido em termos do fortalecimento de normas contra o uso de armas (Faltas e Di Chiaro, 2001, *apud*, Knight e Özerdem, 2004, p.505) e, principalmente, do incentivo à mudança de atitudes da própria sociedade em relação à arma e ao papel que esta desempenha (Pouligny, 2004; Spear, 2006). Isto ressalta a importância do aspecto psicológico – ou simbólico – do processo de desarmamento.

Assim, se o desarmamento nunca será completo (apesar de sua importância simbólica), muitos autores defendem a ênfase em outros elementos do programa de DDR e, especificamente, na reintegração econômica de ex-combatentes para que estes não retornem às armas como meio de sobrevivência (Pouligny, 2004; Spear, 2006). Nesse sentido, a ordem sequencial das fases do DDR, defendida pela UNDPKO (1999), perde sentido e as fases de desmobilização e de reintegração devem correr em paralelo ao desarmamento. Dada, então, a relevância do desligamento dos combatentes com a vida militar, passamos à análise da desmobilização – lembrando que esta apresentação sequencial das fases do DDR é apenas para fins didáticos.

3.2.2.2. Desmobilização e Reinserção

Desmobilização é definida como destituição formal e controlada dos combatentes das forças armadas e de outros grupos militares. Nos termos do UNDPKO (2006, p.2):

Demobilization is the formal and controlled discharge of active combatants from armed forces or other armed groups. The first stage of demobilization may extend from the processing of individual combatants in temporary centers to the massing of troops in camps designated for this purpose (cantonment sites, encampments, assembly areas or barracks). The second stage of demobilization encompasses the support package provided to the demobilized, which is called reinsertion.

A forma e as funções do programa de desmobilização variam de acordo com o contexto político onde este ocorre. No entanto, de modo geral, as atividades, nesta fase do processo, incluem o registro dos ex-combatentes, uma pesquisa acerca de suas necessidades e aspirações, exames médicos, aconselhamento

psicológico, pacotes iniciais de reintegração e transporte dos participantes às comunidades de escolha (Knight e Özerdem, 2004, p.507).

Nesse sentido, o estabelecimento de campos – ou acantonamento –, onde os ex-combatentes entregam as armas e recebem, por exemplo, treinamento profissional, atendimento psicológico e assistência econômica, é tido como um fator fundamental da desmobilização, principalmente, quando os participantes não têm uma comunidade para onde retornar (Pouligny, 2004; UNDPKO, 1999). Além disso, o fato de os ex-combatentes estarem reunidos nestas zonas permite uma coleta detalhada de informações acerca de suas necessidades e capacidades. Com estes dados é possível garantir um melhor planejamento dos programas de reintegração.

No entanto, embora teoricamente o acantonamento seja uma ferramenta fundamental do programa de desmobilização, falhas em sua implementação podem gerar retrocessos. Primeiramente, o atraso no estabelecimento dos campos em função, por exemplo, da falta de planejamento e de recursos, gera sérios problemas a médio e longo prazo. Em virtude desta demora, muitos combatentes optam pela “desmobilização espontânea”, na qual eles simplesmente abandonam os grupos armados e desaparecem (Spear, 2006). A auto-desmobilização resulta em uma quantidade significativa de pessoas deslocadas, constringendo a capacidade de atendimento dos serviços de apoio. Somado a isso, os auto-desmobilizados continuam armados, provocando um aumento da violência criminal. Por fim, no longo prazo, estes ex-combatentes, por não terem passado pelo processo formal de DDR, não têm acesso aos benefícios econômicos, logo tendem a voltar à vida militar como meio de sobrevivência.

Outro problema é ressaltado por Kingma (1997, p.161), que reitera a necessidade de uma operação logística ampla para garantir o aquartelamento dos ex-combatentes. O autor ressalta que se facilidades adequadas não forem oferecidas, “violent activities and rebellion could undermine the demobilization and reintegration process, as well as the total process”. Somado a isso, o custo para tais operações logísticas podem se tornar desproporcionais em relação aos recursos disponíveis às atividades de reintegração subsequentes (Knight e Özerdem, 2004).

Em consequência da insuficiência de recursos e da falta de logística adequada ao estabelecimento dos campos, muitas vezes a duração do

acantonamento extrapola o tempo previsto, que deve ser o mais breve possível. Em Moçambique, por exemplo, a desmobilização, que deveria durar seis meses, levou, na realidade, 16 meses, gerando insegurança nos campos e nos arredores. (Berdal, 1996, *apud*, Knight e Özerdem, 2004, p.508). Estes atrasos suscitam frustrações nos ex-combatentes, provocando tumultos e revoltas, que podem culminar em ataques contra as tropas da ONU e em roubo de comida e de outros suplementos (UNDPKO, 1999).

Analisados os principais desafios do programa de desmobilização, percebemos que o sucesso desta fase depende, fundamentalmente, de um bom planejamento tendo em vista a situação política e econômica local. Os campos do acantonamento permitem, se bem implementados, o rompimento dos ex-combatentes com a vida militar e o início do retorno à vida civil.

Segundo a abordagem seqüencial do DDR, o último componente da fase de desmobilização é chamado de reinserção e é definido da seguinte forma:

Reinsertion is the assistance offered to ex-combatants during demobilization but prior to the longer-term process of reintegration. Reinsertion is a form of transitional assistance to help cover the basic needs of ex-combatants and their families and can include transitional safety allowances, food, clothes, shelter, medical services, short-term education, training, employment and tools. While reintegration is a long-term, continuous social and economic process of development, reinsertion is a short-term material and/or financial assistance to meet immediate needs, and can last up to one year (UNDPKO, 2006, p.2; Ênfases minhas).

A reinserção tem sido um componente crucial nos programas de DDR, desde a fase de desmobilização em Uganda, do exército de Derg na Etiópia até o processo em Moçambique entre 1992 e 1994 e os programas atuais no Burundi e no RDC. Alden et al (2007, p.18) sublinham, nesse sentido: “The transitional nature and rationale of the process (...) places “reinsertion” firmly in the immediate, post-conflict stabilization phase”.

As necessidades básicas dos ex-combatentes e de seus dependentes podem ser divididas em dois grupos: (i) consumo familiar, que inclui alimentação, vestimenta, cuidados médicos e educação das crianças; e (ii) investimento familiar, como abrigo, utensílios domésticos e ferramentas profissionais (Kostner, 2001). O subsídio, oferecido em dinheiro e/ou em bens na fase de reinserção, é, geralmente, planejado para durar cerca de seis meses a um ano depois da desmobilização (Knight e Özerdem, 2004, p.510). Vale destacar que o valor oferecido, como regra geral, deve corresponder, em termos genéricos, ao nível de

renda doméstica da população em geral a fim de não causar ressentimento na comunidade para onde os ex-combatentes retornarão (Kostner, 2001). Somado a isso, uma vez que ex-combatentes podem ter pouca ou nenhuma experiência no gerenciamento do dinheiro, o pagamento deve estar aliado à provisão de sessões de educação financeira como parte do processo de reinserção.

No entanto, o subsídio em dinheiro não deve ser considerado exclusivo. Em Angola, por exemplo, além do dinheiro, os ex-combatentes receberam um kit contendo roupas, instrumentos domésticos, alimentos e ferramentas próprias à agricultura (Alden et al, 2007). Serviços médicos gratuitos também devem ser incluídos no pacote de assistência durante a fase de reinserção.

É importante destacar que a provisão dos benefícios na fase de reinserção, ou assistência transitória, não deve prejudicar o acesso dos participantes do DDR ao processo de reintegração a longo prazo. Ou seja, a reinserção deve atender as necessidades imediatas dos ex-combatentes nos primeiros meses após o rompimento com os grupos militares, enquanto que os projetos de reintegração não foram estabelecidos. Assim, uma vez analisadas as fases de desmobilização e de reinserção, passamos à etapa final do continuum do DDR, que é a reintegração dos ex-combatentes à sociedade civil.

3.2.2.3. Reintegração

As Nações Unidas estabelecem que enquanto a fase de reinserção equivale a uma assistência material e/ou material de curta duração com a finalidade de responder às necessidades imediatas dos ex-combatentes, a reintegração é “(...) a long term, continuous social and economic process of development” (UNDPKO, 2006). Dessa forma, este último passo do programa de DDR é um elemento essencial na construção da paz *duradoura*.

Kingma (2002) justifica o apoio à reintegração de ex-combatentes com base em três argumentos: primeiro, os ex-soldados podem contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades através da participação em atividades econômicas; outra razão é buscar incentivar os ex-combatentes a se engajarem em processos de paz, removendo os incentivos dos *spoilers* de manterem suas estruturas organizacionais; e, finalmente, atender as necessidades dos soldados

desmobilizados que ou sacrificaram as próprias vidas durante muitos anos para libertar o próprio país (por exemplo, EPLF na Eritreia e o PLAN na Namíbia) ou foram obrigados a se alistar, como em Moçambique, Serra Leoa e na Libéria. Vale destacar que o apoio oferecido aos ex-combatentes deve ser direcionado à satisfação de necessidades específicas a fim de evitar qualquer ressentimento entre os membros de comunidades em sua maioria empobrecidas pela própria guerra.

Um processo de reintegração eficaz deve envolver um esforço coordenado com o objetivo de promover apoio social, educacional e vocacional aos ex-combatentes e seus dependentes à medida que estes retornem às novas comunidades ou às de origem (Spear, 2006). Os ex-combatentes devem ser convencidos de que há melhores opções do que o retorno à vida militar – em outras palavras, existem oportunidades mais vantajosas no fim do processo de DDR.

Esta idéia de retorno à comunidade nos leva a refletir sobre o “terreno” ao qual os ex-combatentes são reintegrados. Na maioria dos casos onde os programas de DDR foram implementados, devastação das estruturas política, econômica e social é o que resta depois da guerra. De fato, em muitos países que vivenciaram as novas guerras, o enfraquecimento e decadência do Estado, a pobreza e as instituições políticas discriminatórias são as causas da violência em primeiro lugar. Nesse sentido, vale questionar o próprio uso do prefixo (re) de reintegração, quando o processo equivale, na realidade, à “integração” (Alden et al, 2007, p.23) a uma situação completamente nova.

Além disso, a idéia de reintegração – em detrimento de “integração” - vai de encontro com a abordagem adotada pelo processo *peace-building* de que é preciso ir além da volta ao estágio anterior à eclosão do conflito e transformar as contradições existentes na sociedade em questão para construir uma paz duradoura (Galtung, 1996). Isto é, dentro desta idéia, os ex-combatentes não podem simplesmente retornar aos papéis sociais desempenhados antes de a guerra acontecer, já que as condições e a situação social características do período anterior ao conflito não existem mais ou, principalmente, são indesejáveis.

Nesse sentido, o programa de reintegração está intrinsecamente relacionado ao contexto no qual o processo de DDR será implementado. Inclusive, é fundamental transmitir aos participantes do programa informações detalhadas sobre as condições estruturais às quais eles serão (re)integrados. Este

conhecimento delineará os limites acerca do que os ex-combatentes podem esperar receber do programa em termos de educação, treinamento vocacional, acesso a emprego, entre outros.

Da mesma forma que os ex-soldados devem estar cientes da situação socioeconômica da comunidade à qual eles serão reintegrados, a população civil, também afetada pela guerra, precisa ser preparada para recebê-los e deve ser incluída no processo de reintegração (Ball e van de Goor, 2006). Diferente das fases de desarmamento e desmobilização, em que os esforços são direcionados especialmente aos ex-combatentes, as atividades da reintegração devem ser baseadas na própria comunidade e compor os esforços gerais de reabilitação e de reconstrução no pós-conflito armado. Esta mudança de abordagem do indivíduo para a comunidade é justificada na medida em que o conjunto de beneficiários dos programas de reintegração é mais amplo do que o grupo alvo de ex-combatentes, pois inclui as famílias e a própria comunidade.

(...) reintegration in war to peace transitions involves many more people than simply the ex-combatant. It is not only the successful integration of ex-combatants into civilian society (that) lays the foundation for sustainable peace and demilitarization but the development of that very civilian society, one that is inclusive of the former combatant (Alden et al, 2007, p.32).

No entanto, embora os desafios sejam muitos e as iniciativas da fase de reintegração sejam planejadas para durar longos anos, o programa é, geralmente, restringido a um espaço curto de tempo (Pouligny, 2004). Isto ocorre, especialmente, porque a fase de reintegração desfruta, geralmente, do menor orçamento no processo de DDR: “The fact that it is not strictly a ‘military’ activity *per se* accounts for its relative neglect; it is not included in *peacekeeping* mandates so is not funded through *peacekeeping* operations” (Spear, 2006, p.176).

Em função da limitação do tempo, da vontade política e dos recursos financeiros disponíveis, os termos reinserção e reintegração se fundem. Esta última fase é reduzida a um processo limitado associado aos aspectos da paz negativa e da prevenção da violência direta em detrimento de um programa a longo prazo focado no desenvolvimento da sociedade, isto é, na minimização da violência estrutural (Alden et al, 2007). Tal incompatibilidade entre o discurso dos *policy makers* e das agências internacionais, que enfatiza a natureza duradoura e holística da fase de reintegração, e a prática dos processos de DDR, cujo foco é nas prioridades imediatas, ameaça o resultado final do programa como um todo:

(...) by setting unrealistic aims and objectives for DDR programs, crating expectation that DDR programs can, in practice, go beyond laying the groundwork for security to actually safeguarding and sustaining communities in post-conflict situations, policy makers and implementation agencies may inadvertently contribute to the failure of DDR (Alden et al, 2007, p.20).

Estas limitações impostas pelas condições no nível internacional são, a curto e médio prazo, inescapáveis, determinantes e, como exposto acima, prejudicam os esforços implementados durante o processo de DDR. É justamente neste contexto que uma abordagem da reintegração multifacetada, entendida no longo prazo e com fins desenvolvimentistas deve ser adotada. A partir deste entendimento, é possível continuar investindo em direções políticas que assegurem o retorno eficaz dos ex-combatentes às comunidades em situação de pós-conflito armado.

Enfim, uma vez abordada a fase de reintegração, concluímos a análise do processo de DDR, que desde as primeiras missões de paz no pós-Guerra Fria – Namíbia e Camboja, por exemplo – tem se mantido como elemento fundamental no contexto de reconstrução das sociedades no pós-conflito armado. No século XXI, os processos de DDR devem ser flexíveis, adaptáveis e fundamentados no ambiente sociocultural no qual serão implementados. Já é universalmente aceito que não há uma fórmula única para o DDR (Muggah, 2006). No entanto, independentemente das estratégias adotadas ao longo de cada DDR, é importante reconhecer que este programa é apenas um componente de um processo complexo de reconstrução da sociedade no período após o cessar-fogo. Portanto o sucesso do DDR depende do gerenciamento eficaz de questões políticas associadas à reconciliação, ao *peace-building* e à reforma significativa das estruturas jurídicas, governamentais e econômicas.

Assim, finalizamos o subcapítulo sobre as operações de paz características do período posterior à Guerra Fria, que aumentam em complexidade funcional e em números se comparadas às missões tradicionais. A idéia, a partir dos anos 90, como vimos, é lidar com as causas estruturais dos conflitos em diversas frentes, não se limitando mais apenas à questão militar. O objetivo, nesse sentido, é criar uma paz positiva e duradoura (Herz e Hoffmann, 2004) através da formação de um novo ambiente político. Destarte, destacamos, nesta seção, as tarefas relativas ao processo de *peace-building* e, mais especificamente, o programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de ex-combatentes. Com isso, avançamos à próxima seção, na qual abordamos a inserção do tema da infância na

agenda internacional. A partir desta análise, é possível compreender o contexto, no qual o processo de DDR direcionado exclusivamente às crianças soldado foi desenvolvido e considerado, desde então, a principal ferramenta capaz de tornar estes soldados mirins em crianças novamente.

3.3. O Tema da Infância na Agenda Internacional

Nesta seção, o objetivo é analisar a evolução do tema da infância na agenda internacional. Nesse sentido, traçamos um panorama desde a Convenção de Genebra, que apresenta as primeiras menções à proteção da criança em tempos de guerra, até as recentes resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas que lidam especificamente com a questão da criança soldado. Com esta abordagem, é possível perceber o processo que desvendou as dimensões de segurança do tema da criança soldado que, primeiramente, foi compreendido apenas como uma questão de cunho humanitário. Esta mudança de percepção acarretou um maior envolvimento do Conselho de Segurança com a questão da infância. Na prática, isto se reflete na inclusão de respostas ao problema de crianças soldado na própria elaboração dos mandatos das operações de paz.

No entanto, independentemente de quão extensa seja a lista de recomendações internacionais em prol da proibição do uso de crianças soldado, o crescimento e a magnitude desta prática em todo o mundo apenas ilustra o quanto ainda é preciso avançar para que as inovações normativas sejam traduzidas à prática. É inegável que desde a adoção da Convenção dos Direitos da Criança (1989), a qual estabeleceu a idade mínima de 15 anos para o recrutamento e participação em conflitos armados, progressos foram alcançados – especialmente, o tema entrou na agenda da Segurança Internacional. Entretanto, diante do cenário internacional, corroborado por depoimentos de ex-crianças soldados e relatórios internacionais³⁰, sabemos que ainda há um longo caminho a ser trilhado. Isto fica claro na declaração de Radhika Coomaraswamy, atual Representante Especial do Secretário-Geral para Infância e Conflito Armado, no release de lançamento do Relatório Machel + 10, em 2007:

The international community has been very active in developing a solid legal protection framework, but much more must be done to ensure compliance, to fight impunity and to address all violations against children.

A partir desta breve introdução, organizamos esta seção sobre a evolução do tema da criança na agenda internacional de forma cronológica, sendo o Relatório Machel, que alertou o mundo sobre as realidades brutais vivenciadas pelas crianças recrutadas por grupos armados, o principal marco. Logo, primeiro apresentamos os documentos pré-Relatório Machel, que inserem o tema da infância na Agenda Humanitária Internacional; em seguida, analisamos o relatório em si, tratando das conclusões e recomendações ali apresentadas; e, por fim, abordamos a relação entre este último documento e às respostas internacionais à questão da criança como ator efetivo da guerra.

3.3.1.

As Recomendações e Instrumentos Internacionais: a Criança na Agenda Humanitária Internacional

A lógica da estratégia de desenvolvimento de instrumentos legais é construir normas internacionais contra o recrutamento de crianças, utilizando tais padrões como meios de tornar aqueles que violam as regras responsáveis pelos próprios atos (Wessels, 2006). Até hoje, no entanto, a comunidade internacional foi mais bem-sucedida na elaboração destes padrões do que na sua implementação.

Segundo uma ordem cronológica, a inserção do tema da infância na agenda internacional de cunho humanitário é marcada pela Convenção de Genebra, adotada em 1949³¹. Especificamente, a quarta Convenção – sobre a proteção da população civil em tempos de guerra – explicita a proteção especial de meninos, meninas e jovens civis, isto é, não participantes efetivos das guerras. Ainda que o recrutamento e a participação de jovens menores de 18 anos em guerras não sejam proibidos expressamente – nem autorizados -, é preciso lembrar que, no momento da adoção da Convenção, o uso de crianças soldado não era uma prática disseminada. Mesmo assim, vale ressaltar que as normas contidas na Convenção

³⁰ Neste caso, podemos exemplificar com o relatório, publicado em Maio de 2008, pela ONG Coalition sobre o fenômeno da criança soldado, no qual são apresentados números e dados sobre a situação destas crianças em todo o mundo.

de Genebra não conferem às crianças a proteção necessária e, além disso, desconhecem muitas das circunstâncias que podem impactar os direitos das crianças durante o conflito armado (Coalition, 2002).

Em resposta à diversidade nas formas de condução das guerras e às conseqüências humanitárias características das guerras civis e de liberação nacional, os Protocolos Adicionais à Convenção de Genebra, aprovados em 1977, introduziram novas normas protetoras. Acerca da questão das crianças, as normas garantiram uma proteção muito mais incisiva a favor de meninos e meninas e, pela primeira vez, regulamentaram a participação de crianças em conflitos armados. Os Artigos 70, 77 e 78 do Protocolo I estabeleceram uma proteção tanto das crianças vítimas do conflito armado quanto daquelas que participam como atores. No caso dos perpetradores da violência, o Artigo 77, intitulado “Proteção das Crianças”, aponta para necessidade da implementação de uma regulamentação que limite o alistamento ou o recrutamento de crianças:

As Partes no conflito tomarão todas as medidas possíveis na prática para que as crianças de menos de 15 anos não participem diretamente nas hostilidades, abstando-se nomeadamente de os recrutar para as suas forças armadas. Quando incorporarem pessoas de mais de 15 anos mas de menos de 18 anos, as Partes no conflito esforçar-se-ão por dar a prioridade aos mais velhos (Parágrafo 2).

Quanto aos conflitos armados intraestatais, o Protocolo II faz clara referência à idade mínima para participação nas hostilidades: “As crianças com menos de 15 anos não serão recrutados pelas Forças Armadas nem por grupos armados e não é permitido que estas participem das hostilidades” (Art.4 núm.3). Se comparada com Artigo 77 do Protocolo I, esta é uma proibição absoluta que impõe uma obrigação mais estrita do que nos conflitos internacionais.

Dentro do sistema de proteção e direitos da criança, vale destacar também a Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada em 1959 pelas Nações Unidas. Este documento constitui uma das bases sobre a qual são elaborados os instrumentos direcionados à assistência das crianças. Embora a questão da presença de crianças em situação de conflito armado não seja abordada explicitamente, o Princípio VI estabelece que a criança deve crescer num

³¹ Além da Convenção de Genebra, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembléia Geral da ONU em dezembro de 1948, trata especialmente dos cuidados e do direito à proteção social da infância no Artigo 25.

ambiente de afeto e de segurança moral e material para desenvolver a sua personalidade.

Estes instrumentos legais internacionais contribuíram para a inserção do tema da infância na agenda internacional. No entanto a proibição legal do recrutamento de crianças soldado mais compreensiva e explícita é estabelecida somente na Convenção dos Direitos da Criança (CDC), adotada pelas Nações Unidas em 1989. Tal documento define os direitos mínimos de cada criança e foi amplamente endossado pelos Estados-membros. Até hoje somente dois países não ratificaram este documento: Somália, por não apresentar um governo oficialmente reconhecido, e os Estados Unidos, que apenas apresentaram a intenção de ratificá-lo. O artigo 38 do CDC remete à aplicação da Convenção de Genebra ao estabelecer a idade mínima de 15 anos para participação em combate e recrutamento por grupos armados:

Os Estados-partes adotarão todas as medidas possíveis, a fim de assegurar que todas as pessoas que ainda não tenham completado quinze anos de idade não participem diretamente de hostilidades. Os Estados-partes abster-se-ão de recrutar pessoas que não tenham completado quinze anos de idade para servir em suas Forças Armadas. Caso recrutem pessoas que tenham completado quinze anos mas que tenham menos de dezoito anos, deverão procurar dar prioridade ao de mais idade (Artigo 38, parágrafos 2 e 3).

Com esta breve análise dos principais instrumentos legais internacionais anteriores à publicação do Relatório Machel, seguimos para abordagem específica deste importante documento. O relatório marca a transição do olhar apenas humanitário acerca da problemática da criança em situação de conflito armado para percepção das dimensões de segurança do tema. Conseqüentemente, há um aumento do envolvimento do Conselho de Segurança das Nações Unidas com esta questão - especificamente o uso de crianças soldado - que passa a ser analisada no contexto da segurança nacional, regional e até mesmo internacional.

3.3.2.

O Relatório Machel: "O Impacto dos Conflitos Armados nas Crianças"

Diante da situação sombria na qual se encontravam as crianças em função dos conflitos armados, a Assembléia Geral adotou, em 1993, a Resolução A/RES/48/157 que exigiu do então Secretário-Geral, Boutros Boutros-Ghali, a indicação de um especialista independente para coordenar um estudo sobre o

impacto das guerras nas crianças. A nomeada foi a Sra. Graça Machel, ex-ministra da Educação de Moçambique e atual esposa de Nelson Mandela, que contou com o apoio da UNICEF, ACNUR e do Centro de Direitos Humanos das Nações Unidas para elaboração do relatório “Impacto dos Conflitos Armados nas Crianças”.

O relatório, como definiu Machel no momento da publicação, em 1996, é um alerta e clama por ação: é preciso adotar uma nova moral que coloque as crianças no espaço correspondente, isto é, no centro dos programas internacionais:

The impact of armed conflict on children must be everyone's concern and is everyone's responsibility; Governments, international organizations and every element of civil society. Each one of us, each individual, each institution, each country, must initiate and support global action to protect children. Local and national strategies must strengthen and be strengthened through international mobilization (p.73).

Em resumo, o relatório conta como exércitos, forças rebeldes, grupos paramilitares e milícias, em todo o mundo, recrutam centenas de milhares de crianças soldado, que, atualmente, somam cerca de 300 mil. É preciso ressaltar que para este documento, uma criança soldado corresponde a toda pessoa menor de 18 anos que tenha sido recrutada de forma compulsória ou voluntária por grupos armados oficiais ou não. Com base em entrevistas feitas com as crianças soldado, Graça Machel identificou as diferentes formas de recrutamento e relatou as funções que estes jovens desempenhavam enquanto membros dos grupos armados. Além disso, Machel contou o quão insensível à violência estas crianças se tornaram à medida que foram expostas diariamente a cenas de terror.

Até a publicação do relatório, nenhum acordo de paz havia reconhecido formalmente a presença de crianças combatentes e, portanto, suas necessidades permaneciam invisíveis aos olhos da comunidade internacional. Nesse sentido, Graça Machel enfatizou a necessidade do reconhecimento por parte dos Estados do uso de crianças como soldados e exigiu que acordos de paz e documentos relacionados incorporassem provisões específicas para a desmobilização e reintegração de jovens menores de 18 anos. No próprio relatório, a autora recomendou uma série de ações sobre como prevenir o recrutamento de crianças e explicitou como deveria funcionar o processo de desmobilização e de reintegração econômica e social destes jovens no período de pós-conflito armado. Somado a isso, Machel recomendou a proibição de minas terrestres e do envio de armas para

zonas de conflitos armados. Por fim, o relatório também sugeriu a convocação para a capacitação dos membros das forças armadas com a finalidade de evitar as violações relativas à questão de gênero em tempos de guerra.

Sobre especificamente o programa de desmobilização das crianças soldado, Graça Machel recomendou que as crianças sejam separadas imediatamente dos soldados adultos e transportadas para áreas localizadas distantes das zonas de conflito armado a fim de impedir que estes voltem a ser recrutados:

Clearly one of the most urgent priorities is to remove everyone under 18 years of age from armed forces. No peace treaty to date has formally recognized the existence of child combatants. As a result, their special needs are unlikely to be taken into account in demobilization programmes (...) The process of reintegration must help children to establish new foundations in life based on their individual capacities (p.14).

Em resumo, a exigência principal do relatório é: “Our children have a right to peace. Peace is every child's right” (p.73). Isto é, as crianças devem ser terminantemente excluídas das guerras. Para isso, Machel fez uma série de recomendações direcionadas à proteção das crianças durante os conflitos armados. No entanto, ao concluir o documento, Machel ressaltou que é preciso ir além do que já foi proposto para proteger as crianças das conseqüências da guerra e investir na resolução dos conflitos armados. Uma das primeiras respostas ao relatório da Graça Machel foi a adoção pela Assembléia Geral da Resolução 51/77 de 12/12/1996, que recomenda a nomeação pelo Secretário-Geral de um Representante Especial para a questão das crianças em situação de conflito armado. A primeira a ocupar este cargo, em 1997, foi Olara Otunu. De acordo com a seção II da mesma Resolução, o Representante Especial deveria apresentar relatórios anuais sobre a situação das crianças impactadas pelas guerras. Durante os três anos em que ocupou o cargo de Representante Especial, Olara Otanu ressaltou a necessidade de se aumentar a idade mínima de 15 para 18 anos para o recrutamento e participação nos conflitos armados³².

³² Para mais detalhes sobre as recomendações feitas pela Olara Otanu, ver Primeiro Relatório Anual (A/53/482) e Segundo Relatório Anual (A/54/430).

3.3.3.

Os impactos do Relatório Machel: a Criança na Agenda da Segurança Internacional

O relatório acerca do impacto do conflito armado sobre as crianças, elaborado por Graça Machel, desempenha um papel fundamental na discussão sobre a questão da criança soldado no âmbito internacional. Até então, pouco se falava sobre a questão das crianças soldado – ignorava-se não somente onde, por que e como o recrutamento de crianças em guerra se tornou um fenômeno amplo, mas também como responder ao problema. Com a publicação do relatório, novos instrumentos legais foram desenvolvidos e o tema da infância, especificamente a problemática da criança soldado, finalmente recebeu a atenção devida pela comunidade internacional. O Conselho de Segurança, especialmente, passou a se envolver mais com tal questão à medida que identificou o uso de crianças em conflitos armados como possível fonte de ameaça à paz e à estabilidade internacionais.

Seguindo a ordem cronológica que estabelecemos no início desta seção, é importante destacar o estabelecimento do Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional (CPI), em 1998, que tipifica como crime de guerra o recrutamento de jovens menores de 15 anos e a utilização destes em conflitos armados (Art.8 num.2 li. B xxvi e Art.8 num.2 lit. e vii). A seriedade e o alcance global da Corte Penal Internacional se tornaram claros, em 2004, quando esta iniciou a investigação de crimes internacionais na República Democrática do Congo e no norte de Uganda, ambos locais de intenso recrutamento de crianças soldado (Wessels, 2006, p.238). Como resultado deste processo, a CPI iniciou, em janeiro de 2009, o julgamento de Thomas Lubunga, ex-líder do movimento rebelde União de Patriotas Congolese. Detido em 2006, Lubunga responde a acusação de recrutar milhares de crianças para atuar como soldados no conflito armado na região de Ituri, na RDC, entre 2002 e 2003.

A busca por padrões internacionais mais exigentes foi impulsionada pela adoção da Convenção No. 182 da Organização Internacional do Trabalho, em 1999. Ratificada por mais de 150 Estados, a Convenção 182 definiu o recrutamento compulsório ou forçado de crianças menores de 18 anos uma das piores formas de trabalho infantil (Art.3). Assim, o tratado estabelece, pela primeira vez, a idade mínima de 18 anos para o recrutamento militar. No entanto a

cláusula não proíbe que menores de 18 anos se alistem de forma voluntária ao exército e isto, com certeza, debilita a Convenção (Coalition, 2002).

Aliado a estes instrumentos globais, ONGs (por exemplo, a Coalition) e outros atores têm encorajado a construção de inúmeros acordos regionais que busquem limitar ou banir o uso de crianças como soldados. Declarações regionais importantes incluem a *Maputo Declaration on the Use of Child Soldiers*, *Montevideo Declaration on the Use of Child Soldiers*, *Berlin Declaration on the Use of Child Soldiers*, entre outros (Wessels, 2006, p.235). Estes e outros arranjos legais ajudam a definir uma série de padrões de acordo com os quais o comportamento de Estados e de grupos armados podem ser julgados. Wessels (2006, p.235) ainda acrescenta que o processo de estabelecimento de padrões normativos mais exigentes é importante porque: “(...) it has raised awareness about the damage caused to children and established a consensus that child recruitment is a fundamental violation of children’s rights”.

Em maio de 2000, a Assembléia Geral adotou um dos instrumentos legais mais influentes no debate internacional atual acerca da criança soldado: o Protocolo Opcional para a Convenção sobre Direitos da Criança. Seu principal objetivo é corrigir a contradição apresentada na Convenção dos Direitos da Criança acerca do limite etário para participação em conflitos armados. Como vimos, a Convenção define criança como qualquer pessoa menor de 18 anos. No entanto, em 1989, quando este documento foi adotado, se abriu uma exceção a esta concepção ao estabelecer 15 anos como a idade mínima para o recrutamento e participação em conflitos armados. Ou seja, permitiu-se o alistamento militar de *crianças* segundo a própria definição da Convenção.

Diante desta incoerência, o Protocolo Opcional entrou em vigor em 2002 e estabeleceu 18 anos como a idade mínima para participação direta em conflitos armados e para o recrutamento compulsório por Governos. Quando o alistamento é voluntário às forças armadas, o limite muda para 16 anos, mas é necessário o consentimento formal dos pais ou daqueles que possuem a custódia legal dos jovens. Isto não se aplica, no entanto, à participação de crianças em grupos militares irregulares. Neste caso, o instrumento proíbe terminantemente o recrutamento voluntário ou não de jovens menores de 18 anos. Embora o Protocolo Opcional tenha acarretado mudanças no comportamento dos Estados, este ainda é praticamente ignorado pelos grupos militares não oficiais:

The success of the Optional Protocol is visible in the altered practices of governments such as the United States, which no longer deploys people under 18 years in combat. An obvious problem facing the legal strategy, however, is that outlaws do not obey the law. The adoption of higher standards has not led to large reductions globally in the use of child soldiers (Wessels, 2006, p.235).

Outra mudança clara no cenário internacional impulsionada pelo relatório Machel foi o maior interesse do Conselho de Segurança sobre a questão da criança soldado, que desde 1999 se encontra envolvido de forma ativa com o tema. Com base nas informações apresentadas por Machel, somado aos relatórios anuais elaborados pela Representante Especial para Crianças e Conflito Armado, o Conselho de Segurança concluiu que, no longo prazo, ex-crianças soldado não reintegradas adequadamente à sociedade civil podem impactar os prospectos de paz e segurança futuros: “A child who has known nothing else but violence may continue to embrace a violent lifestyle and re-recruitment is highly likely” (Relatório do Conselho de Segurança, Julho/2006, p.1)³³. Neste contexto, o DDR direcionado exclusivamente às ex-crianças soldado é considerado um instrumento importante e capaz de contribuir para manutenção da estabilidade e paz futuras: “Ensuring proper demobilization of child soldiers and reintegration into normal civilian life was seen as important in order to prevent future conflicts and help maintain international stability in years to come” (Idem).

Enquanto que as primeiras resoluções apresentaram recomendações genéricas e normativas sobre como as crianças deveriam ser tratadas em situação de conflito armado, a partir de 2001, as resoluções começaram a estabelecer pedidos mais concretos com o objetivo de lidar com a realidade prática das crianças impactadas pelos conflitos armados. A Resolução 1261, adotada em 1999, foi a primeira a identificar claramente a questão da criança soldado como uma prioridade global e, portanto, deveria ser tratada pelo Conselho de Segurança em detrimento de organizações regionais ou nacionais isoladas. A resolução também apresentou três recomendações, que foram melhor desenvolvidas pelas resoluções seguintes: primeiro, proteger as crianças de abuso sexual durante os conflitos armados; segundo, reconhecer a relação entre a proliferação de armas

³³ Acesso em 16 de Dezembro de 2008: http://www.securitycouncilreport.org/site/c.glKWLeMTIsG/b.1846403/k.49B3/Profile_Children_and_Armed_ConflictBR12_July_2006.htm#Working_Group

leves e pequenas e a continuação dos conflitos armados; e, finalmente, incluir o programa de DDR de crianças soldado nos processos de paz:

Urges States and the United Nations system to facilitate the disarmament, demobilization, rehabilitation and reintegration of children used as soldiers in violation of international law, and calls upon, in particular, the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict, UNICEF, the UNHCR and other relevant agencies of the United Nations system to intensify their efforts in this regard (Parágrafo 15).

A Resolução seguinte, a 1314, aprovada em 2000, sublinha a necessidade de garantir a proteção aos refugiados e deslocados internos e introduz provisões para proteção das crianças nos mandatos de operações de paz. Além disso, a resolução incita os Estados-Membros a assinar e ratificar o Protocolo Opcional para a Convenção sobre Direitos da Criança.

Além de dar continuidade às ações propostas pelas resoluções anteriores, a Resolução 1379, aprovada em 2001, exige que o Secretário-Geral anexe ao seu relatório uma lista de grupos armados que recrutam ou utilizam crianças em conflitos armados e, assim, descumprem suas obrigações internacionais já estabelecidas pelo Conselho de Segurança. Esta lista, “*naming and shaming*”, foi uma importante iniciativa do Conselho, pois foi a primeira vez que o órgão teve acesso aos nomes dos responsáveis pelo recrutamento militar de crianças.

Em 2003, ao invés de adotar novos padrões e normas internacionais sobre a questão da criança soldado, o Conselho mudou a estratégia e passou a se dedicar à implementação das normas já existentes, cujos avanços práticos eram quase imperceptíveis. A Resolução 1460, aprovada em 2003, apóia a convocação do Secretário-Geral para uma “Era de Implementação” das normas internacionais e exige um relatório sobre o progresso feito pelos grupos militares, que deveriam parar o recrutamento ou uso de crianças em conflitos armados. Além disso, a resolução recomenda o Secretário-Geral a desenvolver propostas específicas sobre meios capazes de monitorar a adequação dos Estados às normas internacionais referentes às crianças em situação de conflito armado.

Ainda insatisfeito com os métodos de monitoramento dos Estados acusados de utilizar crianças soldado em conflitos armados, o Conselho de Segurança aprova a Resolução 1539 em abril de 2004. De acordo com este documento, o Secretário-Geral deve estabelecer um plano de ação para elaboração de um

mecanismo de controle dos grupos armados com o apoio das diferentes agências do sistema ONU.

Por fim, a mais recente resolução acerca da problemática da criança soldado, a 1612, aprovada em 2005, além de exigir um maior comprometimento com as resoluções passadas e com outras normas internacionais relativas a este tema, cria duas estruturas importantes: o mecanismo de monitoramento e de informação (*The Monitoring & Reporting Mechanism*) e o *Working Group of the Council on children and armed conflict*. Este mecanismo, que é uma resposta aos problemas passados relativos à falta de informação sobre grupos que recrutam e usam crianças soldados, é um procedimento formal para coleta, organização e verificação das informações que são transferidas ao *Working Group*. Este grupo, por sua vez, deve rever os relatórios emitidos por este mecanismo de informação e avaliar o progresso dos planos de ação a cada dois meses. Dessa forma, o problema da criança em situação de conflito armado passou a ser, claramente, um dos temas avaliados mais regularmente pelas Nações Unidas (Coalition, 2002).

Embora não haja dúvidas de que a questão da criança soldado está presente na agenda internacional - em especial, na pauta do Conselho de Segurança - a falta de dados empíricos compatíveis com tal avanço no âmbito normativo nos leva à conclusão de que normas e instrumentos legais isolados são incapazes de resolver tal problema global. Cynicamente, recrutadores de crianças ou ignoram os padrões internacionais enquanto desfrutam da impunidade ou apenas fingem, publicamente, apoiar os acordos (Coalition, 2004; Singer, 2006). O problema, portanto, não é a inadequação das normas, mas a falta de compromisso em relação a elas: “For the Standards to be effective, they must be supplemented by strong enforcement measures that add teeth to the Law and recruiters’ impunity” (Wessels, 2006, p.237).

Assim, uma vez analisada a trajetória evolutiva do tema da infância na agenda internacional, passamos para o próximo - e último - subcapítulo, no qual abordamos uma das principais respostas ao problema da criança soldado no âmbito *prático*: o programa de DDR voltado exclusivamente a estes jovens. Esta ferramenta, assim como o DDR para ex-combatentes adultos, busca garantir a transição das ex-crianças soldado à vida civil. Nesse sentido, nosso objetivo, na próxima seção, é verificar quais as especificidades, desafios e determinantes de sucesso quando o programa de DDR é adaptado às crianças.

3.4.

A Resposta Internacional na Prática: o Programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de Ex-Crianças Soldado

A fim de buscar compreender possíveis respostas internacionais ao desafio contemporâneo apresentado no capítulo anterior, isto é, a problemática da criança soldado inserida no contexto das novas guerras, iniciamos o capítulo 3 com a análise das operações de paz complexas. A partir desta abordagem, identificamos não apenas o aumento significativo do número das missões de paz e de suas atividades, mas também mudanças quanto ao seu objetivo primordial. Com um caráter mais pró-ativo, os esforços das operações se concentram na construção da paz duradoura em detrimento da somente supressão da violência direta por meio do congelamento da situação estabelecida pelo acordo de paz. Com isso, o envolvimento das Nações Unidas no processo de reconstrução das sociedades após o cessar-fogo é intensificado. É justamente no período de pós-conflito armado que este capítulo foca, desde uma análise mais detalhada do processo de *peace-building* ao aprofundamento acerca de um de seus componentes fundamentais, o programa de DDR.

Dada esta introdução, nos voltamos ao tema desta dissertação, ou seja, analisar a possibilidade de transição das ex-crianças soldado à vida civil. Assim, focamos em duas respostas internacionais que devem caminhar juntas. Primeiro, a iniciativa normativa que, de forma geral, proíbe o recrutamento de jovens menores de 18 anos (Protocolo Opcional para a Convenção sobre Direitos da Criança, 2000) e recomenda ações para prevenir e banir tal prática. Dentro desta idéia, traçamos a evolução da questão da infância na agenda internacional, demonstrando a importância crescente que o tema vem conquistando nas pautas da Segurança Internacional. A segunda via, assunto desta última seção, trata da resposta no âmbito prático: o programa de DDR exclusivo às ex-crianças soldado. Nesse sentido, buscamos analisar o porquê de um programa distinto dos soldados adultos e quais as suas especificidades. Esta análise é a base para o próximo capítulo, no qual tratamos do objetivo primeiro da dissertação, isto é, a análise da relação entre o programa de DDR direcionado nomeadamente às crianças soldado e a reação destes jovens ao processo de reintegração às comunidades no período de pós-guerra.

Hoje, há um consenso global de que o principal desafio frente ao fenômeno da criança soldado é reverter os efeitos da participação em conflitos armados e, conseqüentemente, restabelecer o futuro destes jovens. Investir nestes meninos e meninas e assegurar o retorno à vida civil é um dos passos fundamentais do processo de *peace-building*, uma vez que estamos lidando com um grupo que funciona como um motor indispensável das novas guerras (Singer, 2006). Na Libéria, por exemplo, as crianças soldado representavam a maioria dos combatentes nos conflitos armados ocorridos entre 2000 e 2003. Já no Norte de Uganda, o recrutamento de crianças foi um dos principais meios para o LRA conseguir se manter ativo na guerra local (Wessels, 2006). Assim, o rompimento dos ciclos de violência e a então construção da paz positiva dependem certamente, entre outros elementos, do apoio à reintegração de ex-crianças soldado à vida civil.

No entanto ainda existem poucas opções de mecanismos capazes de lidar com as especificidades das crianças soldado. O DDR de crianças, hoje, é considerado a principal ferramenta para lidar com a necessidade destes jovens e garantir o retorno deles à vida civil (Coalition, 2008; Singer, 2006; Verhey, 2001; Wessels, 2006). Mesmo assim, ainda há pressões contrárias à inclusão das crianças no DDR, que dificultam sua eficácia – sem ignorar, claro, os avanços em relação à época em que o componente “criança” era praticamente ausente da maioria destes programas. Dentre os obstáculos mais comuns, podemos mencionar a insuficiência de recursos e o silêncio acerca das crianças soldado na maioria dos acordos de paz e em programas de reconstrução da sociedade no pós-conflito armado. Seja porque os grupos beligerantes não reconhecem o uso de tal prática ou devido à falta de vontade política, estes jovens são ou ignorados ou identificados com grupos gerais de ex-combatentes. Um exemplo é Moçambique, onde mais de um quarto das tropas era constituída de crianças soldado, embora nunca reconhecida; assim, os programas formais de desmobilização não incluíram as crianças e estas ou retornaram à vida civil sem qualquer tipo de apoio ou permaneceram vinculadas às forças da RENAMO por mais de dois anos depois de assinado o acordo de paz (McConnan e Uppard, 2001; Singer, 2006, p.185).

De fato, a primeira vez em que um acordo de paz reconheceu a existência de crianças soldado e fez qualquer provisão específica para reabilitação e

reintegração destes jovens à sociedade no pós-conflito armado foi nos Acordos de Lomé, assinados em 1999, em Serra Leoa:

(...) the Government shall accord particular attention to the issue of child soldiers. It shall accordingly mobilize resources, both within the country and from the international Community, and especially through the Office of the UN Special Representative for Children and Armed Conflict, UNICEF and other agencies, to address the special needs of these children in the existing disarmament, demobilization and reintegration process (Artigo 30).

O próprio rótulo de ex-combatente como pré-requisito para participação nos programas de DDR – como é no caso do programa voltado aos adultos – também limita a inclusão de várias crianças soldado, especialmente meninas, que desempenharam diversas funções não necessariamente armadas. O termo criança soldado, como vimos, engloba qualquer jovem menor de 18 anos, que pertença a algum tipo de grupo militar, seja ele formal ou não, e esteja engajado em qualquer uma das seguintes atividades: combatente, cozinheiro, portador, mensageiro ou escravo sexual. Sendo assim, teoricamente, o DDR de criança deve focar num grupo mais amplo do que somente ex-combatentes. O fato de terem sido excluídos do programa provoca nas ex-crianças soldado ressentimento e uma sensação de abandono, como sublinhado no depoimento de um ex-menino soldado de El Salvador: “We young people were not recognized in any way... This was the worst that could have happened to me and my comrades...” (Verhey, 2001, p.8). Nesta situação, algumas crianças tendem a retornar à violência como meio de aprimorarem as próprias vidas.

Somado a estes impasses, uma das grandes dificuldades do DDR de criança advém do fato de o programa ter sido desenvolvido, primeiramente, para combatentes adultos e sua adaptação nem sempre condizer com as demandas específicas dos ex-meninos e meninas soldados. Dessa forma, em muitos casos, o processo de reintegração das ex-crianças soldado à vida civil não responde às necessidades particulares destes jovens (Honwana, 2006). Isto ainda é mais recorrente porque os programas de DDR para crianças, normalmente, refletem visões universalizadas da infância, que falham em reconhecer como a classe social, a etnia, o gênero e as vulnerabilidades particulares influenciam as necessidades e as experiências das crianças no contexto de pós-conflito armado (Brett e Spetch, 2004; Jareg, 2005).

Assim como o DDR voltado aos combatentes adultos, o programa para ex-crianças soldado também é composto pelas fases de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração à família e à comunidade. Visto que a abordagem das atividades e da relevância de cada etapa já foi feita neste capítulo, focaremos nas distinções entre os dois programas e no porquê desta diferenciação. Para isso, seguiremos a mesma lógica seqüencial adotada no subcapítulo 3.2.2 sobre o programa de DDR. No entanto sabemos que esta opção é simplesmente para fins didáticos, pois tais etapas são, na realidade, programas embebidos num processo amplo, dinâmico e integrado. Dentro desta proposta, nos voltamos, primeiro, à fase de desarmamento.

Como vimos anteriormente, para qualquer soldado - criança ou adulto -, a entrega da arma tem um poder simbólico muito forte, pois marca o rompimento com a vida militar e, conseqüentemente, o início da transição à vida civil. Esta ligação entre a arma e a identidade da criança soldado é muito forte, principalmente, quando estas crianças desconhecem outra identidade a não ser a militar (Beah, 2007). Assim, para as crianças soldado, o processo de desarmamento é especialmente confuso (Wessels, 2006). Somado à ansiedade relativa à troca de identidade, estes jovens são céticos em relação ao tratamento que receberão ao entregarem as armas e sobre as perspectivas de paz. Estas dúvidas estão sempre presentes, particularmente, porque estas crianças, vinculadas aos grupos armados desde novas, estão acostumadas a ouvir promessas vazias e a testemunhar o colapso de esforços de paz. Boatos, por exemplo, sobre os benefícios do programa abundam, levando muitas crianças a esperarem uma quantia de dinheiro, que não virá, em troca da entrega das armas (Idem). Estas expectativas não cumpridas impactam negativamente o resultado final do processo de DDR, logo é fundamental, desde o primeiro momento, explicar detalhadamente às crianças soldado como este processo se dá.

Em Angola e em Moçambique, por exemplo, Honwana (2006) relata que a maioria das crianças expressou uma miscelânea de sentimentos – alegrias, medos e incertezas – sobre o retorno às comunidades de origem e o recomeço da vida como civis. Em muitos casos, o medo era justificado pelo receio de serem recrutados novamente pelos grupos armados. Outros temiam serem rejeitados pela própria comunidade devido ao papel que desempenharam enquanto crianças soldado. Alguns meninos e meninas também se questionavam sobre o estado que

encontrariam suas casas e famílias. Muitos também sofriam com o sentimento de culpa por terem sobrevivido enquanto muitos de seus parentes morreram; além disso, temiam que as pessoas iriam responsabilizá-los por suas perdas. Por fim, as crianças, neste primeiro momento do processo de DDR, também demonstravam grande preocupação em relação ao que fazer depois da guerra. Como resume Honwana (2006, p.143): “Civilian life was a whole new stage in their lives, full of joy from breaking with the past but also full of fears and uncertainties about the present and the future”.

Uma vez que nem todas as crianças soldado desempenharam o papel de combatente, é importante ressaltar que a entrega da arma não deve ser um pré-requisito para participação no programa de DDR. Em Serra Leoa, por exemplo, ao invés do critério de “uma pessoa, uma arma”, as ex-crianças soldado precisaram provar sua ligação com grupos ou forças armadas; por exemplo, deveriam se mostrar capazes de carregar a arma ou de atirar. Dessa forma, foi possível distinguir as crianças soldado daquelas que foram separadas de suas famílias ou que queriam tirar proveito dos benefícios do DDR. Já as meninas que foram sexualmente abusadas foram aceitas pelo programa de DDR independentemente de saber usar uma arma (Gislesen, 2006).

Após o desarmamento, as crianças soldado, geralmente, são encaminhadas aos centros de desmobilização, onde elas rompem oficialmente o vínculo com o grupo armado e recebem um cartão de identidade, validando o desligamento (Verhey, 2001; Wessels, 2006). Este cartão é importante tanto simbolicamente, porque marca a conquista da identidade civil, quanto em termos práticos, pois protegem as ex-crianças soldado contra a recorrência do recrutamento militar, comprovam que estas não são desertoras, além de garantirem o recebimento dos kits desmobilização e o acesso aos benefícios na fase de reintegração (McConnan e Uppard, 2001).

Enquanto as famílias não são localizadas, as ex-crianças soldado são hospedadas nestes centros de desmobilização ou em Interim Care Centers (ICC) por um período de duas semanas a seis meses (Verhey, 2001). Nos próprios ICCs, estes jovens têm acesso à assistência médica, o que ajuda na diminuição do estigma associado a uma aparência doente ou desleixada, e psicológica. Para acomodar as necessidades especiais das meninas, as agências, geralmente, estabelecem ICCs separados para elas. Tudo isso para tornar este processo de

transição mais confortável às crianças, como ressalta Wessels (2006, p.159): “These children need to learn to let go their soldier identities and envision their future life as civilians”.

Depois de algumas experiências mal-sucedidas, há três lições importantes acerca dos centros de desmobilização: qualquer campo para desmobilizados deve estar localizado longe o suficiente das áreas de conflito armado e ser exclusivo aos jovens menores de 18 anos para impedir um novo recrutamento e assegurar a segurança destas crianças; segundo, é preciso dismantelar as estruturas de comando e controle dentro das próprias unidades de crianças soldado; e, por fim, a presença de qualquer arma no campo deve ser proibida com o objetivo de romper definitivamente a ligação entre a criança e sua vida militar e de prevenir os riscos de ex-crianças soldado agirem como *spoilers* (Singer, 2006; Verhey, 2001).

Quanto ao kit desmobilização – geralmente composto por uma quantia de dinheiro, materiais de trabalho e gêneros alimentícios - entregue aos participantes do DDR, é preciso atentar para as necessidades das crianças e para situação da comunidade à qual estas serão reintegradas. Nesse sentido, é fundamental que o planejamento do programa reflita a análise das circunstâncias locais sob as quais ocorreu o recrutamento das crianças e das condições da comunidade de retorno (Verhey, 2001):

While ensuring benefits equity between child and adult demobilizing soldiers, there should be a recognition too of the special needs of child soldiers and supports appropriate to their community situation (...) Although most child soldiers want to be treated in the same way as adult soldiers, they often lack civilian life experience in gaining the social, cultural, and livelihood skills necessary to their future (p.8).

Em um momento inicial, a desmobilização está associada a um sentimento de incerteza das ex-crianças soldado, seja em relação à reunificação com as famílias, às perspectivas de segurança ou quanto ao processo de transição à vida civil (Wessels, 2006). Dessa forma, a promoção de segurança, de confiança entre as crianças e o *staff* do DDR e de sentimento de familiaridade é fundamental para o sucesso do programa. Para isso, é preciso oferecer uma estrutura, em que as crianças pratiquem atividades rotineiras que remetem ao dia-a-dia típico da vida civil. Nesse sentido, a equipe envolvida no programa de DDR deve permanecer a mais estável possível para reforçar a idéia de família. Mas este é um grande desafio, uma vez que existe uma alta rotatividade entre os profissionais devido ao estresse de se trabalhar com ex-crianças soldado. Estes jovens apresentam

expectativas infladas, orgulho exagerado de sua identidade militar e aprenderam a utilizar a violência como meio para lidar com os problemas e conseguir o que desejam. Há casos, inclusive, em que as ex-crianças soldado roubaram bens materiais dos ICCs para oferecer aos líderes dos grupos armados em troca de drogas ou de parceiros sexuais (Verhey, 2001).

Em resumo, a desmobilização de crianças soldado deve marcar o rompimento com o passado militar e enfatizar as necessidades mais urgentes destas ex-crianças soldado, especialmente, a localização de suas famílias. Já a fase de reintegração é um processo a longo prazo que representa o restabelecimento da vida civil. Isto é, os programas de reintegração devem apoiar as crianças na construção de um novo e positivo caminho de desenvolvimento (Ibid., p.15).

Como o processo de reintegração dos soldados adultos, as atividades voltadas às crianças soldado, nesta fase, focam não somente nos participantes do programa, mas também na reconstrução das próprias famílias e comunidades que recebem estes jovens. Dentro desta idéia, a reintegração trata mais de contribuir para as ex-crianças soldado se tornarem úteis nas próprias comunidades do que apenas da reinserção delas no ambiente civil. O programa, nesse sentido, orienta estes jovens a desempenharem tarefas que contribuem para resolução dos problemas locais, por exemplo, atuar na reparação de escolas (Singer, 2006). Assim, as crianças desmobilizadas trocam a identidade militar por papéis sociais reconhecidos na vida civil.

Longe de ser somente um processo individual, a reintegração é um processo fortemente social que visa à aceitação das ex-crianças soldado pela sociedade e ao desenvolvimento de relações apropriadas na escola e nas vidas familiares e profissionais. Ou seja, a reintegração é um processo dual:

This powerful desire for normalcy and acceptance, in people whose childhood experiences were so far from ordinary, testifies to their resilience, and it reminds us that the journey from soldiering to civilian life is as much social as individual (Wessels, 2006, p.207).

O processo de reintegração³⁴ é complexo e deve incluir uma turba de questões inter-relacionadas: atendimento das necessidades básicas e de saúde, apoio psicológico, adequação ao contexto familiar, estabelecimento de relações interpessoais positivas e oportunidades educacionais e para geração de renda. Dentre estes, as Nações Unidas enfatizam três elementos considerados pela instituição indispensáveis à transição de ex-crianças soldado à vida civil: educação, treinamento vocacional e reunificação familiar (UNDPKO, 2006). Assim, as experiências passadas demonstram que a reintegração bem-sucedida depende da boa sintonia entre os programas voltados às crianças soldado e a reconstrução da própria sociedade.

A reunificação das ex-crianças soldado com suas famílias é um passo fundamental para transição bem-sucedida destes jovens à vida civil. Segundo uma pesquisa com ex-crianças soldado em El Salvador, 84% afirmaram que o apoio das famílias é essencial (Verhey, 2001, p. 15; Wessels, 2006). Isto porque o reencontro com a família coloca para trás a vida militar, fator importante psicologicamente e socialmente. No entanto a volta à vida familiar nem sempre é um processo tranquilo e, em muitos casos, o staff deve desempenhar o papel de mediador entre as crianças desmobilizadas, suas famílias e a comunidade. Dificuldades são justificadas uma vez que uma criança soldado desmobilizada não equivale à mesma pessoa antes do recrutamento militar, logo tanto a criança quanto a família devem se adequar aos novos papéis, expectativas e privações:

Child soldiers experience a process of *asocialization* in armed conflict (...) They are deprived of the normal cultural, moral, and values socialization usually gained from family and community. These elements have to be restored during the reintegration process (Verhey, 2001, p.17. Ênfase minha)

Fora isso, é preciso lembrar que algumas das ex-crianças soldado se envolveram com os grupos armados justamente para escapar da violência doméstica, logo a reunificação familiar não pode ser considerada universalmente apropriada (Wessels, 2006). Outro empecilho é o fato de muitas crianças voltarem para famílias muito pobres incapazes de cuidarem deles. A opção nestes casos é a

³⁴ A discussão acerca da coerência do prefixo “re” de reintegração para tratar do retorno dos soldados adultos à vida civil feita neste capítulo pode ser transposta para análise sobre o DDR das crianças soldado. Isto porque estes jovens também vivenciam um processo mais semelhante à *integração* a circunstâncias completamente distintas daquelas características do período anterior à guerra. No caso da criança, isto é ainda mais forte, pois muitas delas assumem a identidade civil que até então desconheciam.

chamada *Youth Home*, onde grupos de jovens vivem juntos e gerenciam as tarefas de casa.

A reintegração de crianças soldado apresenta desafios psicossociais. A adolescência – fase que muitos destes jovens viveram enquanto vinculados aos grupos armados – é o período em que a identidade é estabelecida, logo a transição da identidade militar para civil pode ser negada pelas próprias crianças desmobilizadas. Assim, como sublinha Verhey (2001, p.17), a resposta deve enfatizar a construção de relações positivas na comunidade:

Demobilized child soldiers model their behavior on the violence and assertiveness learned in the armed conflict (...) This is why reintegration programs must emphasize the opportunity to form positive, trusting, consistent relationships with adults, with an emphasis on family-based environment.

A construção de uma nova identidade para ex-criança soldado depende do acesso às oportunidades tanto econômicas quanto em termos de educação. Com o acesso à escola e à possibilidade de trabalho, estes jovens podem participar da dinâmica da vida em sociedade, ou seja, podem se tornar *úteis aos olhos das próprias comunidades* e, assim, se redefinirem como civis (Jareg, 2005). No entanto o simples envio das crianças desmobilizadas às escolas não é suficiente. Verhey (2001, p.19) lista algumas das dificuldades apontadas pelos jovens em relação à reinserção nos sistemas de educação formal: a impossibilidade de frequentar a escola no horário normal, pois é preciso trabalhar para ajudar no sustento das famílias; falta de professores e o sentimento de vergonha por estar na turma de crianças mais novas. Nesse sentido, a autora sugere:

Former child soldiers need education opportunities with flexible hours and an emphasis on literacy and numeracy skills. Training in life skills – including nutrition, sexual and reproductive health, and managing finances – should be incorporated. These education modalities are gravely lacking in reintegration programs (p.19).

A geração de oportunidades educacionais e de capacitação profissional adequada às necessidades da sociedade em questão deve estar associada aos esforços mais amplos de reabilitação psicológica. A assistência psicológica não significa a cura das feridas da guerra, mas contribui para integração social destas ex-crianças soldado. Este tipo de apoio pode variar desde os métodos tipicamente ocidentais para lidar com traumas violentos – como sessões com psicólogos - até a ação de curandeiros, considerados por muitas crianças o único capaz de limpar as

impurezas espirituais adquiridas ao longo da guerra (Honwana, 2006). Estes rituais apontam para o erro comum, nos programas de DDR, de ignorar que ex-crianças soldado demandam diferentes tipos de assistência, fortemente influenciados pelo ambiente cultural:

Although war-affected people frequently need outside support, they have capacities for self-help and valuable local healing resources that fit better the local context and are more sustainable than outside healing methods (...) Humanitarian agencies should learn about and work with these resources, increasing people's access to them, instead of seeking to replace them. Effective assistance to former child soldiers, then, entails a willingness to help the children engage fully with the cultural resources already present in their villages (Wessels, 2006, p.197).

Além das diversidades entre as ex-crianças soldado, assim como entre os indivíduos em geral - em função da personalidade, histórico familiar, noções educacionais, afinidades culturais, medos e sonhos - que impactam a resposta de cada jovem desmobilizado ao programa de reintegração, é importante destacar três grupos, geralmente, ignorados no planejamento das atividades. O primeiro é constituído por ex-crianças soldado que se tornaram adultos enquanto membros dos grupos armados. Embora maiores de 18 anos quando o cessar-fogo é estabelecido, estes jovens apresentam mais semelhanças com as crianças do que com aqueles que se alistaram já adultos, uma vez que cresceram no ambiente de guerra:

For many families, boy children went away, but young men came back. These were not young men like their fathers and grandfathers had been; they had missed the training and initiation into adult male roles that their communities normally offer and had. Instead, transgressed the boundaries of acceptable adult male behavior. Reintegrating these returned soldiers was a formidable challenge (Honwana, 2006, p.144).

Por outro lado, é preciso atentar para os chamados “jovens adultos” (Bradley, 2009³⁵; Wessels, 2006), isto é, crianças em termos legais pois são menores de 18 anos, mas “adultos” no que diz respeito às responsabilidades que acumulam. Muitas destas ex-crianças soldado retornam à vida civil já chefes de família, isto é, acompanhados de esposa/marido e de filhos, ou são as únicas fontes de renda da família à qual foram reinseridas, logo suas prioridades são distintas no processo de reintegração no pós-conflito armado. Por exemplo, em detrimento da escola, estes jovens priorizam treinamento vocacional, assistência

³⁵ Em entrevista por e-mail à autora, em Fevereiro de 2009, Sean Bradley classifica este grupo como “Young Adults”.

na aquisição de terras cultiváveis, de empregos ou de pequenos fundos para iniciarem os próprios negócios³⁶.

O terceiro grupo é constituído por meninas soldado que não são devidamente reconhecidas nos programas de DDR para crianças. Em função das dificuldades práticas inerentes à coleta de informações sobre as meninas – seja porque os grupos armados são reticentes em admitir o uso de meninas soldado ou devido à própria relutância das meninas em assumir a participação nos conflitos armados – os programas carecem de dados para elaboração de processos de DDR adequados. Dessa forma, por exemplo, poucos centros de desmobilização são exclusivos para meninas. Conseqüentemente, as ex-meninas soldado precisam ser alocadas em centros de desmobilização mistos, onde elas receiam serem violentadas e, portanto, abandonam o programa: “Those girls and young women who did enter DDR noted that demobilization sites were full of adult males, crowded, and lacked proper security and hygienic and medical care” (Mckay e Mazurana, 2004, p.101). Somado a isso, a classificação de meninas abduzidas em categorias como “escravas sexuais”, “esposas” ou “camp followers” - como ocorreu em Serra Leoa - impossibilita o estabelecimento de programas adequados às suas necessidades, já que estes grupos são, geralmente, excluídos dos programas formais de DDR de criança. Por fim, outro desafio é enfrentado especificamente por ex-meninas soldado casadas e já mães, uma vez que estas jovens se distanciam da representação de infância adotada pela ONU ao desenvolver os programas de DDR direcionados às crianças soldado (Ibid.). Assim, estas meninas são excluídas quase que automaticamente dos programas.

Visto as especificidades do programa de reintegração, finalizamos a análise sobre o DDR direcionado às crianças soldado. Em resumo, argumentamos que o DDR de criança deve considerar as circunstâncias e as necessidades de todas as crianças soldado; fazer parte do processo mais amplo de *peace-building*; e, por fim, deve lidar com as demandas de toda sociedade à qual estes jovens serão reintegrados (Honwana, 2006).

A literatura de DDR de criança ainda é restrita, logo muitos pontos aqui levantados devem continuar sendo questionados e estudados. Um dos avanços mais recentes, nesse sentido, foi a publicação dos Princípios de Paris, em 2007,

³⁶ A questão do “jovem adulto” será melhor trabalhada no capítulo seguinte, quando os

que apresentam grande parte do que foi aprendido sobre as possibilidades de sucesso no DDR. No entanto pouco deste conhecimento é colocado em prática (Coalition, 2008a). Independentemente destas dificuldades, podemos afirmar que, diante das necessidades particulares destes jovens no pós-conflito armado e do reconhecimento da relevância deste grupo na construção da paz duradoura, o investimento em respostas internacionais específicas ao fenômeno da criança soldado é imperativo. Não há dúvidas de que a recuperação destas milhares de crianças que estiveram envolvidas no conflito armado é um desafio enorme, no entanto é prematuro afirmar que as ex-crianças soldado constituem uma geração perdida.

Hoje, como vimos, há poucas opções de mecanismos capazes de lidar com as especificidades das crianças combatentes. O DDR de crianças, neste contexto, é considerado a principal ferramenta para lidar com as demandas destes jovens e garantir a transição deles à vida civil (Coalition, 2008a; Singer, 2006; Verhey, 2001; Wessels, 2006). No entanto, a partir da análise acima, sabemos que o programa apresenta uma série de debilidades e dilemas a serem resolvidos. Assim, nos resta questionar qual a real relação entre o DDR de crianças e a reação destes jovens ao processo de reintegração às suas comunidades no período de pós-guerra. Diante disso, seguimos para o próximo capítulo, no qual analisamos depoimentos de ex-meninos e meninas soldado de diferentes localidades com o objetivo de identificar proximidades ou distanciamentos em relação ao discurso da ONU sobre o DDR de ex-crianças soldado.

depoimentos de ex-crianças soldado são analisados.

4

De Volta à Vida Civil: DDR e a Reação das Ex-Crianças Soldado ao Processo de Reintegração

4.1.

Introdução

Nos últimos dois capítulos, partimos da análise do fenômeno da criança soldado no contexto das novas guerras para compreender tanto as repostas teóricas elaboradas no campo da Segurança Internacional quanto as práticas, nomeadamente, o desenvolvimento do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de ex-crianças soldado (DDR). Neste presente capítulo, por sua vez, abordamos as vozes de crianças que foram abduzidas por grupos armados em todo o mundo. Nosso objetivo é analisar o quão distante ou próximo está o discurso das Nações Unidas em relação ao destes meninos e meninas sobre o que é fundamental para a reintegração à vida civil ou, em outras palavras, para a recuperação da própria infância.

Em resumo, argumentamos que o DDR de ex-crianças soldado é uma *ferramenta em potencial*, uma vez que o programa, de forma geral e em teoria, atenta para os mesmos fatores destacados pelas próprias crianças em seus depoimentos. No entanto, na prática, verificamos, por meio das frustrações e medos apresentados nos relatos analisados, que ainda há um caminho a ser percorrido no desenvolvimento e na implementação do DDR em campo.

Até hoje os poucos estudos que buscaram considerar as dimensões locais do problema da criança soldado tenderam a restringir estes meninos e meninas a padrões fixos de comportamento e de desejos. Referências frequentes a “ex-crianças soldado traumatizadas” ou “geração perdida” são questionáveis quando analisamos depoimentos de ex-crianças soldado que nos fazem refletir sobre a diversidade de lógicas sociais que coexistem sem abandonar as próprias referências. Isto nos leva a pensar sobre a interação entre as práticas da ONU - especificamente, o DDR de ex-crianças soldado - e o próprio público alvo do

programa em termos plurais, i.e., sem estabelecer uma fórmula única para tal relação.

Nesse sentido, selecionamos 86 depoimentos de ex-meninos e meninas soldado oriundos de 21 países distintos. Como já explicitado na metodologia deste trabalho, devido à impossibilidade da realização de uma pesquisa de campo, este estudo é baseado em relatos de ex-crianças soldados publicados em livros acadêmicos, em relatórios de ONGs e de agências internacionais e em notícias veiculadas pela mídia. Nossa idéia com este estudo é analisar as considerações destes jovens acerca dos fatores tidos como fundamentais à reintegração à vida civil para então identificar uma correspondência ou não com a prática do DDR. Na seção seguinte, fazemos uma exposição geral acerca dos depoimentos: desde os desejos destes jovens desmobilizados ao retornarem à vida civil às coincidências e distanciamentos em relação ao programa de DDR.

Por fim, a partir dos dados da pesquisa, passamos à última seção deste capítulo. Para buscar compreender a relativa falta de sintonia entre a resposta das ex-crianças soldado ao processo de reintegração à vida civil e o programa de DDR na prática, voltamos à discussão de Foucault (2008) sobre a constituição do indivíduo moderno - e o paralelo com a produção de uma noção de infância normalizada - apresentada no capítulo 2. Neste subcapítulo, as perguntas que nos orientam são: Quais são as conseqüências do programa de DDR partir de uma noção de infância normalizada? O processo de reintegração ao qual as crianças são submetidas é o mais adequado ao retorno à determinada sociedade? Porque as crianças soldado desmobilizadas, embora consideradas *normais* aos olhos da ONU, permanecem, em muitos casos, *excluídas* das próprias comunidades?

4.2.

Os Depoimentos de Ex-Crianças Soldado: Considerações Gerais

A pesquisa apresentada neste trabalho foi realizada com a finalidade de verificar a relação entre as declarações de ex-crianças soldado e o discurso das Nações Unidas sobre o processo de reintegração no período de pós-conflito armado. Isto é, com base nos depoimentos de 86 jovens desmobilizados de 21 países distintos, buscamos identificar se os desejos, frustrações e medos apresentados são respondidos ou não por elementos considerados pela ONU

essenciais ao processo de reintegração à vida civil ou, melhor, de recuperação da infância interrompida³⁷.

Os depoimentos apresentados neste estudo são de meninos (59) e meninas (27) que tiveram experiências distintas enquanto vinculadas aos grupos armados oficiais ou não. Optamos por diversificar os países de origem das ex-crianças soldado³⁸, pois buscamos ilustrar a globalidade deste fenômeno, além de identificar experiências comuns – apesar de condições socioculturais específicas e das particularidades de cada conflito armado - entre estes jovens no processo de transição à vida civil.

Além da diversidade entre as nacionalidades, estes jovens apresentam experiências distintas enquanto ex-membros de forças ou grupos militares. Há declarações de jovens que foram crianças soldado durante semanas, enquanto outros estiveram na zona de combate ao longo de anos. No entanto a violência esteve presente na vida de todos. Somado à exploração física, psicológica e sexual, estas ex-crianças soldado foram obrigadas a testemunhar atrocidades cometidas por seus líderes contra as próprias comunidades, famílias e amigos. Portanto, uma vez que todos estes meninos e meninas foram impactados por tais experiências, as provisões direcionadas a estes jovens desmobilizados não devem ser baseadas somente no tempo de permanência com os grupos armados³⁹.

A fim de identificar os fatores considerados pelas próprias ex-crianças soldado fundamentais à reintegração à vida civil, passamos à seção, na qual analisamos os discursos destes jovens desmobilizados. Nosso objetivo é verificar a relação entre as informações presentes nos depoimentos e o programa de DDR exclusivo para estes meninos e meninas.

³⁷ Diante de um universo de cerca de 300 mil crianças soldado, as conclusões desta pesquisa são baseadas em um número relativamente pequeno de depoimentos. No entanto, este estudo, como ficou claro na discussão metodológica feita na introdução deste trabalho, visa, a partir da análise de discurso destas crianças, promover reflexões críticas sobre o programa de DDR de ex-crianças soldado. Outro desafio, também apresentado na discussão metodológica, é a necessidade de lidar com fontes secundárias devido à impossibilidade de realização de trabalho de campo. Porém, acreditamos que estes relatos mantêm seu valor como objeto de pesquisa, uma vez que nos permitem ouvir as vozes destas crianças e entender o que estas consideram fundamental à própria reintegração à vida civil.

³⁸ Os depoimentos recolhidos advêm de 21 países, sendo a maioria africana em função da maior disponibilidade de informações sobre as guerras neste continente.

³⁹ No caso de crianças que foram recrutadas muito novas – por exemplo, 5 anos de idade – e que literalmente cresceram dentro dos grupos ou forças armadas, o tempo de permanência com os grupos militares influi de forma significativa na elaboração das respostas. Isto porque, as

4.2.1. Análise do Discurso das Ex-Crianças Soldado

Como vimos no capítulo anterior, no qual abordamos o programa de DDR direcionado às ex-crianças soldado, as Nações Unidas – através do IDDRS (UNDPKO, 2006, seção 5.3) - e a própria experiência acumulada a partir de programas de DDR passados (Verhey, 2001) apontam três fatores fundamentais à reintegração dos jovens desmobilizados à sociedade: reunificação familiar, educação e treinamento vocacional/aquisição de emprego. No entanto sabemos também que a adoção de um programa padrão que inclui estes três elementos não é suficiente para assegurar a transição bem-sucedida das ex-crianças soldado à vida civil. O DDR, elaborado pela ONU, precisa estar fundamentado na situação particular da sociedade onde será implementado e deve, principalmente, reconhecer a influência de diversidades – como, classe social, etnia, gênero, idade, tempo de permanência com os grupos armados, situação familiar, entre outras - nas necessidades e nas experiências das ex-crianças soldado no contexto de pós-conflito armado (Jareg, 2005).

Baseado em dados advindos de estudos já realizados, Sean Bradley⁴⁰, coordenador da unidade de Conflito e Desenvolvimento Social do Banco Mundial, afirma que a importância de cada um dos três fatores considerados essenciais à reintegração – educação, reunificação familiar e treinamento vocacional – varia de acordo com três grupos gerais. O primeiro grupo, constituído por crianças menores de 15 anos que não desempenharam o papel de combatente, tem a reunificação familiar e o retorno à escola como aspectos indispensáveis à reintegração à vida civil. Já para o segundo grupo, formado por crianças combatentes menores de 15 anos, o apoio familiar e a assistência psicossocial são essenciais. E, por fim, o terceiro grupo - crianças maiores de 15 anos ou “jovens adultos” - demanda inclusão econômica, sua aceitação pela comunidade e a reconciliação.

crianças, nesta situação, consideram o grupo armado sua família e, portanto, o desligamento com a vida militar pode ser ainda mais complexo.

⁴⁰ Entrevista concedida à autora por e-mail em 22 de fevereiro de 2009. A unidade do Banco Mundial, da qual o entrevistado é coordenador, desenvolve e implementa o Programa Multi-País de Desmobilização e Reintegração (MDRP) que tem atualmente um grupo alvo de 450 mil ex-militares em sete países na África.

Diante da variedade de aspectos que podem influenciar no processo de reintegração de ex-crianças soldado à vida civil, optamos, neste trabalho por ouvir as vozes dos próprios jovens desmobilizados. Por meio da análise do discurso das crianças, buscamos identificar os fatores por elas considerados fundamentais à transição à vida civil no pós-conflito armado para então identificar se há ou não correspondência com a prática do DDR. Para isso, verificamos a relação entre os depoimentos das ex-crianças soldado e cada uma das três categorias tidas pela ONU como essenciais à reintegração: educação, treinamento vocacional e reunificação familiar.

Sobre a questão da educação, nossa pesquisa coincide com os aspectos apontados por Bradley. O desejo de retornar à escola está presente em 23 relatos, sendo que 13 destes são de crianças menores de 15 anos e apenas quatro são de “jovens adultos” (a idade das outras seis crianças é desconhecida). A partir da análise do discurso destas crianças, verificamos a clara associação feita por elas próprias entre a ruptura com a vida militar e a retomada dos estudos. Dentro desta idéia, o desejo de estudar aponta para uma forte relação entre a rotina infantil e ir à escola. Isto é, se estes jovens desmobilizados retornam às comunidades como *crianças*, o colégio deve fazer parte do seu dia-a-dia. Os quatro relatos abaixo são esclarecedores:

“I started fighting at the age of six. I decided to turn in my gun because I *want to go back to school*” [Libéria, ex-menino soldado, 13 anos] (Singer, 2006, p.189; ênfases minhas).

“As I know, *education is the key*. It is better than silver and gold”. [Serra Leoa, ex-menino soldado] (Coalition, 2004, p.9; ênfases minhas).

“What I want to do is forget the way they killed and molested people in my presence, and the bad things that I did... *I want to learn a trade or go to school and forget about the war*”. [Costa do Marfim, ex-menino soldado, 14 anos] (Save the Children, 2005, p.20; ênfases minhas).

“You cannot be fighting and at the same time be in school”. [Serra Leoa, ex-menino soldado ao justificar porque não retornou ao combate] (Idem).

Para outras crianças, que também priorizam a educação no processo de transição à vida civil, o “querer estudar” é justificado uma vez que permite a construção de uma identidade não militar. Neste caso, a escola é fundamental à reintegração à vida civil, pois equivale ao início de um processo que deve terminar com a aquisição de um emprego não militar. O binômio “escola – ter um

emprego” aparece em 6 dos 23 depoimentos. Este dado sugere que a possibilidade de estudo – e não mais as armas - representa o meio para garantir o futuro. Isto fica claro nos três relatos a seguir:

“School is important if I am going to do something in life”. [Nepal, ex-menino soldado, seqüestrado aos 13 anos] (Disponível em: http://www.savethechildren.net/alliance/what_we_do/rewritethefuture/voices/henang.html; Acesso em 30 jan. 2009).

“(…) And I am studying here. *I now want to finish school, to have a job.* I want to be a teacher. Those are things that I hope for. I realize that I can change my life. I want to lead a peaceful life.” [Filipinas, ex-menina soldado, 16 anos] (Unicef, 2003, p.69; ênfases minhas).

“*I want to go back to school.* And then I want to *become a secretary.*” [Libéria, ex-menina soldado] (Spetch, 2006, p.70; ênfases minhas).

No entanto a simples inserção das crianças na escola não é suficiente, uma vez que o valor das taxas e dos materiais escolares é, para muitos dos jovens desmobilizados, proibitivo. Nesse sentido, uma das crianças sugere:

The main thing for our reintegration to be better is for school materials to be issued to us to further education and if there will be any support like microcredit to our parents and for scholarships to those that... That is the main thing that can help the reintegration to succeed (Brett e Spetch, 2004, p.130).

Além disso, muitas crianças apresentam dificuldade para se adaptar à rotina escolar e se sentem desconfortáveis quando alocados em turmas com jovens mais novos. Como conta uma ex-menina soldado de El Salvador: “Now they do give classes, *but I won't go with those little boys*” (Verhey, 2001, p.19; ênfases minhas). As recomendações propostas pelos Princípios de Paris (2007) nesse sentido são, por exemplo, a implementação dos programas de aprendizado acelerado adaptados aos adolescentes que perderam anos de estudo ou aulas noturnas, que permitem que os jovens desmobilizados trabalhem durante o dia.

A segunda categoria, considerada pelas Nações Unidas fundamental à reintegração de ex-crianças à vida civil, é o treinamento vocacional. Quatorze dos 86 depoimentos analisados - sendo 6 destes de jovens maiores de 15 anos (7 dos 14 relatos não revelam a idade) – explicitam a necessidade de possuírem algum meio de subsistência ao retornarem às comunidades após o fim do conflito armado. Muitas destas ex-crianças soldado retornam já chefes de família, isto é, acompanhados de esposa/marido e de filhos, ou são as únicas fontes de renda da família à qual foram inseridas. Neste caso, as crianças desmobilizadas tendem a demandar treinamento vocacional, assistência na aquisição de terras cultiváveis,

de empregos ou de pequenos fundos para iniciarem os próprios negócios. Uma vez que estas crianças retornam à vida civil com responsabilidades distintas, a escola deixa de ser prioridade neste processo de transição. Este binômio “emprego – auto-sustento/sustento familiar” aparece em 9 dos 14 depoimentos e é exemplificado nos quatro relatos selecionados:

“In 1997, there was an order of release, in order to return to school [...] but *I wanted to do something else in order to secure my future; there are two younger ones after me*, so I have to do something.” [República Democrática do Congo, Ex-menino soldado] (Brett and Spetch, 2004, p.131; ênfases minhas).

“(...) I have learned how to sew, bake bread, make ham and make a living. Now, I'm living with my maternal grandmother. *I'm the head of a family and I'm responsible for my two children and my grandmother (...)*.” [República Democrática do Congo, ex-menina soldado] (Rádio Netherlands Worldwide, Disponível em: <http://www.radionetherlands.nl/specialseries/women-war/rape-rebels-congo>; Acesso em: 26 jun. 2008; ênfases minhas).

“The war put an end to school, and, *I was afraid I would have no way to earn a living*. In this program, *we are learning a skill that will give us jobs*. Right now we learn how to design, cut, and sew but we will learn how to buy cloth and make our own business.” [Serra Leoa, ex-menina soldado; ênfases minhas] (Wessels, 2006, p.204).

“I want to be a good farmer, because *I already lost hope of being able to study*, and because I don't want to lose hope completely in my life, I would rather live, work the land, *help my mother and try to get a wife*” [Angola, ex-menino soldado; ênfases minhas] (Honwana, 2006, p.144).

Estes depoimentos tornam nebulosa a fronteira normativa entre infância e adultez estabelecida pelo marco de 18 anos. Dessa forma, a análise do discurso destes jovens nos leva a questionar o que é ser criança e, principalmente, se é possível estabelecer um modelo único de infância. No capítulo 2, onde discutimos a questão da infância, vimos que o Direito Internacional Humanitário associa a criança à imagem de seres pré-sociais e incapazes de assumirem responsabilidades (Honwana, 2001). No entanto, a partir destes relatos, percebemos que estas ex-crianças soldado, ao desempenharem o papel de chefes de família e ao assumirem responsabilidades profissionais, trazem a tona uma noção de infância distinta. No caso destes “jovens adultos” desmobilizados, a educação deixa de ser um fator fundamental à reintegração à sociedade no pós-conflito armado. Em detrimento da escola, a aquisição imediata do emprego equivale à garantia de futuro como civil. Diante destas diversidades, fica cada vez mais claro que não há uma fórmula única para o DDR. Este programa deve sempre buscar refletir as demandas do seu público-alvo, sejam as crianças soldado na África ou na Europa.

Além dos programas profissionalizantes aderirem aos padrões internacionais que regulam o trabalho infantil, estes treinamentos vocacionais devem estar fundamentados na economia local e em previsões de demanda futura, considerando a capacidade de absorção dos mercados. Em Serra Leoa, por exemplo, um dos ex-meninos soldado questiona, em seu depoimento, porque não foi oferecido treinamento para agricultura, já que tal atividade era a preferência da maioria dos jovens desmobilizados (Peters, 2007, p.50). Somado a isso, o treinamento deve vir acompanhado de ferramentas de trabalho adequadas para que os jovens desmobilizados possam iniciar suas atividades:

(...) I don't know what I will do, now: I would like to go back home but it is still unsafe, and I fear the rebels coming again. I am learning bicycle repair here, but when *I must leave I fear having no tools. I do not know how I will support myself.* [Uganda, ex-menino soldado, 14 anos] (HRW, 1997, p.52; ênfases minhas)

O terceiro tema mais mencionado pelas crianças em seus depoimentos (9) é a importância da reunificação familiar. Este dado coincide com a conclusão das Nações Unidas acerca dos fatores considerados essenciais à reintegração de ex-crianças soldado. No capítulo anterior sobre o DDR de ex-crianças soldado, ressaltamos que o programa deve buscar identificar as famílias das ex-crianças soldado e promover o reencontro o mais rápido possível. Este depoimento de um ex-menino soldado colombiano é ilustrativo: “Sometimes, my conscience troubles me. *Now I hope to be with my family again* and share things with them, to rethink, to think of a better tomorrow and to see the world with open eyes” (HRW, 2003, p.111; ênfases minhas). No caso dos “jovens adultos” que, muitas vezes, retornam à vida civil com uma nova família constituída durante o conflito armado, a prioridade é sua aceitação por parte da comunidade e não necessariamente de sua família de origem.

Ao analisar os depoimentos, é possível perceber que as ex-crianças soldado associam a reunificação familiar à primeira etapa de um processo de reconciliação e aceitação por parte da comunidade, que é indispensável à reintegração à vida civil. Identificamos em 6 dos 9 relatos o binômio “família – segurança/proteção”. Em outras palavras, a família desempenha o papel de um “porto seguro” que é fundamental ao retorno à vida civil. Vejamos quatro exemplos:

“(...) Now, *I am stuck here because my family was killed* in a government attack and because the SPLA would re-recruit me. At times I wonder why I am not going back to SPLA, half of my friends have and they seem to be better off than me.”

[Sudão, ex-menino soldado] (Site da ONG Coalition: Disponível em: <http://www.child-soldiers.org/childsoldiers/voices-of-young-soldiers>; Acesso em: 10 jan. 2009; ênfases minhas).

“If our parents are dead what will we do, and then what will we do when we’ll be back home? They are going to leave us over there without anything, without work” [República Democrática do Congo, ex-menina soldado] (Brett e Spetch, 2004, p.135; ênfases minhas).

“Other children insult me and when I try to fight them they run to the teacher’s office. The teacher says “If your head is confused because you were abducted, don’t come and disturb others”. Then the teacher beat me up. I went back with my parents and now it’s a bit better” [Uganda, ex-menino soldado, 14 anos] (Coalition, 2008b, p.16; ênfases minhas).

“Now after disarming I’m going back to my family to begin a new life and to beg my neighbors, the people in my community, for forgiveness.” [República Democrática do Congo, ex-menino soldado, 14 anos] (Singer, 2006, p.191; ênfases minhas).

No entanto, se por um lado os estudos indicam que as famílias destes jovens desmobilizados os recebem em geral bem, por outro, as ex-crianças soldado, através dos depoimentos (9), mencionam a extensiva e persistente estigmatização e rejeição por parte da comunidade e a constante intimidação exercida pelos colegas na escola. Nos relatos analisados, as crianças expressam o receio de não serem aceitos pela comunidade, uma vez que são rotulados como ex-combatentes. Uma das crianças comenta que prefere manter seu cartão de identidade escondido, pois este comprova que ela participou do programa de DDR, logo é uma ex-criança soldado:

I can show you my ID card that you can see that I did the DD... just a moment... I put it far away in my pocket. I don’t want for others in this refugee camp to see it. I don’t want them to know that I’m an ex-fighter. People in the camp don’t like ex-fighters (Spetch, 2006, p.79).

Somado ao rótulo de ex-combatente, as ex-meninas soldado ainda são estigmatizadas por terem sido, em sua maioria, abusadas sexualmente pelos líderes dos grupos armados. Principalmente, as meninas que retornam às comunidades grávidas ou com bebês apresentam grande dificuldade de se reintegrarem por trazerem consigo “filhos da guerra” (McKay e Mazurana, 2004).

Nas palavras de uma ex-menina soldado:

We are not like others girls, because we were taken in the bush. Our minds are not steady, and we cannot eat off the same plates as our families. People call us bad names and do not accept us. They call us bad names. How can they do that? We worry about where we will get money to live and feed our babies. Our hearts are heavy even after the war (Wessels, 2006, p.195; ênfases minhas).

Neste contexto, os ritos tradicionais e embebidos nas culturas locais são processos que, aliados ao atendimento psicológico tipicamente ocidental, podem surtir resultados positivos tanto na comunidade quanto nas próprias ex-crianças soldado (Honwana, 2006; Verhey, 2001). Como uma ex-menina soldado da República Centro-Africana afirma:

"I feel so bad about the things that I did. It disturbs me so much that I inflicted death on other people. When I go home I must do some traditional rites because I have killed. *I must perform these rites and cleanse myself*". (Site da ONG Coalition: Disponível em: <http://www.child-soldiers.org/childsoldiers/voices-of-young-soldiers>. Acesso em 10 dez. 2008 (ênfases minhas).

A rejeição sofrida por estas crianças dificulta o processo de reintegração à vida civil no pós-conflito armado. Isto fica claro nos depoimentos de duas ex-crianças soldado que reconhecem que o estigma de ex-combatente é o principal empecilho para retomada dos estudos ou à aquisição de um emprego:

"The DDR is good, but they train us and send us to work in *communities who do not trust us. The people give us no jobs*, so some of us sell our tools to live. They should address trust in our communities." [Libéria, ex-menino soldado] (Unicef, 2007, p.18; ênfases minhas).

"Sometimes I think people are talking about me and I feel very sad. I am afraid that the militia will come back here. *We want to continue our studies but sometimes it is difficult – sometimes there are people who don't like us.*" [Timor Leste, ex-menino soldado] (Unicef, 2003, p.69; ênfases minhas).

Estes depoimentos questionam a eficácia do programa de DDR, uma vez que os jovens desmobilizados têm o acesso negado a dois dos fatores considerados pela ONU indispensáveis à reintegração à vida civil – educação e aquisição de um emprego. A estigmatização dos jovens desmobilizados nos leva a refletir sobre a importância da abordagem inclusiva do processo de reintegração, que foi trabalhada no capítulo anterior. Se por um lado os programas de desarmamento e de desmobilização são direcionados estritamente às ex-crianças soldado, as atividades da reintegração devem, por sua vez, ser baseadas na própria comunidade e compor os esforços gerais de reabilitação, reconciliação e de reconstrução da sociedade no pós-conflito armado. Dentro desta idéia, o DDR pode, por exemplo, oferecer treinamento às ex-crianças soldado que as capacitem de forma a desempenhar funções que as tornem *úteis* aos olhos das próprias comunidades (Singer, 2006). Dessa forma, o estigma é minimizado.

Longe de ser somente um processo individual, a reintegração é um processo social que visa à aceitação das ex-crianças soldado pela sociedade e ao desenvolvimento de relações apropriadas na escola e nas vidas familiares e profissionais (Wessels, 2006). Dessa forma é possível também diminuir a rejeição às ex-crianças soldado motivada pelos considerados *privilégios* recebidos no programa de DDR:

Because of DDR, I wore nice shoes and new clothes. I was very grateful because I could never have come out of the bush in the state I was in. *But other youths had no nice shoes and clothes. I became stigmatized for a different reason* [Serra Leoa, ex-menino soldado, recrutado aos 16 anos pela RUF] (Wessels, 2006, p.205; ênfases minhas).

Nesse sentido, Serra Leoa ilustra como a reintegração, quando um processo social, contribui para aceitação dos jovens desmobilizados pela sociedade. Lá, a admissão das ex-crianças soldado na escola foi negociada através da provisão pelas Nações Unidas de materiais didáticos aos alunos – independentemente de terem participado do DDR - e para reconstrução da infra-estrutura escolar. Dessa forma, o estigma das ex-crianças soldado perdeu força, pois o programa não mais pagava suas mensalidades escolares – i.e., estes jovens não eram privilegiados em detrimento das outras crianças - e a comunidade como um todo foi beneficiada com o projeto (Unicef, 2005).

Além dos fatores considerados fundamentais à reintegração à vida civil - treinamento vocacional, reunificação familiar e educação - as ex-crianças soldado, que mencionaram o DDR explicitamente nos relatos, destacaram outros elementos positivos do programa: o atendimento físico e psicológico e a provisão do cartão de identidade e de kits desmobilização. A importância do aconselhamento psicológico e da reabilitação física está intimamente relacionada aos efeitos do conflito armado e às experiências violentas nos campos de batalha. Somado a isso, os jovens desmobilizados desconhecem outra forma de agir se não por meio da violência aprendida durante o conflito armado (Verhey, 2001, p.17). Nesse sentido, a assistência psicológica contribui para a mudança de comportamento destes jovens, facilitando sua integração social. Dois depoimentos de ex-meninos soldado de Uganda são ilustrativos: “They counsel you until you *settle your mind*” (Coalition, 2008b, p.24; ênfases minhas) e “There are professional people who counsel you. *You are very aggressive when you come home and your parents cannot help you*” (Idem; ênfases minhas).

Já aqueles que criticaram explicitamente o programa (4) responsabilizaram, principalmente, o não cumprimento das promessas estabelecidas pelo programa. A frustração frente à falta de compromisso é clara nestes dois relatos: “We were *promised* clothes, food and education, and *we haven’t got those*” (Coalition, 2004, p.7; ênfases minhas) e em “I stayed 5 days at the cantonment site. The camp was fine but *I am frustrated* about the DDR process. *They don’t do what they promise us*” (Spetch, 2006, p.95; ênfases minhas). Na maioria dos casos, esta decepção em relação ao programa pode ser evitada com uma política de comunicação clara e detalhada entre o staff da ONU e as ex-crianças soldado desde o início do processo (Verhey, 2001).

A falta de esclarecimentos sobre o DDR contribui também para exclusão de meninos e meninas do programa. Estas ex-crianças soldado, na maioria dos casos, desconhecem os próprios direitos, logo ficam a mercê de boatos ou de informações equivocadas sobre o programa. Ambos os depoimentos de duas ex-meninas soldado liberianas explicitam as conseqüências da falta de uma política de informação clara: “I didn’t participate in DD [sic] because *I did not know if this was an option was for me* (Anistia Internacional, 2008, p.29; ênfases minhas)” e “I couldn’t disarm though because *I didn’t have any ammunition*” (Ibid., p.30; ênfases minhas).

Os dados de nossa pesquisa coincidem com as informações apresentadas pelo IDDRS (UNDPKO, 2006, seção 5.3, p.20), que afirma que 30% das crianças soldado não participam do DDR, por que: (i) desconhecem seus direitos; (ii) não confiam no programa; (iii) são deliberadamente excluídos por não serem combatentes⁴¹. Estas três explicações estão vinculadas de certa forma a não divulgação de informações detalhadas sobre o programa de DDR. O depoimento de uma ex-menina soldado liberiana deixa claro como rumores e, conseqüentemente, a desconfiança acerca do programa influenciam na decisão de não participar do DDR:

If you do the DD then they take your name and your picture and put them in the computer. If you want to travel in the future to the US or Europe then they can see in the computer that you are an ex-rebel and then they not allow you. So I didn’t

⁴¹ Esta questão nos remete à diferença entre o DDR de criança soldado e aquele voltado ao soldado adulto, no qual ser combatente é pré-requisito para participar do programa. No caso do DDR para criança soldado, qualquer jovem menor de 18 anos que esteve vinculado a algum grupo militar tem direito a participar do programa.

want to go through the DDR. *I gave my weapon to somebody else who took it to the DDR* (Spetch, 2006, p.88; ênfases minhas).

Assim, diante das informações apresentadas pela pesquisa, é possível afirmar que o DDR voltado às ex-crianças soldado é uma ferramenta em potencial. Em teoria, o programa corresponde às necessidades destacadas pelas próprias crianças no período de reintegração à vida civil. Isto é, tanto as crianças, de forma geral, quanto as Nações Unidas, ao desenvolverem o DDR, focam em três fatores: reunificação familiar, inserção das ex-crianças soldado na escola e o treinamento vocacional destes jovens. No entanto, percebemos através destes depoimentos que, na prática, ainda há um caminho a ser percorrido. Os desejos das ex-crianças soldado são contrapostos por medos, frustrações e desconfianças que apontam para o silêncio dos planejadores do DDR acerca das diversidades sociais, culturais e econômicas inerentes ao grupo de crianças soldado.

Nesse sentido, passamos à última seção deste capítulo com a intenção de entender o porquê da relativa falta de sintonia entre o programa de DDR e a situação destes jovens desmobilizados no pós-conflito armado. Para isso, voltamos à discussão feita por Foucault (2008) sobre a constituição da sociedade disciplinar e ao paralelo traçado, no capítulo 2, com a normalização da infância. Nossa idéia é analisar em que sentido a adoção de uma representação de infância fundamentada na visão ocidental e considerada *normal* pelas Nações Unidas é responsável por certo distanciamento entre o DDR e seu público alvo, isto é, as ex-crianças soldado.

4.3. DDR, Reintegração à Vida Civil e Infância: uma Relação Plural

Nesta seção, defendemos o argumento de que a adoção pelas Nações Unidas de um padrão de infância normal, embasado na lógica ocidental, é um fator determinante na relativa falta de sintonia entre o DDR e sua principal finalidade, i.e., a reintegração de ex-crianças soldado à vida civil. Tal asserção não equivale nem a aceitar a imagem de meninos e meninas soldado como face de uma infância específica e localizada nem, portanto, a não intervir em tal situação. Este argumento, de fato, nos faz refletir sobre a pluralidade de possíveis processos de

retorno à vida civil – e de recuperação da infância interrompida - que o DDR, por ser a principal ferramenta neste sentido, deve englobar e atentar.

Como uma construção social - e não uma condição biológica natural - , a infância não é uma experiência universal com duração fixa, mas é diferentemente constituída, exprimindo as diversidades entre sociedades, culturas e comunidades, além das distinções individuais relativas ao gênero, classe social, etnia e história. Conseqüentemente, os fatores essenciais ao retorno à vida civil variam segundo as particularidades individuais e as condições socioculturais específicas ao ambiente ao qual cada ex-criança soldado será reintegrada.

A fim de nos aprofundar neste argumento, partimos das questões acerca da infância suscitadas pela obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault, trabalhadas no capítulo 2 deste trabalho, para identificar os possíveis porquês das frustrações, inseguranças e medos expressos por ex-crianças soldados no período de pós-conflito armado em seus depoimentos. Em outras palavras, nossa idéia é analisar em que sentido a adoção de uma representação de infância *normalizada* pelas Nações Unidas implica no desenvolvimento de programas de DDR padrões que, muitas vezes, silenciam as heterogeneidades de jovens desmobilizados advindos de diferentes condições sociais. Daí, por fim, voltamos a analisar a relação entre o programa de DDR e a reação de ex-crianças soldado ao processo de reintegração à vida civil.

No segundo capítulo, trabalhamos, com base no argumento de Foucault sobre a constituição da sociedade disciplinar, como um padrão de infância é estabelecido e mantido independentemente dos diferentes tipos de infância encontrados nos diversos espaços em todo o mundo. Em *Vigiar e Punir* (2008), Foucault faz um relato acerca das formas que moldam o indivíduo moderno, tornado *normalizado* por um poder maior do que ele. As disciplinas, segundo o autor, inauguradas na sociedade moderna, se consagram como fórmulas gerais de dominação e são introduzidas nas escolas, nas famílias e nos exércitos. Tais disciplinas – ou poder da norma – seriam responsáveis por designar sempre uma medida que serve para avaliar o que está conforme a regra e o que a distingue. Isto é, a disciplina determina o parâmetro para opor o *normal* do *patológico*.

A partir do argumento de Foucault em *Vigiar e Punir*, é possível, então, entendermos como se deu o processo de produção de uma noção de infância normal. Por meio de práticas disciplinares, são estabelecidas, simultaneamente, a

norma de infância à qual a sociedade deve se submeter e as noções de infância que devem ser corrigidas. A imagem da criança soldado – foco deste trabalho -, por exemplo, foge à noção de infância de diferentes sociedades, inclusive daquela considerada normal pela comunidade internacional, representada aqui pelas Nações Unidas. Nesse sentido, o processo de reintegração destes jovens desmobilizados à vida civil implica em atividades que, teoricamente, visam à *correção* ou à *recuperação* de certa infância interrompida durante o conflito armado. O desafio do programa de DDR, portanto, é lidar com as condições sociais específicas - às quais as ex-crianças soldado serão reintegradas - que influenciam de forma significativa o processo de transição à vida civil.

É certo que ao analisar os depoimentos de ex-crianças soldado, verificamos que há certos fatores que podem ser considerados essenciais ao retorno destes jovens à vida civil, como: educação, reunificação familiar e treinamento vocacional. No entanto, sabemos também, a partir dos mesmos relatos, que a simples inserção destas crianças na escola ou a garantia de um emprego qualquer não são suficientes para assegurar o sucesso do programa de DDR. As necessidades de cada criança e o papel que cada uma desempenha em sua sociedade são distintas e tal diversidade deve estar refletida na elaboração pela ONU de cada programa de DDR.

Nesse sentido, quando as Nações Unidas adotam uma noção de infância fundamentada na visão ocidental como padrão de normalidade, o risco é a implementação de programas de DDR que submetem ex-crianças soldado a um processo de transformação que talvez não seja o mais adequado à reintegração a sociedades com características distintas das ocidentais. Valendo-nos do argumento de Foucault (2008), assim como as disciplinas moldam o indivíduo moderno segundo um padrão de normalidade, o DDR tem o poder de constituir as crianças no pós-conflito armado segundo um padrão *normal* de infância. As conseqüências, neste caso, podem ser graves, pois as ex-crianças soldado, apesar de classificadas como *normais* após terem participado do programa de DDR, permanecem *excluídas* da comunidade da qual deveriam fazer parte.

Em virtude da implementação de um programa de DDR enviesado – isto é, embasado em uma noção de infância que embora seja considerada universal, é específica e localizada – é possível identificar expressões de medo, de frustração e de inseguranças nos depoimentos analisados. Por exemplo, a associação entre a

instabilidade da situação no pós-conflito armado e o desejo de fugir e se tornar soldado novamente indica a frustração destas crianças ao tentarem retornar à vida civil. Dois depoimentos são ilustrativos nesse sentido:

“Currently, it’s *destabilization*; what I want to say, it’s that in the army, I suffered, but I had a home, a place to stay; I could organize myself, I ate. It’s not like where we are now... *I would like to flee, you know, some children fled so as not to be demobilized...* some stay a month here, and then they run away.” [República Democrática do Congo, ex-menino soldado] (Brett e Spetch, 2004, p.134; ênfases minhas).

“At the end of the war we wanted peace but *there were no jobs and we did not have means of supporting our families*. In such a situation, *why not remain a soldier?* At least it’s a way of earning some small amount of money.” [Afeganistão, ex-menino soldado] (Wessels, 2006, p.155; ênfases minhas).

O desejo de retornar ao combate após a desmobilização é mencionado em nove dos 86 depoimentos de ex-crianças soldado analisados, seja por considerarem a vida militar o melhor ou único meio de sobrevivência ou em função do orgulho de serem soldados. Mesmo as ex-crianças soldado que participaram do processo de DDR apontam a vida militar como a única oportunidade, pois não conseguiram nem emprego nem retomar os estudos. O relato de um ex-menino soldado liberiano é esclarecedor:

I went through the program in 1997 and received some assistance but it soon ran out. For a while, I did some small jobs around Monrovia, but *there was not much to do and I couldn’t afford to go back to school*. So two years ago, I decided to join the LURD. *I figured it was better to fight and try to get something, than hang around town doing nothing* (HRW, 2004, p.42; ênfases minhas).

Enquanto os depoimentos acima indicam a frustração sentida pelas ex-crianças soldado ao buscarem se reintegrar à vida civil, outros meninos e meninas expõem medo ou insegurança, seja em relação à possibilidade de rejeição por parte da comunidade ou à incerteza acerca do futuro. Os quatro relatos abaixo ilustram as sensações de insegurança, abandono ou rejeição que remetem ao receio dos jovens desmobilizados em relação à volta às comunidades no pós-conflito armado, mesmo após a participação nos programas de DDR.

“*I don’t know what I will do in the future*. Since I’ve been here [at the trauma counseling center], I haven’t seen my family, and am sad that they haven’t come. I don’t know anything about them – I have no news. *I can’t go home. I’ll be re-abducted and killed straightaway.*” [Uganda, ex-menino soldado, 14 anos] (HRW, 1997, p.54; ênfases minhas).

“Sometimes others at school accuse me of being a militia and this makes me very sad – I had to stay with the militia. Sometimes I think people are talking about me

and I feel very sad. I am afraid that the militia will come back here. We want to continue our studies but sometimes it is difficult – sometimes there are people who don't like us.”[Timor Leste, ex-menino soldado, sequestrado aos 16 anos] (Unicef, 2003, p.69; ênfases minhas).

“I lost my time in the military and *now I don't manage to study to learn a profession...* Working the land without fertilizers won't produce anything. Also here in the village there is nothing to do to amuse us. The only soccer ball we had broke a long time ago... *When I think of all this, my heart beats and becomes sore and I am unable to sleep at night...*” [Angola, ex-menino soldado, 19 anos] (Honwana, 2006, p.144; ênfases minhas).

“We have a DDR process for peacebuilding which is going well, but *still we do not feel secure – especially women and children.*” [Afeganistão, ex-menina soldado, 14 anos] (Unicef, 2007, p.18; ênfases minhas).

Tais depoimentos apontam para processos de reintegração ineficazes, que apesar de oferecerem o que muitas destas crianças consideram essencial, não asseguram, na prática, o retorno à vida civil. Aqui voltamos à idéia inicial acerca do problema de um programa de DDR padrão; Isto é, não basta inserir as crianças na escola ou garantir a reunificação dos jovens desmobilizados com suas famílias se as particularidades da situação local e as condições sociais das crianças são silenciadas. Não questionamos a relevância da educação, do treinamento vocacional e da reunificação familiar para a reintegração das ex-crianças soldado, no entanto argumentamos que os planejadores do DDR precisam, primeiro, ouvir as vozes dos jovens desmobilizados para então agir em benefício deles. Dessa forma, é possível identificar qual treinamento vocacional é mais adequado, se a reunificação familiar é válida e que perfil de curso educacional deve ser proporcionado.

Esta sensação de frustração e de insegurança é, em muitos casos, ainda mais acentuada entre jovens que, embora sejam crianças segundo a Lei⁴², acumulam responsabilidades “de adultos”⁴³. Estes jovens, muitas vezes, retornam à vida civil já como chefes de famílias constituídas durante a guerra e, portanto, o processo de reintegração deve ter um enfoque diferenciado, por exemplo, na

⁴² Como vimos, no capítulo anterior, o Direito Internacional determina os 18 anos como marco de transição da infância para adultez. Neste caso, estamos falando sobre os jovens com menos de 18 anos, que apesar de assumirem responsabilidades distintas, são crianças de acordo com a Lei Internacional.

⁴³ Utilizamos o termo adulto entre aspas, pois, nos remetemos à visão do Direito Humanitário Internacional acerca das distinções entre infância e adultez. Neste contexto, as responsabilidades acumuladas pelos jovens desmobilizados não correspondem à infância, já que esta equivale a uma fase despreocupada da existência humana. Assim, ser pai de família, por exemplo, estaria associado à adultez.

inclusão econômica. A reinserção deste jovem na escola com a finalidade de retomar uma rotina infantil dita *normal* não é eficaz, já que os interesses da própria ex-criança soldado apontam em outra direção. Estes jovens adultos, em detrimento da volta à escola, desejam assistência na aquisição de terras cultiváveis ou de emprego. Estas demandas estão claras nos depoimentos de crianças soldado maiores de 15 anos. Por exemplo, o relato de um ex-menino soldado ugandês, 17 anos:

After escaping the Lord's Resistance Army, I was trained as a carpenter. *I hoped to earn enough money from digging to rent a place in town, but the digging makes barely enough money to feed and clothe my family, and often I trade onions for other goods instead of money. Now I don't believe I'll ever get to live in town and sell my chairs* (Singer, 2006, p.206; ênfases minhas).

O exemplo dos jovens adultos demonstra o risco de tratar o grupo de crianças soldado como homogêneo, independentemente das condições sociais do ambiente ao qual o jovem será reintegrado e da situação particular destes ex-soldados. Outro grupo que merece atenção são meninos e meninas que assumiram determinados papéis durante a guerra – como líder, combatente e até mesmo “marido” - e, portanto, negam serem tratadas como crianças ingênuas e indefesas ao retornarem à vida civil. Nesse sentido, tais crianças rejeitam a concepção de infância *normal*, estabelecida pelo Direito Internacional Humanitário, que equivale a uma fase despreocupada e sem responsabilidades da existência humana (Honwana, 2001). Conseqüentemente, estas crianças negam qualquer programa fundamentado nesta noção internacional, embora localizada, de infância. No documentário *Children of Conflict*, produzido pela rede Aljazeera (2007), ex-crianças soldado da República Democrática do Congo contam suas experiências militares e falam sobre a transição à vida civil. Um dos meninos entrevistados (idade desconhecida), apesar do pequeno tamanho físico, chama atenção pelo discurso típico de alguém que acumula diversas vivências:

When I was in the militia I was used to be alone and *being independent. It's hard to go back living with parents after that. I didn't like living with my parents. I'm child, yes, in age, and in size I am still small, but I know so many things about the world that nobody can joke with me or tell me what to do.* (ênfases minhas).

Em resumo, é possível concluir a partir da análise destes 86 depoimentos de ex-crianças soldado que a maioria dos relatos apresenta dois momentos: (1) a criança afirma o que deseja ou considera essencial à reintegração à vida civil; (2) as crianças seguem os relatos com medos e frustrações diante de uma realidade

distante daquela desejada ou prometida. Como vimos, este primeiro momento – o dos desejos – concorda em grande parte com o que o programa de DDR visa oferecer. Isto é, educação, treinamento vocacional/emprego e reunificação familiar são tanto os fatores considerados essenciais pela maioria das ex-crianças soldado (44) quanto o foco, em teoria, do programa. No entanto, quando passamos ao segundo momento, percebemos um distanciamento entre a finalidade do programa de DDR e o que as crianças efetivamente vivenciam ao longo do processo de reintegração à vida civil. Argumentamos, nesse sentido, que a adoção pelas Nações Unidas de um padrão de infância normal, embasado na lógica ocidental, é um fator determinante na relativa falta de sintonia entre o DDR e sua principal meta, ou seja, a reintegração de ex-crianças soldado à vida civil.

No capítulo anterior, na seção sobre DDR de crianças soldado, afirmamos que um fator fundamental à reintegração destes jovens à vida civil é a construção de uma nova identidade, que simboliza o rompimento efetivo com a vida militar. Este processo, como já analisado, começa, em alguns casos, com a entrega da arma na fase de desarmamento e termina quando estas ex-crianças soldado assumem um papel e uma identidade social respeitada pela comunidade e por sua família. Seja através do treinamento vocacional, da garantia do retorno à escola ou da reunificação familiar, o DDR tem um papel fundamental na *constituição destas ex-crianças soldado* no pós-conflito armado.

Em outras palavras, a reintegração à vida civil depende das crianças aprenderem a abandonar as identidades militares e, conseqüentemente, a prever seu futuro como civis. Este processo – no qual o DDR desempenha um papel fundamental – é específico e localizado. Assim, valendo-nos da discussão feita por Foucault em *Vigiar e Punir*, voltamos novamente ao problema de o DDR partir de um padrão de infância *normal* e impor um papel único – ou identidade social única - a todos os jovens desmobilizados independentemente das condições sociais nas quais eles vivem. Embora, teoricamente, seja possível uniformizar o “ser criança” e, conseqüentemente, os papéis que esta pode desempenhar, na prática, esta padronização é respondida com frustrações, medos e inseguranças expressos pelas próprias ex-crianças soldado que não conseguem se reintegrar à vida civil na *própria* sociedade. Um ex-menino soldado que retorna à comunidade como chefe de família não prioriza a escola embora seja menor de 18 anos; ele deseja conseguir um emprego e gerar renda para se tornar elegível ao papel de

marido e de pai perante os olhos da própria sociedade. Tal demanda deve ser considerada pelos planejadores do DDR para que as ferramentas necessárias à redefinição da identidade social deste jovem sejam asseguradas.

Por fim, a integração social bem sucedida deve satisfazer as aspirações mais fundamentais das ex-crianças soldado: ver a si próprio e ser visto não como crianças soldado, mas como jovens comuns aceitos por suas famílias e comunidades. O forte desejo por aceitação e normalidade – independentemente do que normalidade significa em cada sociedade – expressos por ex-crianças soldado, cujas experiências infantis foram tão violentas, comprova seu poder de resiliência e rejeita a idéia amplamente divulgada de “geração perdida ou traumatizada”. Além disso, nos lembra que esta transição da vida militar à civil é um processo tanto social quanto individual. E, portanto, o DDR deve atentar às demandas e às especificidades relativas a ambos os espaços.

4.4. Considerações Finais

Com base nesta pesquisa, concluímos que o DDR é uma ferramenta em potencial. Isto é, em teoria, o programa desenvolvido pelas Nações Unidas para garantir a reintegração de ex-crianças soldado à vida civil concorda em grande parte com os fatores destacados pelos próprios meninos e meninas em processo de retorno às comunidades. No entanto, em termos práticos, identificamos um distanciamento entre o discurso das Nações Unidas e a resposta destas crianças ao processo de transição à vida civil.

Os desejos apresentados pelas ex-crianças soldado em seus depoimentos são contrastados por medos e frustrações. Por exemplo, a vontade de ir à escola – ressaltada através do uso da frase “eu quero” por 12 dos 23 jovens que mencionam o tema da educação – é seguido, em muitos casos, ou pela frustração diante da incapacidade de pagar as taxas exigidas ou pelo medo de não ser aceito pelos colegas. Em relação à reunificação familiar, o desejo de rever os parentes (9) é confrontado pelo medo de não ser útil naquele espaço.

Estes medos, inseguranças e frustrações expressos pelas ex-crianças soldado apontam para inadequação prática do programa de DDR. Independentemente de os desejos destes jovens coincidirem em grande parte com o que o programa visa

oferecer, na prática, ainda há um caminho a ser percorrido. Nós argumentamos que esta relativa falta de sintonia está em parte associada à adoção de um padrão de infância pelas Nações Unidas que não é necessariamente adequado às distintas sociedades. Uma criança em Angola, por exemplo, não desempenha o mesmo papel social nem tem as mesmas necessidades do que uma criança no Nepal ou na Colômbia.

Destarte, os planejadores dos programas de DDR futuros, que buscam a reintegração bem-sucedida destes jovens desmobilizados, têm a sua frente um desafio complexo de buscar promover o atendimento apropriado de crianças cujas necessidades são as mais variadas. Estas demandas diferem de acordo com uma série de fatores: desde a noção particular de infância de cada localidade às experiências vivenciadas durante a guerra, questões de idade e gênero, habilidades adquiridas ou não enquanto vinculadas aos grupos armados, problemas psicossociais e situação familiar no pós-conflito armado. Portanto, um estudo detalhado acerca dos contextos locais que influenciam o desenvolvimento e a implementação do programa é imperativo para que o DDR seja bem-sucedido na prática.

5 Conclusão

Nesta dissertação, discutimos a relação entre o programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de ex-combatentes (DDR) desenvolvido pelas Nações Unidas nomeadamente às crianças soldado e a resposta destes jovens desmobilizados ao processo de transição à vida civil no período de pós-conflito armado. Em termos mais específicos, buscamos observar: (i) em que medida o programa de DDR é relevante para aumentar as chances de sucesso de reintegração de ex-crianças soldado à vida civil no pós-conflito armado; e (ii) de que forma o conceito de infância adotado pelas Nações Unidas influencia na resposta internacional às necessidades específicas das crianças soldado no processo de retorno à comunidade depois de estabelecido o cessar-fogo. Tentamos chegar a uma resposta a partir da leitura do campo da resolução de conflitos e da discussão feita por Michel Foucault em *Vigiar e Punir* combinadas com a análise empírica de 86 depoimentos de ex-crianças soldado.

Iniciamos nossa análise com a introdução acerca das chamadas novas guerras (Kaldor, 2001) a fim de contextualizar o fenômeno da criança soldado. Valendo-nos, principalmente, da discussão proposta por Mary Kaldor (2001), buscamos identificar as particularidades das novas guerras, predominantes no pós-Guerra Fria. Diferente da guerra compreendida dentro do cenário europeu posterior à paz de Vestfália, em 1648, e que se reproduziu e se adaptou até a Guerra Fria, a maioria dos conflitos armados contemporâneos é caracterizada por: (i) caráter intra-estatal; (ii) multiplicidade de causas e de atores; e (iii) especialmente o elevado grau de violência contra as populações civis e de violações aos direitos humanos.

Dentre as mudanças trazidas a tona ao cenário internacional pelas novas guerras, abordamos, nesta dissertação, o fenômeno da criança soldado, cuja magnitude, hoje, é inédita tanto em números de crianças envolvidas em grupos armados quanto em nível de participação (Honwana, 2006). No capítulo 2, portanto, trabalhamos as causas subjacentes ao amplo recrutamento de crianças

soldado, as etapas de transformação de uma criança em um soldado – recrutamento, doutrinação e treinamento - e, finalmente, as conseqüências da guerra nas vidas destes jovens desmobilizados no pós-conflito armado. A partir desta análise, ficou clara a diversidade de perfis de crianças soldado que advém, entre outros fatores, das distinções culturais, das diferentes experiências militares e das situações socioeconômicas particulares. É certo que a imagem amplamente divulgada da ex-criança soldado traumatizada pela guerra e indiferente ao valor da vida humana coincide com algumas realidades e não faltam exemplos de jovens desmobilizados com comportamentos violentos ou mesmo deprimidos (Beah, 2007; Singer, 2006). No entanto estas narrativas não constituem a regra nem são predominantes. Reconhecer as heterogeneidades inerentes ao grupo de crianças soldado é um passo fundamental para a ONU no processo de elaboração de um programa de DDR eficaz.

Diante deste cenário, seguimos, no capítulo 2, com a análise da resposta acadêmica no campo da Segurança Internacional frente aos desafios contemporâneos – no caso desta dissertação, o fenômeno da criança soldado. Para isso, buscamos compreender a evolução do campo teórico da Resolução de Conflito (RC) e a contribuição dos Estudos da Paz, especificamente o trabalho desenvolvido por Johan Galtung (1996). Verificamos que as práticas recentes da resolução de conflito foram fortemente impactadas pela predominância das novas guerras no período posterior à Guerra Fria. Diferente da resolução de conflito clássica, cujo objetivo era somente intervir no conflito armado e capacitar as partes envolvidas a estabelecer o cessar-fogo, a abordagem contemporânea apresenta uma visão mais ampla que visa à construção da paz duradoura (Galtung, 1996). Isto significa que é necessário ir além da supressão da violência direta e buscar a transformação das causas subjacentes ao conflito armado a fim de que o comportamento não seja mais violento, as atitudes deixem de ser hostis e a estrutura do conflito seja modificada (Miall et al, 2006, p.29). É dentro deste entendimento de resolução conflito que analisamos, no capítulo 3, os fundamentos da evolução das operações de paz e, especificamente, do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) de ex-crianças soldado.

Finalizamos, então, o capítulo 2 com a discussão de Michel Foucault em *Vigiar e Punir* sobre a constituição da sociedade disciplinar. Com isso, temos base para questionar, no capítulo 4, a idéia de infância “normal” e os fatores

considerados essenciais pela ONU ao retorno de ex-crianças soldado à vida civil no pós-conflito armado. Valendo-nos da argumentação feita por Foucault (2008), entendemos que, por meio de práticas disciplinares, são estabelecidas, ao mesmo tempo, a norma de infância à qual a sociedade deve se submeter e, conseqüentemente, as noções de infância que devem ser corrigidas. Dessa forma, um padrão de infância é estabelecido e codificado internacionalmente independentemente dos diferentes tipos de infância encontrados nos diversos espaços em todo o mundo. As Nações Unidas, por meio do programa de DDR, estabelecem formas de recuperar a infância interrompida dos jovens que estiveram vinculados os grupos armados. No entanto, uma vez que a ONU parte de uma noção de infância, que embora considerada normal internacionalmente, é específica e localizada, é grande a chance de ex-crianças soldado serem submetidas a um *processo de transformação* que talvez não seja o mais adequado à reintegração às distintas sociedades. As conseqüências, neste caso, podem ser graves, pois as ex-crianças soldado, apesar de classificadas como *normais* após terem participado do programa de DDR, permanecem *excluídas* da comunidade da qual deveriam fazer parte. Esta discussão é comprovada em termos empíricos no capítulo 4, quando analisamos os depoimentos de ex-crianças soldado.

No capítulo 3, buscamos compreender as possíveis respostas internacionais no âmbito prático à problemática da criança soldado, que está inserida no contexto das novas guerras. Para isso, iniciamos este capítulo com a análise das operações de paz complexas. A partir desta abordagem, identificamos não apenas o aumento significativo do número das missões de paz e de suas atividades, mas também mudanças quanto ao seu objetivo primordial. Com um caráter mais pró-ativo, os esforços das operações se concentram na construção da paz duradoura em detrimento da somente supressão da violência direta por meio do congelamento da situação estabelecida pelo acordo de paz. Com isso, o envolvimento das Nações Unidas no processo de reconstrução das sociedades após o cessar-fogo é intensificado. É justamente no período de pós-conflito armado que este capítulo foca, desde uma análise mais detalhada do processo de *peace-building* ao aprofundamento acerca de um de seus componentes fundamentais, o programa de DDR.

Nesta dissertação, adotamos a definição do programa de DDR estabelecida pelas Nações Unidas, que indica o cumprimento de uma série de atividades desde

a coleta e destruição das armas, estabelecimento de campos para receber os ex-combatentes até o apoio imediato e a longo prazo à inclusão social e econômica destes ex-soldados às comunidades de origem ou não. Vale ressaltar que embora tenhamos, no capítulo 3, dividido a análise do DDR em fases, entendemos tal ferramenta como um *processo*, não como um programa constituído por atividades lineares e distintas (Ball e van de Goor, 2006). Na realidade, o DDR é formado por programas paralelos – nomeadamente, Desarmamento, Desmobilização, Reinserção e Reintegração - embebidos num processo amplo, dinâmico e integrado.

Ao fim da análise do DDR, percebemos que este processo deve ser flexível, adaptável e fundamentado no ambiente sociocultural no qual será implementado. Já é universalmente aceito que não há uma fórmula única para o DDR (Muggah, 2006). No entanto, independentemente das estratégias adotadas ao longo de cada DDR, é importante reconhecer que este programa é apenas um componente de um processo complexo de reconstrução da sociedade no período após o cessar-fogo. Portanto o sucesso do DDR depende do gerenciamento eficaz de questões políticas associadas à reconciliação, ao *peace-building* e à reforma significativa das estruturas jurídicas, governamentais e econômicas.

A partir desta abordagem acerca das operações de paz complexas – e especificamente do processo de *peace-building* e do programa de DDR – avançamos, no capítulo 3, à análise da inserção do tema da infância na agenda internacional. Com isso, compreendemos o contexto, no qual o processo de DDR direcionado exclusivamente às crianças soldado foi desenvolvido e considerado, desde então, a principal ferramenta capaz de tornar estes soldados mirins em crianças novamente. Nesse sentido, traçamos um panorama desde a Convenção de Genebra, que apresenta as primeiras menções à proteção da criança em tempos de guerra, até as recentes resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas que lidam especificamente com a questão da criança soldado. Baseado nestas informações, entendemos o processo que desvendou as dimensões de segurança do tema da criança soldado que, primeiramente, foi compreendido apenas como uma questão de cunho humanitário. Esta mudança de percepção acarretou um maior envolvimento do Conselho de Segurança com a questão da infância. Na prática, isto se reflete na inclusão de respostas ao problema de

crianças soldado – nomeadamente, o programa de DDR - na própria elaboração dos mandatos das operações de paz.

Finalizamos o capítulo 3 com a análise acerca do programa de DDR voltado exclusivamente às ex-crianças soldado. Argumentamos que o desenvolvimento de um programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração adequado às necessidades destes jovens é uma ferramenta essencial ao processo de transição destas ex-crianças soldado à vida civil no contexto de pós-conflito armado. Investir nestes meninos e meninas e assegurar o retorno à vida civil é um dos passos fundamentais do processo de *peace-building*, uma vez que estamos lidando com um grupo que funciona como um motor indispensável das novas guerras (Singer, 2006). Com base na análise do fenômeno das crianças soldado, feita no capítulo 2, buscamos identificar o porquê de um DDR distinto dos soldados adultos e quais as especificidades do programa. Neste trabalho, defendemos que a eficácia do programa de DDR direcionado às crianças soldado está condicionada a três elementos: (i) considerar as circunstâncias e necessidades de todos os grupos de crianças soldado; (ii) fazer parte do processo mais amplo de *peace-building*; e (iii) deve lidar com as demandas de toda sociedade à qual estes jovens serão reintegrados.

Sobre o processo de reintegração à vida civil – foco do nosso trabalho – ressaltamos que a ONU concentra seus esforços em três elementos considerados pela instituição essenciais à transição dos jovens desmobilizados à vida civil: educação, reunificação familiar e treinamento vocacional (UNDPKO, 2006). Tanto o retorno à escola quanto a aquisição de um emprego são importantes para as ex-crianças soldado construírem uma nova identidade, rompendo definitivamente os laços com a vida militar. Já a reunificação familiar desempenha um papel importante no processo de reconciliação com a sociedade. Isto é, a família funciona como um “porto seguro” para a ex-criança soldado que busca se integrar e ser aceita socialmente.

Nos capítulos 2 e 3, portanto, analisamos o problema da criança soldado, inserido no contexto das novas guerras, e as respostas teórica e prática desenvolvidas, respectivamente, pela comunidade acadêmica no campo da Segurança Internacional e pelas Nações Unidas. Já no capítulo 4, de natureza eminentemente empírica, optamos por ouvir as vozes das próprias ex-crianças soldado acerca do processo de reintegração à vida civil. Nosso objetivo foi

identificar as coincidências e distanciamentos entre o discurso dos jovens desmobilizados e das Nações Unidas sobre o DDR – hoje, a principal resposta no âmbito prático ao problema da criança soldado. Com base na análise de 86 depoimentos de ex-crianças soldado, oriundos de 21 países distintos, verificamos que a maioria (44) dos jovens desmobilizados, de fato, destacou os mesmos fatores que a ONU como essenciais à própria transição à vida civil: educação, treinamento vocacional e reunificação familiar. Dependendo da situação particular da ex-criança soldado e do ambiente ao qual esta foi reintegrada, a volta à escola, a aquisição de um emprego e a aceitação pela família aparecem como aspectos cruciais para o rompimento com a vida militar. No entanto estes desejos são confrontados, nos próprios depoimentos, por medos, inseguranças e frustrações que apontam para inadequação prática do programa de DDR. Como vimos no capítulo 4, diante de um processo de reintegração frustrado, as ex-crianças soldado apontam a volta à vida militar como a única oportunidade.

Sendo assim, se nossa pergunta de partida era “Qual a relação entre o programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração direcionados às ex-crianças soldado e a resposta destes jovens ao processo de transição à vida civil no período de pós-conflito armado?”, encontramos a resposta que confirma nossa hipótese no sentido de que o DDR de ex-crianças soldado é uma *ferramenta em potencial*. De forma geral e em teoria, o programa atenta para os mesmos fatores destacados pelas próprias crianças: educação, treinamento vocacional e reunificação familiar. No entanto, na prática, verificamos, por meio das frustrações e medos apresentados nos relatos analisados, que ainda há um caminho a ser percorrido no desenvolvimento e na implementação do DDR em campo. Argumentamos que esta relativa falta de sintonia está em parte associada à adoção de um padrão de infância pelas Nações Unidas que não é necessariamente adequado às distintas sociedades.

Com base nas reflexões sobre a normalização da infância produzidas no capítulo 2 a partir da leitura de *Vigiar e Punir* (Foucault, 2008), afirmamos que as Nações Unidas partem de uma noção de infância ocidentalizada considerada *normal* internacionalmente, embora seja localizada e específica, para elaborar o programa de DDR. Dessa forma, ao buscar assegurar a transição de ex-crianças soldado à vida civil, a ONU *impõe* um modelo de infância que, muitas vezes, não é o mais adequado às diferentes sociedades onde o programa de DDR é

implementado. As conseqüências, neste caso, podem ser graves, pois as ex-crianças soldado, apesar de *disciplinadas* internacionalmente e classificadas como *normais* após terem participado do programa de DDR, permanecem *excluídas* da comunidade da qual deveriam fazer parte.

Como vimos, o processo de reintegração deve garantir as ferramentas necessárias para as ex-crianças soldado abandonarem a identidade militar e, conseqüentemente, se redefinirem como civis. Dessa forma, estes jovens podem voltar a participar da dinâmica da vida em sociedade, ou seja, podem se tornar *úteis aos olhos das próprias comunidades* (Jareg, 2005). Seja através do treinamento vocacional, da garantia do retorno à escola ou da reunificação familiar, o DDR tem um papel fundamental na *constituição destas ex-crianças soldado* no pós-conflito armado. Frente às diversidades inerentes ao grupo de crianças soldado - advindas da classe social, etnia, idade, gênero, experiências militares distintas, situação da sociedade no pós-conflito armado, aspectos culturais, além de outras vulnerabilidades particulares - que influenciam as necessidades e as experiências das crianças no contexto de pós-conflito armado, este processo de construção de uma identidade civil deve ser específico e localizado.

No entanto, a adoção de um padrão de infância pelas Nações Unidas implica em um programa de DDR enviesado que impõe um modelo de infância, i.e., um papel social uniforme às ex-crianças soldado, independentemente das demandas tanto dos jovens desmobilizados quanto das sociedades que os devem receber. Distinções entre uma ex-criança soldado que retorna à vida civil com uma família constituída durante a guerra e outra que tem como prioridade voltar a estudar, por exemplo, não são consideradas. Por serem menores de 18 anos – e, portanto, crianças segundo o Direito Internacional – a ONU garante, através do DDR, o mesmo tratamento às ex-crianças soldado, silenciando as heterogeneidades de jovens desmobilizados advindos de diferentes condições sociais. Concluímos, com base na análise dos 86 depoimentos, que, embora, teoricamente, seja possível uniformizar o “ser criança” e, conseqüentemente, os papéis que esta pode desempenhar, na prática, esta padronização é respondida com frustrações, medos e inseguranças expressos pelas próprias ex-crianças soldado que não conseguem se reintegrar à vida civil na *própria* sociedade.

O processo de reintegração não equivale somente ao movimento de retorno dos jovens desmobilizados às famílias e às comunidades. O principal desafio é identificar meios para garantir que a reintegração seja uma experiência positiva para as ex-crianças soldado e para suas comunidades, i.e., que seja sustentável e contribua para a construção da paz duradoura (MacVeigh et al, 2007). Nesse sentido, ressaltamos que a reintegração à vida civil é um processo dual: para a ex-criança soldado, é um processo que reconstrói a confiança entre ela e a comunidade, além de oferecer oportunidades profissionais e educacionais; para a comunidade, é um processo capaz de promover estabilidade e segurança. Dessa forma, concordamos com a definição de reintegração apresentada nos Princípios de Paris (2007, p. 7):

(...) the process by which children transition into civil society and enter meaningful roles and identities as civilians who are accepted by their families and communities in a context of local and national reconciliation. Sustainable reintegration is achieved when the political, legal, economic and social conditions needed for children to maintain life, livelihood and dignity have been secured. This process aims to ensure that children can access their rights, including formal and non-formal education, family unity, dignified livelihoods and safety from harm.

Nesse sentido, os planejadores de DDR e a comunidade acadêmica têm um complexo desafio de buscar promover um entendimento aprofundado acerca dos contextos onde estes programas devem ser implementados. Dessa forma, será possível compreender as particularidades das crianças soldado e as condições sociais às quais elas serão reintegradas, permitindo o desenvolvimento de DDR adequados às distintas sociedades. Nesta dissertação, nosso objetivo foi, a partir da análise do discurso das ex-crianças soldado, analisar a relação entre o programa de DDR desenvolvido pelas Nações Unidas e a resposta destes jovens desmobilizados ao processo de transição à vida civil. Identificamos, através dos depoimentos analisados, semelhanças entre os desejos das ex-crianças soldado independentemente do país de origem, como: a aceitação pela comunidade e pelos familiares, a volta à escola e o treinamento vocacional. No entanto, percebemos também que as necessidades e as esperanças das ex-crianças soldado - profundamente impactadas pelas diversidades individuais e sociais - são distintas. São estas diversidades entre os grupos de crianças soldado e, conseqüentemente, suas demandas particulares que devem ser exploradas caso a caso antes das Nações Unidas estruturarem os programas de DDR futuros. Como não temos a

pretensão de esgotar a discussão acerca do processo de transição de ex-crianças soldado à vida civil, estudos detalhados acerca das diversas situações nas quais as crianças soldado se encontram em todo o mundo são sugestões que nos parecem úteis para enriquecer a discussão promovida nesta dissertação.

Assim, como pudemos concluir, o sucesso da reintegração à vida civil depende, em grande parte, da ONU ouvir as vozes das ex-crianças soldado. Em detrimento de partir de uma noção de infância *normalizada e específica*, é preciso considerar o que estes jovens desmobilizados apresentam como indicadores fundamentais para o restabelecimento do *próprio* futuro. É essencial que as crianças e a sociedade que as recebem definam o que é necessário para uma reintegração eficaz. Portanto, é crucial que as Nações Unidas escutem as opiniões destas crianças sobre o que é essencial à recuperação da própria infância e, principalmente, que considerem estas opiniões ao elaborarem o programa de DDR.

6

Referências Bibliográficas

ACNUR (2008). **2007 Global Trends: Refugees, Asylum-seekers, Returnees, Internally Displaced and Stateless Persons.** Nova York.

AIRD, S.; EFRAIME, B.J.; ERRANTE, A. (2001). **Mozambique: The Battle Continues for Former Child Soldiers. Youth Advocate Program International Resource Paper.** Washington, DC: Youth Advocate Program International.

ALDEN, C.; PARSONS, P.; PORTO, J.G. (2007). **From Soldiers to Citizens: Demilitarization of Conflict and Society.** Hampshire: Ashgate Publishing.

ALJAZEERA (2007). **Children of Conflict.** República Democrática do Congo: Rede Aljazeera.

ANNAN, J.; BLATTMAN, C.; HORTON, R. (2006). **The State of Youth and Youth Protection in Northern Uganda: Findings from the Survey for War Affected Youth.** Uganda: Unicef.

ANNAN, K. (1999). Secretary-General Reflects on Promise, Realities of his Role in World Affairs, address to the Council on Foreign Relations. UN Press Release SG/SM/6865.

ANISTIA INTERNACIONAL (2008). **Liberia: A flawed process discriminates against women and girls.** Londres.

ARIÈS, P. (1981). **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro: LTC Editora.

BALL, N.; VAN DE GOOR, L. (2006). **Disarmament, Demobilization and Reintegration: Mapping Issues, Dilemmas and Guiding Principles.** Clingendael Research Paper. Haia: Netherlands Institute of International Relations.

BALL, N. (2001). The Challenge of Rebuilding War-Torn Societies. In: In: AALL, P.R.; CROCKER, C.A.; HAMPSON, F.O. (Org). **Turbulent Peace: The Challenges of Managing International Conflict.** Washington: United States Institute of Peace Press. p. 719-736.

BANCO MUNDIAL (2007). **The Social and Economic Status of Beneficiaries of the Burundi Child Soldier Demobilization, Social Reintegration and Recruitment**

Prevention Special Project. **Dissemination Note**, No. 1. Washington, DC: Banco Mundial.

BARBER, B. (2001). Political Violence, Social Integration, and Youth Functioning: Palestinian Youth from the Intifada. **Journal of Community Psychology**, Vol. 29, No.3, p. 259-280.

BARNETT, M.; KIM, H.; O'DONNELL, M.; SITEA, L. (2007). Peacebuilding: What is in a Name?, **Global Governance**, vol.13, p. 35-58.

BBC. Liberians Riot over Weapons Cash. **BBC**, Londres, 8 dez, 2003. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/3301277.stm> Acesso em: 5 Jan. 2009.

BELLAMY, A.J.; GRIFFIN, S.; WILLIAMS, P. (2004). **Understanding Peacekeeping**. Cambridge: Polity Press.

BLATTMAN, C.; ANNAN, J. (2007). The consequences of Child Soldiering. **Working Paper**, No.22, pp.1-48. Brighton: The Institute of Development Studies.

BEAH, I. (2007). **Muito Longe de Casa: Memórias de um Menino Soldado**. Rio de Janeiro: Ediouro.

BOUTROS-GHALI, B. (1992). **An Agenda for Peace: Preventive diplomacy, Peacemaking and Peacekeeping**. Report of the Secretary-General. United Nations Document A/47/277-S/24111.

BRAHIMIL. (2000). 'Report of the Panel on United Nations Peace Operations', United Nations Document A/55/305-S/2000/809.

BREADLEY, S. (2009) Entrevista concedida a Jana Tabak. Rio de Janeiro, 22 fev.

BRETT, R.; SPETCH, I. (2004). **Young Soldiers: Why they Choose to Fight**. Boulder, CO: Lynne Rienner.

BROWN, M.E. (2007). New Global Dangers. In: AALL, P.R.; CROCKER, C.A.; HAMPSON, F.O. (Org). **Leashing the Dogs of War: Conflict Management in a Divided World**. Washington: US Institute of Peace Press. p. 39 -51.

BOOTHBY, N.; CRAWFORD, J.; HALPERIN, J. (2006). Mozambique Child Soldier Life Outcome Study: Lessons Learned in Rehabilitation and Reintegration Efforts. **Global Public Health**, Vol.1, No.1, p. 87-107.

CLAUSEWITZ, C.V. (2003). **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes.

COALITION TO STOP THE USE OF CHILD SOLDIERS. (2008a). **Child Soldiers Global Report 2008**. Londres.

_____. (2008b). **Returning Home** – Children’s perspectives on reintegration. Londres.

_____. (2004). **Child Soldiers Newsletter**, No. 11. Londres.

_____. (2002). **Niños, Niñas, Jóvenes y Conflicto Armado: Análisis Jurídico de Legislación Internacional y Colombiana**. Colômbia.

_____.Voices of Young Soldiers. Disponível em: <http://www.child-soldiers.org/childsoldiers/voices-of-young-soldiers>.

COUSENS, E.M. (2001). Introduction. In: COUSENS, E.M.; KUMAR, C. (Org.). **Peacebuilding as Politics: Cultivating Peace in Fragile Societies**. Londres: Lynne Rienner Publishers. p.1-20.

CREVELD, M.V. (1991). **The Transformation of War**. Nova York: The Free Press.

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS (2006). **Integrated Disarmament, Demobilization and Reintegration Standards**. Nova York: Nações Unidas.

_____. (1999). **Disarmament, Demobilization, and Reintegration of Ex-Combatants in a Peacekeeping Environment: Principles and Guidelines**. Nova York: Nações Unidas.

DOYLE, M.W.; SAMBANIS, N. (2006). **Making War and Building Peace: United Nations Peace Operations**. Princeton: Princeton University Press.

DURCH, W.J. (2007). **Twenty-First-Century Peace Operations**. Washington: US Institute of Peace Press.

FARREL, T. (2002). Humanitarian Intervention and Peace Operations. In: BAYLIS, J. et al. (Org.). **Strategy in the Contemporary World: an Introduction to Strategic Studies**. Oxford: Oxford University Press. p. 286-308.

FETHERSTON, A.B. (1994). **Towards a Theory of United Nations Peacekeeping**. Nova York: Palgrave Macmillan.

FORSYTHE, D.P; WEISS, T.G; COATE, R.A. (2004). **The United Nations and Changing World Politics**. Boulder, CO: Westview Press.

FOUCAULT, M. (2008). **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes.

GALTUNG, J. (1996). **Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization**. Oslo, International Peace Research Institute: Sage Publications.

- GAREIS, S.B.; VARWICK, J. (2005). **The United Nations: An Introduction**. Nova York: Palgrave Macmillan.
- GISLESEN, K. (2006). A Childhood Lost? The Challenges of Successful Disarmament, Demobilization and Reintegration of Child Soldiers: The Case of West Africa. **NUPI Working Paper**, No. 712. Noruega: Norwegian Institute of International Affairs.
- GOUREVITCH, P. (2000). **Gostaríamos de Informar que Amanhã Seremos Mortos com Nossas Famílias: Histórias de Ruanda**. São Paulo: Companhia das Letras.
- HERZ, M.; HOFFMANN, A.R. (2004). **Organizações Internacionais: História e Práticas**. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- HOLSTI, K.J. (1996). **The State, War, and the State of War**. Nova York: Cambridge University Press.
- _____. (1991). **Peace and War: Armed Conflicts and International Order 1648 - 1989**. Nova York: Cambridge University Press.
- HONWANA, A. (2006). **Child Soldiers in Africa**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- _____. (2001). Children of War: Understanding War and War Cleansing in Mozambique and Angola. In: CHESTERMAN, S. (Org.). **Civilians in War**. Londres: Lynne Rienner. p.125-143.
- HUMAN RIGHTS WATCH. (2004a). **Living in Fear: Child Soldiers and the Tamil Tigers in Sri Lanka**. Nova York.
- _____. (2004b). **How to Fight, How to Kill: Child Soldiers in Liberia**. Nova York.
- _____. (2003a). **You'll Learn Not to Cry**. Nova York.
- _____. (2003b). **Stolen Children**. Nova York.
- _____. (2002). **My Gun Was as Tall as Me**. Nova York.
- _____. (1997). **The Scars of Death: Children Abducted by the Lord's Resistance Army in Uganda**. Nova York.
- IRIN. Rwanda: Turning ex-child soldiers into able citizens. **IRIN**, Kigali, 30 set, 2008. Disponível em: <http://www.irinnews.org/Report.aspx?ReportId=80668>
Acesso em: 5 Jan. 2009.

- _____. Nepal: Challenges of reintegrating former child soldiers. **IRIN**, Guleriya, 31 dez, 2007. Disponível em: <http://www.irinnews.org/Report.aspx?ReportId=76040> Acesso em: 5 Jan. 2009.
- JAKOBSEN, P.V. (2002). The Transformation of United Nations Peace Operations in the 1990s: Adding Globalization to the Conventional “End of the Cold War Explanation”, **Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic International Studies Association**, vol. 37, No. 3, p. 267-282.
- JAREG, E. (2005). **Crossing Bridges and Negotiating Rivers: The Rehabilitation and Reintegration of Children Associated with Armed Forces**. Londres: Coalition to Stop the Use of Child Soldiers.
- KALDOR, M. (2001). **New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era**. California: Stanford University Press.
- KEEGAN, J. (1993). **A History of Warfare**. Nova York: Vintage Books.
- KINGMA, K. (2002). Demobilization, Reintegration and Peacebuilding in Africa, **International Peacekeeping**, Vol.9, No.2, p. 181-201.
- _____. (1997). Demobilization of Combatants after Civil Wars in Africa and their Reintegration into Civilian Life, **Policy Sciences**, Vol. 30, No. 3, p. 151-165.
- KNIGHT, M.; OZERDEM, A. (2004). Guns, Camps and Cash: Disarmament, Demobilization and Reinsertion of Former Combatants in Transitions from War to Peace, **Journal of Peace Research**, Vol.41, No. 4, p. 499-516.
- KOSTNER, M. (2001). **A Technical Note on the Design and Provision of Transitional Safety Nets for Demobilization and Reintegration Programs**. Washington, DC: Banco Mundial.
- KRIESBERG, L. (2007). The Conflict Resolution Field: Origins, Growth, and Differentiation. In: ZARTMAN, W.I. (Org.). **Peacemaking in International Conflict: Methods & Techniques**. Washington: United States Institute of Peace. p. 25-60.
- LAWS, S.; PETERS, K. (2003). **When Children Affected by War Go Home: Lessons Learned from Liberia**. Londres: Save the Children.
- LEDERACH, J.P. (2003). **The Little Book of Conflict Transformation**. Intercourse, PA: Good Books.
- _____. (1995). **Preparing for Peace: Conflict Transformation across Cultures**. Nova York: Syracuse University Press.

LONDON, C. (2007). **One Day the Soldiers Came**: Voices of Children in War. Nova York: Harper Perennial.

MACHEL, G. (1996). **Promotion and Protection of the Rights of Children**: Impact of Armed Conflict on Children. Report of Graça Machel, Expert of the Secretary General of the United Nations, Nova York, A/50/60.

MCKAY, S.; MAZURANA, D. (2004). **Where Are the Girls?** Girls in Fighting Forces in Northern Uganda, Sierra Leone, and Mozambique: Their Lives during and after War. Montreal: International Centre for Human Rights and Democratic Development.

MACQUEEN, N. (2006). **Peacekeeping and the International System**. Londres: Routledge.

MACVEIGH, J.; MAGUIRE, S.; WEDGE, J. (2007). **Stolen Futures**: The Reintegration of Children Affected By Armed Conflict. Londres: Save the Children Fund.

MCCONNAN, I.; UPPARD, S. (2001). **Children, Not Soldiers**: Guidelines for Working with Child Soldiers and Children Associated with Fighting Forces. Londres: Save the Children Fund.

MIALL, H.; RAMSBOTHAM, O.; WOODHOUSE, T. (2006). **Contemporary Conflict Resolution**. Cambridge: Polity Press.

MUGGAH, R. (2006). Emerging from the Shadow of War: A Critical Perspective on DDR and Weapons Reduction in the Post-Conflict Period, **Journal of Contemporary Security Policy**, vol. 27, No. 1, p. 190-205.

_____. (2005). No Magic Bullet: A Critical Perspective on Disarmament, Demobilization and Reintegration (DDR) and Weapons Reduction in Post-Conflict Contexts, **The Commonwealth Journal of International Affairs**, vol.94, No. 379, p. 239-252.

MÜNKLER, H. (2005). **The New Wars**. Cambridge: Polity Press.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (2003). **Wounded Childhood**: The Use of Children in Armed Conflict in Central Africa. Genebra.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2007). **Princípios de Paris**. Paris: Nações Unidas.

_____. (2006). Profile: Children and Armed Conflict. Disponível em:

<http://www.securitycouncilreport.org/site/c.glKWLeMTIsG/b.1846403/k.49B3/Pr>

[ofile Children and Armed ConflictBR12 July 2006.htm#Working Group.](#)

Acesso em 16 dez. 2008.

_____. (2000). *The Role of the United Nations Peacekeeping in Disarmament, Demobilization and Reintegration*. Report of the Secretary-General. Nova York: Nações Unidas.

_____. (1996). **The Blue Helmets: a Review of United Nations Peacekeeping**. Nova York: United Nations Department of Public Information.

PETERS, K. (2007). Reintegration Support for Young Ex-Combatants: A right or a Privilege?. **International Migration**, Vol.45, No.5, p.35-53.

PETERS, K.; RICHARDS, P. (1998). 'Why we fight': voices of youth combatants in Sierra Leone. **Africa**, Vol. 68, No. 2, p. 183-210.

PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (Org.). (1997). **As Crianças: Contextos e Identidades**. Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança.

POULIGNY, B. (2006). **Peace Operations Seen from Below: U.N. Missions and Local People**. Reino Unido: Kumarian Press.

_____. (2004). **The Politics and Anti-Politics of Contemporary Disarmament, Demobilization and Reintegration Programs**. Paris: Science-Politique/CERI.

RYAN, S. (1998). The Theory of Conflict Resolution and the Practice of Peacekeeping. In: MOXON-BROWNE, E. (Org.). **A Future for Peacekeeping?** Nova York: Palgrave Macmillan. p. 26-39.

SAVE THE CHILDREN (2005). **Fighting Back: Child and community-led strategies to avoid children's recruitment into armed forces and groups in West Africa**. Londres: Save the Children.

_____. (2000). **Children of the Gun**. Londres: Children in Crisis project report.

SCHNABEL, A.; THAKUR, R. (Org.). (2001). **United Nations Peacekeeping Operations: Ad Hoc Missions, Permanent Engagement**. Nova York: United Nations University Press.

SCHOLTE, J.A. (2005). **Globalization: A Critical Introduction**. Nova York: Palgrave Macmillan.

SINGER, P.W. (2006). **Children at War**. California: University of California Press.

SMALL ARMS SURVEY. (2008). **Small Arms Survey 2008: Risk and Resilience**. Genebra.

_____. (2005). **Small Arms Survey 2005: Armas em Guerra**. Genebra.

SPEAR, J. (2006). From Political Economies of War to Political Economies of Peace: The Contribution of DDR after Wars of Predation, **Journal of Contemporary Security Policy**, vol. 27, No. 1, p. 168-189.

_____. (2002). Disarmament and Demobilization. In: STEDMAN, S.J. (Org.). **Ending Civil Wars: The Implementation of Peace Agreements**. Londres: Lynne Rienner Publishers. p. 141-183.

SPETCH, I. (2006). **Red Shoes: Experiences of Girl-Combatants in Liberia**. Genebra: Organização Internacional do Trabalho.

STEDMAN, S.J. (1997). Spoiler Problems in the Peace Process. **International Security**, vol. 22, No. 2, 1997, p. 5-53.

SWARBRICK, P. (2007). Avoiding Disarmament Failure: the Critical Link in DDR: An Operational Manual for Donors, Managers and Practioners. **Working Paper**, No.5. Genebra: Small Arms Survey.

THE INDEPENDENT. Return of the child soldiers: Open your eyes. **The Independent**, Londres, 8 dez, 2007. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/africa/return-of-the-child-soldiers-open-your-eyes-763809.html> Acesso em: 8 Jan. 2009.

UNICEF. (2007). **Will you listen?: Young Voices from Conflict Zones**. Nova York: Nações Unidas.

_____. (2005). **The Disarmament, Demobilisation, and Reintegration of children Association with the Fighting Forces: Lessons learned in Sierra Leone 1998-2002**. Nova York: Nações Unidas.

_____. (2003). **Adult Wars, Child Soldiers**. Genebra: Nações Unidas.

VERHEY, B. (2001). Child Soldiers: Preventing, Demobilizing and Reintegrating. **Africa Region Working Paper Series**, No. 23. Washington, DC: Banco Mundial.

WESSELS, M. (2006). **Child Soldiers: From Violence to Protection**. Massachusetts: Harvard University Press.

WILLE, C. (2005). Children Associated with Fighting Forces (CAFF) and Small Arms in the Mano River Union (MRU). In: BERMAN, E.G; FLORQUIN, N. (Org.). **Armed and Aimless: Armed Groups, Guns, and Human Security in the Ecowas Region**. Genebra: Small Arms Survey. p. 181- 121.

WILLIBALD, S. (2006). Does Money Work? Cash Transfers to Ex-Combatants in Disarmament, Demobilization and Reintegration Processes, **Disasters**, Vol.30, No.3, p.316 - 339.

ZARTMAN, W.I. (2007). Introduction. In: ZARTMAN, W.I. (Org.). **Peacemaking in International Conflict: Methods & Techniques**. Washington: United States Institute of Peace. p. 3 – 22.

Anexo: Os Depoimentos de Ex-Crianças Soldado

Afeganistão

1. We have a DDR [Disarmament, Demobilization and Reintegration] process for peacebuilding which is going well, but still we do not feel secure – especially women and children.” [Ex-menina soldada, 14 anos].

Fonte: UNICEF. (2007). **Will you listen?** Young voices from conflict zones. Nova York; p.18.

2. At the end of the war we wanted peace but there were no jobs and we did not have means of supporting our families. In such a situation, why not remain a soldier? At least it’s a way of earning some small amount of money. [Ex-menino soldado].

Fonte: WESSELS, M. (2006). **Child Soldiers:** From Violence to Protection. Massachusetts: Harvard University Press; p. 155.

África do Sul

1. People, they don’t know me, [and] I don’t want people to have those fears: “Hey, did you kill people? Hey, you are one of those guerrillas! [Ex-menino soldado].

Fonte: BRETT, R.; SPETCH, I. (2004). **Young Soldiers:** Why They Choose to Fight. Boulder, CO: Lynne Rienner; p.131.

Angola

1. I was in Huila when the Blue Berets [UN Peacekeepers] took us to our cantonment area in Vila Nova. In the cantonment areas we often gave fake names and sometimes lied about our areas of origin because we were afraid of being re-recruited. I received three bags of maize, a pair of trousers, a shirt, a pair of shoes, and 39 millions Kwanzas. From the

cantonment area I was taken to the church of S.Pedro, and it was a catechist [church member] who reunited me with my family. [Ex-menino soldado].

Fonte: HONWANA, A. (2006). **Child Soldiers in Africa**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press; p.141.

2. I lost my time in the military and now I don't manage to study to learn a profession... Working the land without fertilizers won't produce anything. Also here in the village there is nothing to do to amuse us. The only soccer ball we had broke a long time ago... When I think of all this, my heart beats and becomes sore and I am unable to sleep at night... For the future... I want to be a good farmer, because I already lost hope of being able to study, and because I don't want to lose hope completely in my life, I would rather live, work the land, help my mother and try to get a wife. [Ex-menino soldado, 19 anos].

Fonte: HONWANA, A. (2006). **Child Soldiers in Africa**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press; p.144.

Burundi

1. In the army I was not well treated, I did not get enough sleep. Now I am with my family. I am adapting to my family. I am more and more accepted. [Ex-menino soldado, 17 anos].

Fonte: BANCO MUNDIAL (2007). The Social and Economic Status of Beneficiaries of the Burundi Child Soldier Demobilization, Social Reintegration and Recruitment Prevention Special Project. **Dissemination Note**, No. 1. Washington, DC: Banco Mundial; p.2.

2. I will progress like the others. My goats are multiplying and I'll see better days". [Ex-menino soldado, 18 anos].

Fonte: BANCO MUNDIAL (2007). The Social and Economic Status of Beneficiaries of the Burundi Child Soldier Demobilization, Social Reintegration and Recruitment Prevention Special Project. **Dissemination Note**, No. 1. Washington, DC: Banco Mundial; p.4.

Camboja

1. I am a registered soldier – even if under false identity of an adult soldier who already died – and in theory I am eligible for the benefits promised under the demobilization programme. [Ex-menino soldado, 17 anos, sequestrado aos 13 anos].

Fonte: UNICEF. (2003). **Adult Wars, Child Soldiers**. Genebra; p.69.

Colômbia

1. I want a family. I'll never tell my children about being in the ACC. [Ex-menino soldado].

Fonte: HRW. (2003a). **You'll Learn Not to Cry**. Nova York; p.111.

2. It was wrong to give myself up to the group. Sometimes, my conscience troubles me. Now I hope to be with my family again and share things with them, to rethink, to think of a better tomorrow and to see the world with open eyes. [Ex-menino soldado].

Fonte: HRW. (2003a). **You'll Learn Not to Cry**. Nova York; p.111.

Costa do Marfim

1. What I want to do is forget the way they killed and molested people in my presence, and the bad things that I did... I want to learn a trade or go to school and forget about the war. [Ex-menino soldado, 14 anos].

Fonte: SAVE THE CHILDREN (2005). **Fighting Back:** Child and community-led strategies to avoid children's recruitment into armed forces and groups in West Africa. Londres: Save the Children; p.20.

El Salvador

1. I think that housing and education are what I need, but... for education, I would like to have a night job so that I could study in the day. [Ex-menina soldado].

Fonte: VERHEY, B. (2001). **Child Soldiers: Preventing, Demobilizing and Reintegrating. Africa Region Working Paper Series**, No. 23. Washington, DC: Banco Mundial; p.19.

2. Now they do give classes, but I won't go with those little boys. [Ex-menina soldado].

Fonte: VERHEY, B. (2001). *Child Soldiers: Preventing, Demobilizing and Reintegrating. Africa Region Working Paper Series*, No. 23. Washington, DC: Banco Mundial; p.19.

Filipinas

1. I am still an MILF. When [the government troops] entered the camp, we left our posts. We went to the mountains and became guerrillas. We left our weapons up there in the mountains. There's a rotation – we wait for two months then it will be our turn. As soon as we receive an order...we go to the mountain. [Ex-menino soldado, 16 anos, recrutado aos 12 anos].

Fonte: UNICEF. (2003). *Adult Wars, Child Soldiers*. Genebra; p.69.

2. I won't ever neglect or abandon my sisters. Their welfare is foremost in my mind. I have learned many things here at the centre. Gardening. Construction work. And I am studying here. I now want to finish school, to have a job. I want to be a teacher. Those are things that I hope for. I realize that I can change my life. I want to lead a peaceful life.. [Ex-menina soldado, 16 anos, recrutada aos 13 anos].

Fonte: UNICEF. (2003). *Adult Wars, Child Soldiers*. Genebra; p.69.

Libéria

1. I am now 14. I was with the LURD for two years in 2003 and 2004. I had to tow ammunition and arms for them. They beat me. They did not feed me. I never heard about it and then it was over. I didn't participate in DD [sic] because I did not know if this was an option was for me. [Ex-menina soldado].

Fonte: ANISTIA INTERNACIONAL (2008). **Liberia:** A flawed process discriminates against women and girls. Londres: Anistia Internacional; p.29.

2. I was living in Foya when government troops entered. I stayed with them from 1999-2003 I was captured with other small girls. There were eight of us altogether. We were all used by this one commander who would rape

all of the eight girls. Now I have stomach problems. I am told that I have an infection but when I take medicine I don't really feel better. I was in my village seeking traditional medicine when the DDR was going on so I missed out. I am still not all right fully." [Ex-menina soldado, 18 anos, seqüestrada aos 13 anos].

Fonte: ANISTIA INTERNACIONAL (2008). **Liberia:** A flawed process discriminates against women and girls. Londres: Anistia Internacional; p.32.

3. 13-year-old Richard Jack, once an "officer" with President Taylor's feared Anti-Terrorist Unit (ATU): Holding an AK-47, he said: "I started fighting at the age of six. I decided to turn in my gun because I want to go back to school.

Fonte: BBC. Liberians Riot over Weapons Cash. **BBC**, Londres, 8 dez, 2003. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/3301277.stm> Acesso em: 5 Jan. 2009.

4. It is my first time to hold camera and take photograph of myself. I feel good about it because if I look at the photo I think and feel good over myself that this is not how I was looking before. The difference, I was not hefty like I am. I had so much worry. But now there is no worry and I have my normal body.

Fonte: Projeto Guardians of the Future. Disponível em: <http://guardiansofthefuture.org/Liberiaguardsians>; Acesso em: 26 jun. 2008.

5. I want to go back to school. And then I want to become a secretary.

Fonte: SPETCH, I. (2006). **Red Shoes:** Experiences of Girl-Combatants in Liberia. Genebra: Organização Internacional do Trabalho; p.70.

6. I can show you my ID card that you can see that I did the DD... just a moment... I put it far away in my pocket. I don't want for others in this refugee camp to see it. I don't want them to know that I'm an ex-fighter. People in the camp don't like ex-fighters. [Ex-menina soldado].

Fonte: SPETCH, I. (2006). **Red Shoes:** Experiences of Girl-Combatants in Liberia. Genebra: Organização Internacional do Trabalho; p.79.

7. I disarm but one woman sold my ID card and run away with it. I was due to go to the camp but I could not because that woman stole my paper. I did not tell the people of the DDDR. But I told my commander and she is taking care of it. [Ex-menina soldado].

Fonte: SPETCH, I. (2006). **Red Shoes:** Experiences of Girl-Combatants in Liberia. Genebra: Organização Internacional do Trabalho; p.84.

8. Why I decided to go? I don't know... Because the people starting telling us that it will be good and two, if any thing happens in the community, they will say, oooh an ex- combatant here. If anything then you can say I disarmed. Because you can show them your ID card. I heard about the DDRR through the radio and through my mother. They said it was good to go. That's why I went.

Fonte: SPETCH, I. (2006). **Red Shoes:** Experiences of Girl-Combatants in Liberia. Genebra: Organização Internacional do Trabalho; p.84.

9. I was involved in the first DDR. But it didn't help me. It was of no use. The people eat the money. You just had to turn in your weapon. You were not compensated. And there was also no good reintegration. And then I went fighting again. So now I'm not doing the DDRR any more. [Ex-menina soldado].

Fonte: SPETCH, I. (2006). **Red Shoes:** Experiences of Girl-Combatants in Liberia. Genebra: Organização Internacional do Trabalho; p.87.

10. If you do the DD then they take your name and your picture and put them in the computer. If you want to travel in the future to the US or Europe then they can see in the computer that you are an ex-rebel and then they not allow you. So I didn't want to go through the DDRR. I gave my weapon to somebody else who took it to the DDRR.

Fonte: SPETCH, I. (2006). **Red Shoes:** Experiences of Girl-Combatants in Liberia. Genebra: Organização Internacional do Trabalho; p.88.

11. I don't want to go to the DD and talk with a counsellor what happened to me, I don't think that that is good for me. I just want to forget.

Fonte: SPETCH, I. (2006). **Red Shoes:** Experiences of Girl-Combatants in Liberia. Genebra: Organização Internacional do Trabalho; p.89.

12. I stayed 5 days at the cantonment site. The camp was fine but I am frustrated about the DDRR process. They don't do what they promise us.

Fonte: SPETCH, I. (2006). **Red Shoes:** Experiences of Girl-Combatants in Liberia. Genebra: Organização Internacional do Trabalho; p.95.

13. I went through the DDRR programme at VOA. My commander put me on the list. I disarmed ammunition. I got 150 USD. The programme was all

right. I enjoyed. When we went there the people counsel us, they say we must not fight again.

Fonte: SPETCH, I. (2006). **Red Shoes:** Experiences of Girl-Combatants in Liberia. Genebra: Organização Internacional do Trabalho; p.95.

14. Now the DD is finished so now I should go back to school. But I cannot go back to school. I have no money to go back to school. They give no money to go back to school.

Fonte: SPETCH, I. (2006). **Red Shoes:** Experiences of Girl-Combatants in Liberia. Genebra: Organização Internacional do Trabalho; p.99.

15. After disarmament I went to a centre. There I went back to school and I learned a trade. Now, since I left the centre, one thing I really miss are the sporting activities and the sporting supplies. And I also miss some of my friends. But I wanted to go home. They told me about my family. I expected to be reunified with my father or mother because Save the Children UK told me that they had information about them. Instead they had only information about my aunt and I agreed to that because I did not want her to feel bad. But the education in the centre was helpful. It prepared me to go to the community school. And the carpentry training, it will help me in the future. It was not difficult because I am a smart boy. I was able to go to the community school because of the support of Save the Children UK. I am still going to school, for two years now. I am in the seventh grade. But I pay for my school fees myself. I am self-supporting. I did some carpentry work in the community but I do not have the tools. But mainly I help my aunt in the fields and I have my own farm. One of my problems is that I cannot always afford the school fees. I need support for my school fees. [Ex-menino soldado, 19 anos, seqüestrado aos 16 anos].

Fonte: LAWS, S.; PETERS, K. (2003). **When children affected by war go home:** Lessons learned from Liberia. Londres: Save the Children; p.13.

16. A number of changes took place while at the centre. There were positive changes in our behaviour and attitudes. The centre helped us to forget about our fighting life. The catch-up education, trade and recreation helped me in moving on with my life and made me to forget about my war. What helped me the most was the school and the help of the staff.” [Ex-menino soldado, 19 anos].

Fonte: LAWS, S.; PETERS, K. (2003). **When children affected by war go home:** Lessons learned from Liberia. Londres: Save the Children; p.58.

17. After the first demobilization, I went to a trade school in Tubmanburg. But I could not complete the course. I was living on my own. I didn't have any financial support, so I dropped out of the school. [Ex-menino soldado].

Fonte: HRW. (2004b). **How to Fight, How to Kill:** Child Soldiers in Liberia. Nova York; p.42.

18. I went through the program in 1997 and received some assistance but it soon ran out. For a while, I did some small jobs around Monrovia, but there was not much to do and I couldn't afford to go back to school. So two years ago, I decided to join the LURD. I figured it was better to fight and try to get something, than hang around town doing nothing. [Ex-menino soldado].

Fonte: HRW. (2004b). **How to Fight, How to Kill:** Child Soldiers in Liberia. Nova York; p.42.

19. I am now 14. I was with the LURD for two years in 2003 and 2004. I had to tow ammunition and arms for them. They beat me. They did not feed me. I never heard about it and then it was over. I didn't participate in DD [sic] because I did not know if this was an option was for me." [Ex-menina soldado].

Fonte: COALITION. Voices of Young Soldiers. Disponível em: <http://www.child-soldiers.org/childsoldiers/voices-of-young-soldiers> Acesso em: 10 Jan. 2009.

20. I heard about disarmament from my friends. I couldn't disarm though because I didn't have any ammunition. I have friends that were able to disarm." [Ex-menina soldado, 13 anos; desempenhou funções de cozinheira e lavadeira].

Fonte: COALITION. Voices of Young Soldiers. Disponível em: <http://www.child-soldiers.org/childsoldiers/voices-of-young-soldiers> Acesso em: 10 Jan. 2009.

21. The DDR is good, but they train us and send us to work in communities who do not trust us. The people give us no jobs, so some of us sell our tools to live. They should address trust in our communities." [Ex-menino soldado, 19 anos].

Fonte: UNICEF. (2007). **Will you listen?:** Young voices from conflict zones. Nova York; p.18.

22. I did not get any benefit when I was forced to join. My time was wasted. I did not get to go to school. Therefore, no matter how bad my situation gets, I must advance myself to become one of Liberia's leaders. [Ex-menina soldada, recrutada aos 10 anos].

Fonte: SAVE THE CHILDREN (2005). **Fighting Back:** Child and community-led strategies to avoid children's recruitment into armed forces and groups in West Africa. Londres: Save the Children; p.21.

Mianmar

1. My life would be very different. If I hadn't been arrested maybe now I'd be a good person. Instead I'm a bad person. It makes me sorry. If I hadn't been a soldier I would have continued and finished high school, then university, and I could have found many good jobs." [Ex-menino soldado, recrutado aos 13 anos].

Fonte: HRW. 2002). **My Gun Was as Tall as Me.** Nova York; p. 160.

2. I am angry at the SPDC. First because they took me away from my family, and second because life as a soldier was very hard for me. If I hadn't joined the army my life would be more comfortable, because I would have an income and my sisters would support me. I'd like to go to school and be educated, and once there is democracy in Burma I'll go back to my mother. I'd like to be a medic. A civilian medic, because I don't want to be a soldier anymore." [Ex-menino soldado, recrutado aos 11 anos e escapou aos 14].

Fonte: HRW. 2002). **My Gun Was as Tall as Me.** Nova York; p. 160.

Moçambique

1. They promised us many things... They said that when the war was over they would give us money because we were good fighters...now they are taking everything for themselves and leaving us out... we were better fighters than many of them. [Ex-menino soldado].

Fonte: HONWANA, A. (2006). **Child Soldiers in Africa**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press; p.139.

2. There is no work for me. I have few skills except using a gun and it's easy money...I used to be FRELIMO, then joined RENAMO, then joined FRELIMO. I have played war for both. Now I work for myself and my group...We try not to kill people, but accidents can happen during confusion. [Ex-menino soldado, 19 anos].

Fonte: AIRD, S.; EFRAIME, B.J.; ERRANTE, A. (2001). Mozambique: The Battle Continues for Former Child Soldiers. **Youth Advocate Program International Resource Paper**. Washington, DC: Youth Advocate Program International; p.6.

Nepal

1. I'm not sure if my community will easily accept us back because they still hate the Maoists a lot. [Ex-menina soldado, 15 anos].

Fonte: IRIN. Nepal: Challenges of reintegrating former child soldiers. **IRIN**, Guleriya, 31 dez, 2007. Disponível em: <http://www.irinnews.org/Report.aspx?ReportId=76040> Acesso em: 5 Jan. 2009.

2. School is important if I am going to do something in life. [Ex-menina soldado, seqüestrado aos 13 anos pelas guerrilhas maoístas].

Fonte: SAVE THE CHILDREN. Henang's Story. Disponível em: http://www.savethechildren.net/alliance/what_we_do/rewritethefuture/voices/henang.html Acesso em 30 Jan. 2009.

Papua Nova-Guiné

1. When I was fighting I never thought about being educated. Now I'm enjoying it. I want to become one of the successful people in life. I want to become a doctor. [Ex-menino soldado, recrutado aos 11 anos].

Fonte: UNICEF. (2003). **Adult Wars, Child Soldiers**. Genebra; p.67.

2. I've changed my way of thinking now and want to complete my education. Fighting would be my second priority. [Ex-menino soldado, recrutado aos 8 anos].

Fonte: UNICEF. (2003). **Adult Wars, Child Soldiers**. Genebra; p.67.

3. I'm glad I became a fighter. But I won't fight any more. I've had enough. I want to continue my education. Now I'm in Grade 9. I want to help develop my village and have a small business buying and selling coca beans. [Ex-menino soldado, recrutado aos 11 anos].

Fonte: UNICEF. (2003). **Adult Wars, Child Soldiers**. Genebra; p.68.

República Centro-Africana

1. I feel so bad about the things that I did. It disturbs me so much that I inflicted death on other people. When I go home I must do some traditional rites because I have killed. I must perform these rites and cleanse myself. I still dream about the boy from my village that I killed. I see him in my dreams, and he is talking to me, saying I killed him for nothing, and I am crying. [Ex-menina soldado, 16 anos, após a desmobilização].

Fonte: COALITION. Voices of Young Soldiers. Disponível em:

<http://www.child-soldiers.org/childsoldiers/voices-of-young-soldiers> Acesso em 10 Dez. 2008.

República Democrática do Congo

1. I have killed many people, I think, but I don't know. I don't count. It is better to forget those things. If I could speak to my recruiters now, I would tell them to study and learn, not to become soldiers. I suffered very much"... "All the suffering, I have bad dreams about the things I've done". [Ex-menino soldado, menor de 15 anos].

Fonte: LONDON, C. (2007). **One Day the Soldiers Came**: Voices of Children on War. Nova York: Harper Perennial; p. 165.

2. One day, I was just sitting at our camps, and the commander came and took my gun and said I was too young. They sent me here to be demobilized, but I don't like it here. I want to leave. Right now I want to find my family or study. I would like to join the army again, but because I'm too young now, I can't. One day I will again". [Ex-menino soldado, 14 anos, seqüestrado aos 12 anos].

Fonte: LONDON, C. (2007). **One Day the Soldiers Came:** Voices of Children on War. Nova York: Harper Perennial; p. 180.

3. When I came here, I had wounds, but ASO gave me the drugs I needed and I got well. I've been coming here to ASO for the past two years. We've had problems in this centre, like when armed bandits took everything we had. They wanted to take us to Rwanda to kill us, but we managed to escape. I have learned how to sew, bake bread, make ham and make a living. Now, I'm living with my maternal grandmother. I'm the head of a family and I'm responsible for my two children and my grandmother. She helps me. She brings all the money she earns and I do the same. I'm a porter. They pay me for that. Sometimes, I take small loans which I pay back, and we survive on what I earn". [Ex-menina soldado, 19 anos, sequestrada aos 16 anos].

Fonte: BEAUCHEMIN, E. Francine's story: Personal account of a child abductee and soldier from the DRC. **Radio Netherlands Worldwide**, 3 dez. 2007.

Disponível em: <http://www.radionetherlands.nl/specialseries/women-war/rape-rebels-congo> Acesso em 26 Jun. 2008.

4. When there was the demobilization, some were already adults, so they went to the army. Almost all the soldiers are former child soldiers. The army, it's the only job here, so you stay in the army to stay alive. [Ex-menina soldado].

Fonte: BRETT, R.; SPETCH, I. (2004). **Young Soldiers:** Why they Choose to Fight. Boulder, CO: Lynne Rienner; p.99.

5. In 1997, there was an order of release, in order to return to school [...] but I wanted to do something else in order to secure my future; there are two younger ones after me, so I have to do something. [Ex-menino soldado].

Fonte: BRETT, R.; SPETCH, I. (2004). **Young Soldiers:** Why they Choose to Fight. Boulder, CO: Lynne Rienner; p.131.

6. Currently, it's destabilization; what I want to say, it's that in the army, I suffered, but I had a home, a place to stay; I could organize myself, I ate. It's not like where we are now... I would like to flee, you know, some children fled so as not to be demobilized... some stay a month here, and then they run away. [Ex-menino soldado].

Fonte: BRETT, R.; SPETCH, I. (2004). **Young Soldiers: Why they Choose to Fight.** Boulder, CO: Lynne Rienner; p.134.

7. If our parents are dead what will we do, and then what will we do when we'll be back home? They are going to leave us over there without anything, without work. [Ex-menina soldado].

Fonte: BRETT, R.; SPETCH, I. (2004). **Young Soldiers: Why they Choose to Fight.** Boulder, CO: Lynne Rienner; p.135.

8. Now after disarming I'm going back to my family to begin a new life and to beg my neighbors, the people in my community, for forgiveness. [Ex-menino soldado, 14 anos].

Fonte: SINGER, P.W. (2006). **Children at War.** California: University of California Press; p.191.

9. One day, I was just sitting at our camp, and the commander came and took my gun and said I was too young. They sent me here to be demobilized, but I don't like it here. I want to leave ... Right now, I want to find my family or study. I would like to join the army again, but because I'm too young now, I can't. One day I will again. [Ex-menino soldado, 14 anos, se alistou aos 12 anos].

Fonte: LONDON, C. (2007). **One Day the Soldiers Came: Voices of Children on War.** Nova York: Harper Perennial; p.180.

10. When I was in the militia I was used to be alone and being independent. It's hard to go back living with parents after that. I didn't like living with my parents. I'm child, yes, in age, and in size I am still small, but I know so many things about the world that nobody can joke with me or tell me what to do. I prefer to die a soldier. I want to go back to the bush to fight. If you die a soldier, your parents will be proud because you died on their behalf. Even your friends will be proud. If you die a civilian, you die in the hands of a machete in your home. That's a stupid pointless death. [Ex-menino soldado].

Fonte: ALJAZEERA (2007). **Children of Conflict.** República Democrática do Congo: Rede Aljazeera.

11. For all the children in Congo I say we should come together and go back to school and rebuild our country. [Ex-menino soldado, 14 anos].

Fonte: ALJAZEERA (2007). **Children of Conflict**. República Democrática do Congo: Rede Aljazeera.

Ruanda

1. When we were fighting in the DRC, our commanders used to tell us that none of our former neighbors had survived," he explained. "I think I have a promising future because I have been transformed into a different person." [Ex-menino soldado].

Fonte: IRIN. Rwanda: Turning ex-child soldiers into able citizens. **IRIN**, Kigali, 30 set, 2008. Disponível em:

<http://www.irinnews.org/Report.aspx?ReportId=80668> Acesso em: 5 Jan. 2009.

Serra Leoa

1. The main thing for our reintegration to be better is for school materials to be issued to us to further education and if there will be any support like microcredit to our parents and for scholarships to those that... That is the main thing that can help the reintegration to succeed. [Ex-menino soldado].

Fonte: BRETT, R.; SPETCH, I. (2004). **Young Soldiers: Why they Choose to Fight**. Boulder, CO: Lynne Rienner; p.130.

2. Before, I was stigmatized and feared as a rebel and bush wife. Because of the [reintegration] program, I can be like other girls, am a respected worker, and provide for my daughter. [Ex-menina soldado].

Fonte: WESSELS, M. (2006). **Child Soldiers: From Violence to Protection**. Massachusetts: Harvard University Press; p. 155.

3. I was so happy once I had my card. Then I knew I was going home and no one would come after me. [Ex-menino soldado após receber o cartão de identidade no programa de desmobilização].

Fonte: WESSELS, M. (2006). **Child Soldiers: From Violence to Protection**. Massachusetts: Harvard University Press; p. 159.

4. We are not like others girls, because we were taken in the bush. Our minds are not steady, and we cannot eat off the same plates as our families. People call us bad names and do not accept us. They call us bad names.

How can they do that? We worry about where we will get money to live and feed our babies. Our hearts are heavy even after the war. [Ex-menina soldado].

Fonte: WESSELS, M. (2006). **Child Soldiers:** From Violence to Protection. Massachusetts: Harvard University Press; p. 195.

5. Because of DDR, I wore nice shoes and new clothes. I was very grateful because I could never have come out of the bush in the state I was in. But other youths had no nice shoes and clothes. I became stigmatized for a different reason. [Ex-menino soldado, recrutado aos 16 anos].

Fonte: WESSELS, M. (2006). **Child Soldiers:** From Violence to Protection. Massachusetts: Harvard University Press; p. 205.

6. Agriculture was not offered as part of the reintegration support in Kono [the district where the ex-combatant actually disarmed], but many of the ex-combatants preferred that one. [Ex-menino soldado].

Fonte: PETERS, K. (2007). Reintegration Support for Young Ex-Combatants: A right or a Privilege?. **International Migration**, Vol.45, No.5, p.50.

7. As I know, education is the key. It is better than silver and gold.”[Ex-menino soldado].

Fonte: COALITION (2004). **Child Soldiers Newsletter**, No. 11, p.9. Londres, Coalition.

8. You cannot be fighting and at the same time be in school. [Ex-menino soldado].

Fonte: SAVE THE CHILDREN (2005). **Fighting Back:** Child and community-led strategies to avoid children’s recruitment into armed forces and groups in West Africa. Londres: Save the Children; p.20.

Sudão

1. I joined the SPLA when I was 13. I am from Bahr Al Ghazal . They demobilized me in 2001 and took me to Rumbek, but I was given no demobilization documents. Now, I am stuck here because my family was killed in a government attack and because the SPLA would re-recruit me. At times I wonder why I am not going back to SPLA, half of my friends have and they seem to be better off than me.

Fonte: COALITION. Voices of Young Soldiers. Disponível em:

<http://www.child-soldiers.org/childsoldiers/voices-of-young-soldiers> Acesso em:
10 Jan. 2009.

2. We were promised clothes, food and education, and we haven't got those".
[Ex-menino soldado].

Fonte: COALITION (2004). **Child Soldiers Newsletter**, No. 11, p.7. Londres, Coalition.

3. It is good; I am free from fighting and back with my parents

Fonte: COALITION (2004). **Child Soldiers Newsletter**, No. 11, p.7. Londres, Coalition.

Timor Leste

1. Sometimes others at school accuse me of being a militia and this makes me very sad – I had to stay with the militia. Sometimes I think people are talking about me and I feel very sad. I am afraid that the militia will come back here. We want to continue our studies but sometimes it is difficult – sometimes there are people who don't like us. I think the militia leaders should go before a tribunal. [Ex-menino soldado, recrutado aos 16 anos].

Fonte: UNICEF. (2003). **Adult Wars, Child Soldiers**. Genebra; p.69.

Uganda

1. Returning home is hard. "I went through a traditional cleansing ceremony and then my family and neighbours welcomed me," he explains. "I hope the war ends soon. I think it will take two or three years before things become good for me and my family." [Ex-menino soldado, 18 anos, seqüestrado quando tinha 13 anos].

Fonte: SAVE THE CHILDREN. John's story. Disponível em :

http://www.savethechildren.net/alliance/what_we_do/rewritethefuture/voices/john.html Acesso em 7 Jan. 2009.

2. I feel pain from the rape, as if I have wounds inside, and I am afraid to have a disease. I would like to get tested but there is nobody to help me. I was tested in the reception centre in Gulu, but I was never told the result.

The doctor said that it is better not to know the result.” [Ex-menina soldado, 17 anos].

Fonte: COALITION (2008b). **Returning Home** – Children’s perspectives on reintegration. Londres; p.

3. There is a big difference to the time before I was abducted, especially regarding my health. I used to be able to work hard in the garden but now I’m no longer strong and work looks so heavy for me. I can’t perform better yet I have to work hard to earn a living. I really feel weak and sickly, especially in my back and chest.” [Ex-menino soldado, 18 anos].

Fonte: COALITION (2008b). **Returning Home** – Children’s perspectives on reintegration. Londres; p.17.

4. Other children insult me and when I try to fight them they run to the teacher’s office. The teacher says “If your head is confused because you were abducted, don’t come and disturb others”. Then the teacher beat me up. I went back with my parents and now it’s a bit better.” [Ex-menino soldado, 14 anos]

Fonte: COALITION (2008b). **Returning Home** – Children’s perspectives on reintegration. Londres; p.16.

5. They always break my suitcase and take things from me, and then they tell me I shouldn’t complain because I get all my things for free from agencies.” [Ex-menina soldado, 16 anos].

Fonte: COALITION (2008b). **Returning Home** – Children’s perspectives on reintegration. Londres; p.16.

6. After escaping the Lord’s Resistance Army, I was trained as a carpenter. I hoped to earn enough money from digging to rent a place in town, but the digging makes barely enough money to feed and clothe my family, and often I trade onions for other goods instead of money. Now I don’t believe I’ll ever get to live in town and sell my chairs. [Ex-menino soldado, 17].

Fonte: SINGER, P.W. (2006). **Children at War**. California: University of California Press; p.206.

7. What I need you people to understand is I got to get to school. [Ex-menina soldado, 14 anos].

Fonte: MCKAY, S.; MAZURANA, D. (2004). **Where are the Girls?** Girls in Fighting Forces in Northern Uganda, Sierra Leone, and Mozambique: Their Lives

during and after War. Montreal: International Centre for Human Rights and Democratic Development; p.85.

8. I felt I didn't want to continue, I just wanted it to be over. Just kill me and let me rest." As the months at Gusco [centro de reabilitação] passed, his mood changed to one of optimism for the future: "I realise education is extremely important and that's a big step, a lot of people don't get that chance." [Ex-menino soldado, 17 anos, recrutado pelo Exército quando tinha 7 anos].

Fonte: THE INDEPENDENT. Return of the child soldiers: Open your eyes. **The Independent**, Londres, 8 dez, 2007. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/africa/return-of-the-child-soldiers-open-your-eyes-763809.html> Acesso em: 8 Jan. 2009.

9. I thought if I were to go to the reception centre I would put myself into more trouble. I was also afraid because some rebel collaborators told us that if you escape and you are caught for the second time then you will be killed. [Ex-menino soldado, optou por não participar do programa oficial de desmobilização].

Fonte: ANNAN, J.; BLATTMAN, C.; HORTON, R. (2006). **The State of Youth and Youth Protection in Northern Uganda: Findings from the Survey for War Affected Youth**. Uganda: Unicef; p.65

10. (...) I don't know what I will do, now: I would like to go back home but it is still unsafe, and I fear the rebels coming again. I am learning bicycle repair here, but when I must leave I fear having no tools. I do not know how I will support myself. [Ex-menino soldado, 14 anos].

Fonte: HRW. (1997). **The Scars of Death: Children Abducted by the Lord's Resistance Army in Uganda**. Nova York; p. 52.

11. As for me now, I am very happy here for the time right now. I would like to go home and continue a normal education, but there is nobody to support me. There is nobody to care for me. I pray to God to help. [Ex-menino soldado, 13 anos].

Fonte: HRW. (1997). **The Scars of Death: Children Abducted by the Lord's Resistance Army in Uganda**. Nova York. p. 53.

12. I don't know what I will do in the future. Since I've been here [at the trauma counseling center], I haven't seen my family, and am sad that they

haven't come. I don't know anything about them – I have no news. I can't go home. I'll be re-abducted and killed straightaway. At least here, I feel safer than at home. I dream at night of being re-abducted, or that I am still a captive, walking somewhere. [Ex-menino soldado, 14 anos].

Fonte: HRW. (1997). **The Scars of Death: Children Abducted by the Lord's Resistance Army in Uganda.** Nova York. p. 53.

13. It is good because they trace your family. If you come home directly, you may not find them. [Ex-menino soldado]

Fonte: COALITION (2008b). **Returning Home** – Children's perspectives on reintegration. Londres; p.24.

14. They counsel you until you settle your mind. [Ex-menino soldado]

Fonte: COALITION (2008b). **Returning Home** – Children's perspectives on reintegration. Londres; p.24.

15. There are professional people who counsel you. You are very aggressive when you come home and your parents cannot help you. [Ex-menino soldado]

Fonte: COALITION (2008b). **Returning Home** – Children's perspectives on reintegration. Londres; p.24.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)